

Mensagem nº 403

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Os méritos do Senhor Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de novembro de 2014.

EM nº 00299/2014 MRE

Brasília, 30 de Julho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado

Aviso nº 513 - C. Civil.

Em 25 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR

CPF.: 112.605.301-59

ID.: 5903 MRE

1955 Filho de Manuel Innocencio de Lacerda Santos e Rina Bonadies Santos, nasce em 30 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr

1983 CAD - IRBr

2001 CAE - IRBr, O Rosto da Diplomacia: o Cerimonial como Instrumento da Atividade Diplomática

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1982 Segundo-Secretário

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1994 Conselheiro, por merecimento

2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2013 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1980-84 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente

1984-86 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário

1986-88 Embaixada em Praga, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios

1988-90 Embaixada em Bagdá, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1990-95 Presidência da República, Cerimonial, Adjunto

1991-95 Instituto Rio Branco, Professor de Cerimonial e Protocolo

1995 Divisão da África I, Chefe

1996-99 Embaixada em Bonn, Conselheiro e Encarregado de Negócios

1999-2003 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral Adjunto

2003 Ministério da Previdência Social, Coordenador de Assuntos Internacionais

2004-2006 Divisão da Ásia Central, Chefe

2005 Embaixada em Kinshasa, Encarregado de Negócios em missão transitória

2006-09 Embaixada em São Tomé, Embaixador

2009-11 Embaixada em Jacarta, Embaixador

2011- Consulado-Geral em Faro, Cônsul-Geral

Condecorações:

1977 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro

1978 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, 3ª Classe

1981 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Cavaleiro

1987 Cruz do Mérito, Alemanha, 1ª Classe

1991 Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Comendador

1992 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

1992 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

1993 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, Oficial

1993 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

2006 Ordem Nacional de Mérito de Cooperação e Desenvolvimento, Guiné-Bissau, Medalha
2008 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
2008 Ordem do Mérito da Defesa, Comendador

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

AUSTRÁLIA



Informação para o Senado Federal
Maio de 2014

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália
CAPITAL	Camberra
ÁREA	7.682 km ²
POPULAÇÃO (2012)	23 milhões
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (38,3%, com destaque para anglicanos, 18,7%), católicos (25,8%), sem religião (22,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados ("House of Representatives")
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral General Peter Cosgrove desde março de 2014
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Tony Abbott (desde setembro de 2013)
CHANCELER	Julie Bishop (desde setembro de 2013)
PIB nominal (2012)¹	US\$ 1,532 trilhão
PIB PPP (2012)¹	US\$ 995 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 67.441
PIB PPP <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 43.818
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2012)¹	3,4%
IDH 2013 – ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO²	0,938 (2 ^a posição entre 184 países)
EXPECTATIVA DE VIDA²	82 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO²	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO¹	5,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Patrick Lawless

(1) Dados do Banco Mundial – disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data>

(2) Dados do Relatório 2013 PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC*

Brasil → Austrália	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	1.092	1.250	1.390	2.483	1.336	1.940	2.762	1.792	1.614
Exportações	464	512	614	1.252	492	587	803	504	450
Importações	628	737	775	1.229	844	1.353	1.958	1.288	1.163
Saldo	-164	-225	-161	22	-351	-766	-1.154	-783	-712

PERFIS BIOGRÁFICOS

Peter Cosgrove
Governador-Geral da Austrália, representando a Rainha Elizabeth II



Sir Peter Cosgrove, nascido em julho de 1947, tornou-se o 26º governador-geral da Austrália em março de 2014, após ser aceita pela Rainha Elizabeth II sua indicação, pelo Primeiro-Ministro Tony Abbott, para representá-la na função de chefe de Estado da Austrália.

Provém de família militar e ingressou no exército australiano em 1965. Cedo em sua carreira serviu em combate na Guerra do Vietnã e mereceu altas condecorações como a Cruz Militar em 1971 e a medalha nacional em 1980. Ganhou fama nacional ao comandar as forças internacionais de manutenção da paz em Timor-Leste, em 1999. Em 2000 tornou-se comandante do exército e em 2002 tornou-se chefe das forças armadas australianas. Após completar o mandato máximo de 3 anos como chefe das forças armadas em 2005, foi selecionado para liderar a força-tarefa para reconstrução de comunidades arrasadas por ciclone no estado de Queensland. Entre 2005 e 2014, já aposentado das forças armadas, participou da diretoria de diversas empresas, entre as quais a da Qantas, principal empresa aérea australiana, e foi reitor da Universidade Católica Australiana.

Tony Abbott
Primeiro-Ministro da Austrália



Anthony John Abbott nasceu em Londres, em novembro de 1957. Filho de australianos nascidos no Reino Unido, mudou-se para os subúrbios de Sydney em 1960. Cursou ensino fundamental e médio em colégios jesuítas e graduou-se bacharel em Economia e em Direito pela Universidade de Sydney. Durante seus anos universitários, Tony atraiu a atenção da mídia ao opor-se ao domínio de lideranças de esquerda no movimento estudantil. Após graduar-se, Abbott estudou na Universidade de Oxford, onde obteve Mestrado em Política e Filosofia. Em 1984, ingressou no seminário de St. Patrick, mas não completou seus estudos e deixou a instituição católica em 1987. Trabalhou como jornalista e entre 1990-1993 foi conselheiro político do então líder da oposição, Dr. John Hewson, do partido liberal.

Em 1994, Abbott foi eleito para o Parlamento pela Divisão Eleitoral de Warringah, Nova Gales do Sul. Após a eleição do liberal John Howard em 1996, Abbott tornou-se Secretário Parlamentar para Emprego, Educação, Treinamento e Assuntos da Juventude.

Em 1998 assumiu a função de Ministro do Emprego.

Em 2001 voltou a chefia da pasta – agora como Ministro do Emprego, Relações de Trabalho e Pequenos Negócios.

Em 2003, tornou-se Ministro da Saúde.

Em dezembro de 2009 tornou-se líder da oposição e durante todo o mandato da Primeira-Ministra Julia Gillard sua coalizão esteve à frente do Partido Trabalhista nas pesquisas de intenção de voto. Abbott disputou a eleição contra Kevin Rudd em 7 de setembro de 2013 e foi eleito Primeiro-Ministro da Austrália.

Julie Bishop
Ministra dos Negócios Estrangeiros



Julie Isabel Bishop nasceu em 17 de julho de 1956 em Lobethal, na Austrália. É a vice-líder do Partido Liberal e uma das figuras mais influentes no gabinete de Tony Abbott, no qual ocupa a função de Ministra dos Negócios Estrangeiros, sucedendo a Bob Carr após a vitória de seu partido nas eleições de 2013.

Bishop graduou-se em Direito pela Universidade de Adelaide em 1978 e atuou como advogada. Em 1996, completou o Programa de Administração Avançada para "Senior Managers" na Harvard Business School. Foi presidente do Town Planning Appeal Tribunal of Western Australia, pertenceu ao Senado da Murdoch University e foi diretora do Special Broadcasting Service (SBS). Também serviu no Conselho de Governadores do Lions Ear and Hearing Institute.

Ela é membro do Parlamento australiano desde 1998, ocupando a cadeira de Curtin, na Austrália Ocidental. Foi chefe de diversos ministérios do governo Howard até a derrota da Coalizão Liberal/Nacional nas eleições de 2007, quando se elegeu a primeira mulher a ocupar a vice-liderança no Partido Liberal.

Tornou-se Ministra dos Negócios Estrangeiros em setembro de 2013.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945.

Representação diplomática australiana – a primeira na América Latina – foi instalada no Rio de Janeiro em 1946, e no mesmo ano foi criada a Legação brasileira em Camberra. Apesar de bastante cordiais, as relações entre Brasil e Austrália estiveram largamente confinadas, durante todo o século XX, ao aspecto multilateral, onde as afinidades de perfis das economias brasileira e australiana fizeram com que recorrentemente os países defendessem as mesmas posições em fóruns internacionais.

Em virtude dos contatos proporcionados pelas reuniões de consultas políticas, o aspecto bilateral das relações Brasil-Austrália foi sendo discretamente valorizado a partir dos anos 1990. A criação do “Council on Australia-Latin America Relations” (COALAR), no âmbito do *Department of Foreign Affairs and Trade* (DFAT), em 2001, durante o Governo Liberal de John Howard, ressaltou o interesse australiano em desenvolver as relações com os países latino-americanos, e com o Brasil em particular, mas apenas durante os governos trabalhistas de Rudd e Gillard as relações bilaterais com a Austrália tomaram maior impulso político, em especial com a visita do Ministro Celso Amorim ao país, em 2008.

Nessa ocasião, o Brasil propôs o estabelecimento de um Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada, que foi assinado por ambos os Chanceleres no dia 21 de setembro de 2010, em Nova York, à margem da 65^a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Esse documento previa, além da manutenção do mecanismo de consultas entre os dois países, cooperação nas áreas científica, tecnológica, cultural, desportiva, cooperação técnica trilateral e articulação sobre temas multilaterais. A iniciativa teve por objetivo criar uma nova arquitetura para aprofundar as relações bilaterais, com a proposta de ações em todas as áreas prioritárias do relacionamento Brasil-Austrália, e o estabelecimento de mecanismos de alto nível para fortalecer o diálogo e a coordenação de posições em temas da agenda internacional de mútuo interesse. Como resultado dos esforços para implementar o Plano de Ação, foram assinados, durante a visita do Chanceler Kevin Rudd ao Brasil (Foz do Iguaçu, 15-17 de dezembro de 2010), o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Terceiros Países e o Memorando sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte.

Em junho de 2012, após reunião de trabalho entre a Presidente Dilma Rousseff e a Primeira-Ministra Julia Gillard, à margem da Conferência Rio+20 e durante a primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil, o relacionamento bilateral foi elevado ao status de parceria estratégica, um dos primeiros países com o qual a Austrália passou a manter esse tipo de relação.

Atualmente, os principais temas da agenda bilateral são atração de investimentos e cooperação educacional. O investimento australiano no Brasil

iniciou-se ainda no século XX, concentrado fortemente no setor de mineração e serviços associados a essa atividade. Nos últimos anos, sem prejuízo de maiores vínculos no setor de mineração (o que levou inclusive o Estado de Queensland, principal produtor mineral da Austrália, a estabelecer escritório próprio junto ao Estado de Minas Gerais), o investimento australiano no Brasil tem se diversificado, passando a abranger atividades como produção de energia renovável, serviços associados a agropecuária e varejo. Em parte, esse aumento de investimentos foi animado pela perspectiva do Brasil sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e a ajuda de empresas australianas que estiveram envolvidas na bem-sucedida Olímpiada de 2000 em Sydney foi estimulada pelo Brasil. Por outro lado, grandes empresas brasileiras também começaram a investir na Austrália, algumas de forma ainda discreta, como a Petrobrás, e outras que tem crescido mais agressivamente naquele país, como a Vale, a Natura, a Ambev e a Fribor.

Quanto à cooperação educacional, a Austrália tem se destacado no programa Ciência sem Fronteiras (CsF) pelas facilidades de um país onde a língua é o inglês e o clima e calendário escolares são semelhantes ao Brasil. A Austrália enxerga o provimento de serviços educacionais como um de seus principais "produtos de exportação" e o grupo das 8 maiores universidades australianas atuou no sentido de celebrar convênios com diversas universidades brasileiras além de com o próprio CNPq, no âmbito do CsF. É esperado que, em etapa posterior ao maior intercâmbio de estudantes, possa ser ampliado também o intercâmbio de cientistas e acadêmicos, fortalecendo a cooperação bilateral em ciência e tecnologia.

VISITAS E ENCONTROS DE ALTO NÍVEL

A visita da Primeira-Ministra Julia Gillard ao Brasil por ocasião da Cúpula Rio+20, em junho de 2012, e a realização de reunião bilateral de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff foram os fatos mais importantes para as relações bilaterais nos últimos anos. O encontro com a Presidente Dilma Rousseff culminou com a elevação do relacionamento ao nível de parceria estratégica. A Presidente da República foi convidada a visitar a Austrália, no que seria também a primeira visita de Chefe de Estado do Brasil a este país. Para a ocasião dessa visita ou de visita do Ministro de Estado, há, prontos para assinatura, um Acordo para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e um Acordo de Cooperação em Matéria Penal.

Antes dos contatos entre Dilma e Gillard, o ex-Presidente Lula manteve encontros com o ex-Primeiro Ministro Kevin Rudd, em diversas ocasiões: à margem da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global (Washington, novembro/2008), à margem da Cúpula do G-8+G-5 (L'Aquila, julho/2009) e à margem da 15^a Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (Copenhague, dezembro/2009).

O Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a Austrália, o que fez em duas oportunidades (1994 e 2008). Por ocasião da visita oficial em 26 e 27 de agosto de 2008, o ex-chanceler brasileiro

manteve encontro com o então Primeiro-Ministro Kevin Rudd, com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith, e com o então Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. No encontro com Stephen Smith, os Ministros examinaram a evolução da agenda bilateral e saudaram a coincidência de posições de ambos os países nos foros multilaterais. Com vistas a elevar as relações entre o Brasil e a Austrália, acordaram o lançamento de um Plano de Ação para concretizar a ideia de uma “Parceria Reforçada”. Esse plano avançou durante o encontro mantido pelo ministro Amorim com o MRE da Austrália, Kevin Rudd em Nova York, à margem da 65^a AGNU em setembro de 2010, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada entre os dois países.

Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, visitou o Brasil. O então Chanceler Celso Amorim e o então Ministro de Negócios Estrangeiros Smith mantiveram encontros à margem da IV Reunião de Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia (Madri, fevereiro/2010), ocasião em que trataram da reconstrução do Haiti; e à margem da Conferência das Partes encarregada do exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (Nova York, maio/2010).

Após suceder a Stephen Smith como Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Kevin Rudd manteve encontro com o então Ministro Amorim em Nova York, à margem da 65^a Assembleia Geral da ONU em setembro de 2010, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada entre os dois países. Pouco tempo depois, o Chanceler Kevin Rudd visitou o Brasil entre 15 e 17 de dezembro de 2010. Além de ter sido recebido, em Foz do Iguaçu, pelo ex-Presidente Lula e pelo ex-Chanceler Celso Amorim, participou, como convidado especial da XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (Foz do Iguaçu, 16 de dezembro de 2010), e assinou os memorandos de entendimento entre Brasil e Austrália de cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para o desenvolvimento internacional.

O então Ministro do Comércio da Austrália, Simon Crean, visitou o Brasil em abril de 2010. Em reunião de trabalho, em Brasília, foi assinado o Acordo bilateral de Serviços Aéreos. O então Chanceler Celso Amorim e o então Ministro do Comércio australiano mantiveram encontros à margem da reunião ministerial da OCDE (Paris, junho/2009), e à margem do Fórum Econômico Mundial (Davos, janeiro/2010), ocasiões em que foram abordados temas afetos à Rodada Doha e ao relacionamento econômico-comercial bilateral. Seu sucessor como Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, manteve encontros com o Ministro Patriota em 28 de janeiro de 2011, à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, e visitou o Brasil a frente de uma delegação empresarial da Austrália entre 13 e 17 de abril de 2012. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson foi a Brasília no dia 16 de abril de 2012, quando manteve encontro com o Ministro Patriota no Palácio do Itamaraty.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Austrália está concentrada basicamente nas maiores cidades, como Sydney, Brisbane, Melbourne e Perth.

As principais demandas da comunidade brasileira na Austrália estão relacionadas ao atendimento consular, realizado por dois postos: a Embaixada em Camberra e o Consulado-Geral em Sydney. Há também cônsules honorários em Adelaide, Melbourne, Perth e Brisbane. Há três focos prioritários, que são os seguintes: (1) serviços consulares tradicionais, como a emissão de passaportes e de outros documentos – registros e atos notariais; (2) acompanhamento e assistência contínua a estudantes brasileiros – tanto aqueles ligados ao programa Ciência sem Fronteiras quanto aos independentes; e, (3) manutenção - e, se possível, aumento - dos consulados itinerantes, de fundamental importância na Austrália, tendo em vista as grandes distâncias que caracterizam o país.

Estima-se que a comunidade brasileira na jurisdição da Embaixada em Camberra alcance 12.000 brasileiros, conforme dados do mais recente Relatório Consular Anual (RCN), relativo a 2013. Esse número refere-se ao território do ACT (Australian Capital Territory), bem como aos estados de Victoria, Tasmânia, South Australia e Western Australia. Estima-se que a comunidade brasileira em Melbourne ultrapasse 5.000 pessoas. Em Perth, durante os últimos anos, vem se observando um grande aumento da comunidade brasileira, que se estima atualmente em 5.000 brasileiros.

A comunidade nessa jurisdição é constituída basicamente de estudantes que vão ao país estudar em vários níveis de ensino por curtos períodos de tempo, especialmente nas cidades de Melbourne, Adelaide, Perth e Camberra.

Estima-se em 80.000 o número de brasileiros na jurisdição do Consulado em Sydney.

Sydney é o principal destino dos brasileiros na Austrália. Além do emigrante econômico, que é maioria na jurisdição do Consulado em Sydney, existe forte fluxo de estudantes, que permanecem na região de Sydney-Brisbane por períodos que variam de poucas semanas a alguns meses, em geral para aprenderem inglês.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano da Austrália.

A Austrália é um Estado federal, composto pelos Estados da Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul, Território do Norte e Tasmânia. O país é uma Monarquia Constitucional com um sistema de governo parlamentar. A Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral General Peter Cosgrove. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo formado pelo partido com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados.

O poder legislativo é exercido pelo Parlamento da Austrália, que é dividido em duas casas, o Senado, a câmara alta, e a Câmara dos Deputados (House of Representatives), a câmara baixa. O Senado representa os estados da Comunidade da Austrália e é composto por 76 membros, cada estado elege 12 senadores, exceto o Território do Norte e o Distrito da Capital Australiana, que elegem 2 senadores. Os senadores são eleitos por voto proporcional, em que o eleitor, ao votar, ordena os candidatos de acordo com sua preferência, para mandatos de seis anos. O Senado australiano possui poder consideravelmente maior que a Câmara dos Lordes, a câmara alta do sistema britânico, possuindo as mesmas capacidades da Câmara dos Deputados, sendo o sistema australiano, portanto, uma mistura do modelo parlamentar britânico e da organização legislativa bicameral vigente nos Estados Unidos e no Brasil. Por sua vez, a Câmara dos Deputados representa o povo australiano e os deputados são eleitos por voto distrital para mandatos com duração máxima de cerca de três anos, que pode ser abreviado caso uma eleição no distrito eleitoral do representante seja convocada antes desse prazo. O número máximo de deputados não é fixado, varia conforme reformulações nos distritos australianos são realizadas com base em atualizações dos dados demográficos australianos. Na atual legislatura, iniciada em 7 de setembro de 2013, a câmara está composta por 150 deputados.

Há dois grupos políticos principais que formam o governo, a nível federal e estadual: o Partido Trabalhista e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal e pelo Partido Nacional, seu parceiro menor. Partidos menores e deputados independentes também estão representados no Parlamento, e tanto no antigo governo trabalhista quanto no atual governo liberal eles são necessários para os partidos governantes comporem maioria nas casas legislativas.

Os liberais estiveram no poder de 1949-72 (Robert Menzies, Harold Holt, John McEwen, John Gorton e William McMahon). Com a exceção do Governo de John Fraser (1972-75), os trabalhistas dominaram a política australiana de 1972 a 1996 (Edward Whitlam, Robert Hawke e Paul Keating). John Howard, da Coalizão Liberal-Nacional, esteve à frente do Governo australiano por 4 mandatos consecutivos, em um total de 11 anos (1996 a 2007), tendo sido o segundo Primeiro-Ministro a ficar mais tempo no cargo, atrás apenas de Robert Menzies. Kevin Rudd, do Partido Trabalhista, foi o Primeiro-Ministro de dezembro de 2007 a junho de 2010, entre junho de 2010 e junho de 2013 foi sucedido no cargo por Julia Gillard, também do Partido Trabalhista, e em 26/06/2013, em razão de sua

maior popularidade eleitoral em relação a Julia Gillard e em face da proximidade das eleições em setembro daquele ano, foi reconduzido à liderança de seu partido e a novo e breve mandato como Primeiro-Ministro. Durante as eleições gerais de 7 de setembro de 2013, a Coalizão Nacional-Liberal derrotou o Partido Trabalhista e Tony Abbott tornou-se o novo Primeiro-Ministro da Austrália.

POLÍTICA EXTERNA

Desafio permanente que a Austrália enfrenta, desde a independência, em 1901, é o de conciliar sua origem ocidental com sua geografia asiática, de forma a forjar sua identidade nacional. Assim, ao longo da sua história, a Austrália se confrontou com a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em sua própria região, o que por décadas serviu para alimentar suas fobias. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade concedida à defesa e segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e por outro, a aproximação gradual - econômica e militar - com os países da Ásia e do Pacífico.

Essas relações tornaram-se mais efetivas a partir de 1983, nos governos trabalhistas de Bob Hawke e Paul Keating, à luz dos elementos do novo desenho de forças na região, a saber: a parceria econômica com o Japão desde os anos 50, a abertura da China a partir do início dos anos 70 e a necessidade de atenção constante no relacionamento bilateral com a Indonésia, historicamente o mais importante dentre os países do Sudeste Asiático para a Austrália. As diferenças culturais e o temor latente no imaginário australiano de uma "invasão" asiática (sobretudo da Indonésia, pela maior proximidade) em seu país esparsamente povoado acentuam a delicadeza e complexidade das relações bilaterais na região.

Daí o ativo papel desenvolvido pela Austrália no estabelecimento da APEC, entidade regional que congregou, num único foro, os Estados Unidos, o Canadá e países do sudeste e leste da Ásia, e constitui, assim, convergência dos dois principais focos de interesse da política externa australiana. Sua primeira reunião realizou-se em Camberra, em 1989. Registre-se que China, Japão e Coreia do Sul tornaram-se os principais mercados para as exportações da Austrália, seguidos dos Estados Unidos.

Diante de suas circunstâncias geopolíticas, a inserção internacional da Austrália estaria baseada nos seguintes desafios estratégicos:

(1) Responder às ameaças de nuclearização da Ásia e à guerra contra o terrorismo é uma preocupação estratégica ampla da Austrália, que conta com a estreita aliança com os Estados Unidos.

(2) Busca de boas relações com os EUA e a China, de forma a neutralizar a complexa dualidade EUA-ASIA.

(3) Fortalecimento da cooperação com a Indonésia e com o Pacífico (Timor-Leste, Papua Nova Guiné, Fiji, Ilhas Salomão) de forma a superar a instabilidade da região e manter a lei e a ordem, mediante o fortalecimento das instituições democráticas.

Nesse contexto, note-se a importância da Nova Zelândia - aliado natural com herança comum anglo-saxã - que tem contribuído com tropas, assistência técnica e recursos em missões no Timor Leste, I. Bougainville e Ilhas Salomão. O fluxo migratório em ambos os sentidos, as relações nos planos comercial e de defesa, a competição no campo esportivo e as relações entre as populações são fatores que favorecem o sentimento de proximidade e a construção da ideia de uma identidade regional. No nível governamental, as relações com a Nova Zelândia são muito desenvolvidas, com inúmeros mecanismos de consulta e concertação entre os dois governos (encontros regulares entre os Primeiro Ministros, os Ministros da Economia, Comércio, Defesa e Relações Exteriores). No plano internacional, a Nova Zelândia tem atuado em sintonia em diversos organismos multilaterais – Organização Mundial do Comércio e Grupo de Cairns (temas agrícolas), APEC, Foro de Segurança regional da Associação do Sudeste Asiático, Foro das Ilhas do Pacífico.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Austrália apresenta taxas positivas de crescimento econômico há vários anos, o que tem permitido ao país ocupar posição de destaque em "rankings" internacionais. Após registrar expansão de 1,5% em 2009, o PIB australiano mostrou incremento de 2,2% em 2010. Com referência ao ano de 2011, o crescimento da economia foi de 2,6% e, em 2012, na esteira da firme retomada do nível de atividades, a Austrália cresceu 3,6%. Em 2013, o PIB australiano logrou expansão de 2,4% e atingiu US\$ 1,505 trilhão. Por conseguinte, neste mesmo ano, o PIB *per capita* do país somou US\$ 64.863. As últimas estimativas do FMI sugerem que a Austrália deverá continuar registrando bom desempenho econômico e, assim, o país deverá crescer 2,6% em 2014 e 2,7% em 2015.

Austrália - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)							
Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Variação real	1,54%	2,25%	2,58%	3,59%	2,43%	2,62%	2,70%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, abril de 2014.

A Austrália é um dos maiores produtores e exportadores de produtos minerais, atividade que tem grande peso na composição do PIB local. O país tem-se

beneficiado do elevado grau de complementaridade de sua pauta de exportações com a de importações da China. Ademais, a manutenção de níveis de preços relativamente elevados de algumas "commodities" tem favorecido as exportações australianas. Entre 2009 e 2013, as exportações do país exibiram forte crescimento de 66,3%, passando de US\$ 153,8 bilhões para US\$ 255,8 bilhões. Foram os seguintes os principais mercados de destino para as exportações australianas em 2013: China (36,1% do total); Japão (18,1%); Coréia do Sul (7,3%); Índia (3,6%); Estados Unidos (3,5%). O Brasil foi o 30º comprador de produtos australianos, com participação de 0,3%. Os principais grupos de produtos exportados pela Austrália foram: minérios (32,2%); combustíveis e lubrificantes (25,7%); ouro e pedras preciosas (6,3%); carnes (3,3%); cereais (3,2%).

Austrália - evolução do comércio exterior - valores em US\$ bilhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 9	153,767	158,941	312,708	-5,174
2 0 1 0	206,705	188,741	395,446	17,964
2 0 1 1	269,423	234,206	503,629	35,217
2 0 1 2	256,243	250,465	506,708	5,778
2 0 1 3	255,775	233,403	489,178	22,372

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, abril de 2014.

De 2009 para 2013, as importações da Austrália cresceram 46,8%, passando de US\$ 158,9 bilhões para US\$ 233,4 bilhões. Em 2013, os principais mercados supridores da Austrália foram: China (19,5% do total); Estados Unidos (10,4%); Japão (7,8%); Cingapura (5,5%); Alemanha (4,7%); Tailândia (4,7%). O Brasil foi o 48º fornecedor, com participação de 0,2%. Os cinco principais grupos de produtos adquiridos pela Austrália foram: combustíveis e lubrificantes (17,7%); máquinas e aparelhos mecânicos (14,6%); veículos e autopeças (12,5%); máquinas e instrumentos elétricos (9,7%); equipamentos médicos e produtos farmacêuticos (7,4%).

Após perder vigor em 2012, o superávit da Austrália em transações comerciais de bens mostrou forte recuperação, atingindo US\$ 22,4 bilhões em 2013.

Comércio bilateral

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC, no quinquênio 2009-2013 o comércio entre o Brasil e a Austrália cresceu 20,7%, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,6 bilhão. Em 2013, todavia, o intercâmbio registrou recuo de 10,0% em comparação com 2012. A maior parte do fluxo comercial bilateral é composta pelos valores das importações procedentes da Austrália, uma vez que as exportações brasileiras para esse país representam, em média, cerca de 30,0% a.a. do total do intercâmbio. O saldo comercial, portanto, é tradicionalmente desfavorável ao Brasil. Nos últimos três anos os déficits foram: US\$ 1,1 bilhão (2011); US\$ 783 milhões (2012); e US\$ 712 milhões (2013). De janeiro a março de

2014 as trocas comerciais somaram US\$ 425 milhões, registrando uma diminuição de 0,9%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, e o saldo negativo foi de US\$ 222 milhões com retração de 5,5%.

Nos últimos cinco anos, as **exportações** decresceram 8,5%, de US\$ 493 milhões em 2009 para US\$ 451 milhões em 2013. As vendas em 2013 diminuíram 10,7% em relação ao ano anterior. Essa retração pode ser explicada pela diminuição das vendas de pneus para veículos utilizados em construção civil (diminuição de 95,3%). Entre janeiro e março de 2014, as exportações registraram aumento de 4,7% em comparação aos primeiros três meses de 2013, somando US\$ 102 milhões. Esse acréscimo deveu-se principalmente à expansão das exportações de máquinas niveladoras de solo (aumento de 80,3%). Os principais produtos exportados em 2013 foram: (i) **máquinas niveladoras de solo** (valor de US\$ 50,1 milhões, equivalentes a 11,2% do total); (ii) **café em grão** (valor de US\$ 36,3 milhões, equivalentes a 8,1% do total); (iii) **aviões e helicópteros** (valor de US\$ 30,5 milhões, equivalentes a 6,8% do total); (iv) **sucos de laranjas** (valor de US\$ 27,9 milhões, equivalentes a 6,2% do total); e (v) **calçados de borracha** (valor de US\$ 20,7 milhões, equivalentes a 4,6% do montante total).

Ainda segundo os dados do MDIC, no quinquênio 2009-2013 as importações brasileiras originárias da Austrália cresceram 37,8%, de US\$ 844 milhões em 2009, para US\$ 1,2 bilhão em 2013. Entre 2012 e 2013, as compras diminuíram 9,7%, em razão basicamente da retração nas importações de petróleo (-15,1%). De janeiro a março de 2014, as importações somaram US\$ 323 milhões, o que representa decréscimo de 2,6% em relação ao acumulado de janeiro a março de 2013, retração atribuída, principalmente, ao recuo nas compras de petróleo (-23,6%). Os principais produtos adquiridos pelo Brasil procedentes da Austrália, em 2013, foram: (i) carvão mineral/hulha betuminosa (valor de US\$ 474,2 milhões, equivalentes a 40,8% do total); (ii) petróleo (valor de US\$ 380,5 milhões, equivalentes a 32,7% do total); (iii) óxidos e hidróxidos de níquel (valor de US\$ 41,9 milhões, equivalentes a 3,6% do total); (iv) carnes de bovino (valor de US\$ 24,1 milhões, equivalentes a 2,1% do total); (v) laminados de aços (valor de US\$ 16,4 milhões, equivalentes a 1,4% do montante total).

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	493	-60,7%	844	-31,3%	1.337	-46,1%	-351
2010	587	19,2%	1.354	-94,5%	1.941	-92,1%	-766
2011	804	36,9%	1.958	-92,0%	2.762	-88,7%	-1.155
2012	505	-37,2%	1.288	-94,7%	1.793	-92,7%	-783
2013	451	-10,7%	1.163	-95,2%	1.614	-93,4%	-712
2013 (jan-mar)	97	-31,6%	332	-7,5%	429	-98,3%	-235
2014 (jan-mar)	102	4,7%	323	-2,6%	425	-0,9%	-222
Var. % 2009-2013	-8,5%		37,8%		20,7%		n.c.

A análise do cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Austrália em 2013 (fonte: TradeMap/UNCTAD), identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local são os seguintes: *(i) petróleo e derivados; (ii) veículos automóveis; suas partes e peças; (iii) ouro não monetário (iv) torneiras; (v) medicamentos; (vi) carnes de suínos; (vii) preparações alimentícias diversas; (viii) calçados; (ix) máquinas carregadoras e pás-carregadoras (x) farelo de soja.*

CRUZAMENTO ENTRE A OFERTA EXPORTADORA BRASILEIRA E A DEMANDA IMPORTADORA DA AUSTRÁLIA - 2013 - VALORES EM US\$ MIL						
Ranking	SH	Descrição dos produtos	Exportações brasileiras para a Austrália	Importações totais da Austrália	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio
		TOTAL GERAL	450.786	233.403.324	242.178.649	232.952.538
		PRODUTOS SELECIONADOS	41.987	72.259.713	43.483.378	32.784.776
1º	270900	Petróleo e derivados	29	37.633.348	17.488.585	17.488.556
2º	870323	Veículos automóveis, tratores, ônibus e caminhões, suas partes e peças	26.255	20.148.141	13.114.848	10.697.696
3º	710813	Ouro, para uso não monetário	0	4.397.169	2.667.541	1.567.770
4º	848180	Torneiras para canalizações	798	1.150.024	615.092	614.294
5º	300490	Medicamentos terapêuticos ou profiláticos	1.362	6.093.698	562.106	560.744
6º	20329	Carnes de suínos, congeladas	0	427.092	1.131.458	427.092
7º	210690	Preparações alimentícias diversas	1.360	1.265.006	425.621	424.261
8º	640399	Calçados com parte superior de couro natural	3.700	427.403	353.313	349.613
9º	842951	Máquinas carregadoras e pás-carregadoras	4.686	392.141	337.542	332.856
10º	230400	Farelo de soja	3.797	325.691	6.787.272	321.894

Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Investimentos

O investimento estrangeiro direto (IED) na Austrália tem sido fortemente influenciado pelas alterações recentes de produção na economia do país. Neste sentido, com a saída das montadoras FORD em 2016, e da HOLDEN e da TOYOTA em 2017, a partir daquele ano todos os novos automóveis na Austrália serão importados, aumentando a dependência do país no setor primário, sobretudo na extração de recursos naturais.

Entre os principais fatores que explicam o fim da produção de automóveis, e consequentemente de toda a cadeia de fornecedores, estariam os altos custos de produção, baixa economia de escala e o alto valor do dólar australiano. Além disso, o setor automotivo, assim como outros na economia australiana, é extremamente aberto e competitivo, em razão dos diversos acordos de livre-comércio firmados pelo país.

Os EUA e o Reino Unido permanecem como principais fontes de investimento estrangeiro na Austrália. Nos últimos anos, entretanto, tem havido aceleração nos fluxos de capitais da Ásia, o que reflete a maior aproximação da

Austrália junto às economias da região. Destacam-se, nesse sentido, os investimentos crescentes da China no país e os aportes provenientes de Cingapura.

Grande parte dos investimentos estrangeiros na Austrália está concentrada nos seguintes setores: software e serviços de TI, serviços prestados às empresas, serviços financeiros, petróleo e gás natural, comunicações e carvão. Deve-se ressaltar que, desses setores, o que tem maior potencial de crescimento é o de gás natural.

Com referência aos investimentos australianos no exterior, deve-se ressaltar que os fundos de pensão privada do país estão capitalizados em mais de US\$ 1 trilhão, investindo 20% desse montante no exterior, normalmente em projetos de infraestrutura de longo prazo.

Oportunidades de investimentos

A Austrália está expandindo seus investimentos em energia eólica, solar e geotérmica, uma vez que tem poucas possibilidades de ampliar o reduzido potencial remanescente de energia hidrelétrica. O uso da energia renovável apresenta-se como opção, embora ainda cara, de grande potencial de crescimento na matriz energética do país.

No que se refere à produção de biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland, mas os produtores relutam em avançar na produção de biocombustíveis, e mesmo de etanol, cuja mistura autorizada na gasolina é de apenas 10%. O Governo vê com muito otimismo as perspectivas dos biocombustíveis de segunda geração.

O país tem importante exploração de petróleo e gás natural "offshore", localizada, sobretudo, no Estado da Austrália Ocidental. Com a perspectiva de intensificação da exploração da área do pré-sal e o crescente e necessário interesse da PETROBRAS pelo tema, há amplo espaço para troca de informações e importante potencial para aprofundamento da cooperação bilateral. Os avanços brasileiros na exploração energética "offshore" são reconhecidos e a Austrália divide com o Brasil a mesma preocupação com uma exploração limpa.

As maiores oportunidades de investimento, porém, concentram-se no setor de gás natural liquefeito (GNL). Em Gladstone, no Estado de Queensland, estão sendo construídas três novas plantas de GNL, que começaram a ser construídas em 2011 e custarão ao todo mais de US\$ 30 bilhões. Todo o gás desses projetos será utilizado para exportação, principalmente para os mercados da Ásia. Com isso, o país, que já é o maior exportador mundial de carvão, tornar-se-á um dos maiores exportadores de GNL, possivelmente atrás apenas do Catar.

A empresa de consultoria internacional "Australia Latin America Trade" (AUSLAT), e o Grupo CBH, maior cooperativa agrícola da Austrália, pretendem enviar missão ao Brasil, entre os dias 18 e 25 de maio próximo, a fim de conhecer o setor de produção de grãos do País, em especial soja e milho, com o objetivo de identificar potenciais parceiros entre os produtores e fornecedores brasileiros e oportunidades de investimento.

Perfil dos Investimentos

Parte considerável dos investimentos da Austrália no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia e mineração, que constituem a base da economia australiana, ao lado do agronegócio. Apesar disso, recentemente, tem-se verificado certa diversificação dos investimentos australianos no Brasil. Novas áreas de interesse para os australianos incluem T.I., biotecnologia, transporte, telecomunicações, seguros, gás e petróleo, energia, infraestrutura e construção civil.

Parte do crescimento e diversificação de investimentos de empresas e grupos australianos no Brasil, além dos tradicionais setores de metalurgia e mineração, é creditado às novas oportunidades trazidas pela realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

As maiores empresas australianas com presença no Brasil são a BHP BILLITON, MACQUARIE, PACIFIC HYDRO, RIO TINTO e WESTFIELD, entre outras.

Na área de mineração, a BHP BILLITON possui participação na mineradora SAMARCO (minério de ferro, MG), na Mineração RIO NORTE (bauxita, PA) e atua, ainda, na exploração de petróleo e gás natural. A empresa de capital australiano CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO firmou acordo com o Governo de Minas Gerais para investir no Projeto Jambreiro, que envolve exploração de minério de ferro no Estado. Há também “pool” de empresas que investem na exploração de fosfato: TAYLOR COLLISON, AGUIA RESOURCES e THE SENTIENT GROUP (que controla a subsidiária brasileira POTÁSSIO DO BRASIL).

As mineradoras australiana BC IRON e CLEVELAND MINING COMPANY anunciaram, em 2013, negociação para conjuntamente adquirir participação em três projetos de extração de minério de ferro, nos Estados de Bahia e Minas Gerais, da empresa BAHMEX. Os projetos ocorrerão em três fases progressivas de análise geológica e viabilidade comercial, antes da confirmação final de aquisição e investimento.

O setor de serviços brasileiro também conta com participação de empresas do país. O MACQUARIE BANK, com escritório em São Paulo, vem atuando no setor de empréstimos corporativos. A QBE, do setor de seguros e resseguros, também está presente no Brasil. Em 2013, o serviço australiano de vendas de carro on-line CARSALES adquiriu 30% do site brasileiro WEBMOTORS. Além disso, a rede SUMOSALAD, especializada na venda de saladas, inaugurou sua primeira loja, em São Paulo, no início do ano.

No setor de energia alternativa, empresas australianas têm importante atuação no Brasil. A PACIFIC HYDRO, por exemplo, entrou no mercado brasileiro de energia eólica, em 2006, com a compra da companhia SES. Mais recentemente, anunciou "joint-venture" com a VALE, para a construção de fazendas eólicas no Brasil, em investimentos totalizando R\$ 650 milhões, para uso da VALE a partir de 2015.

Em 2012, o Grupo GOODMAN, um dos maiores investidores imobiliários do mundo, anunciou a criação da "joint-venture" WTGOODMAN com a WTORRE, líder brasileira em incorporação imobiliária e construção de empreendimentos para o desenvolvimento de complexos logísticos e industriais. Recentemente, o grupo fez oferta para adquirir portfólio de 34 propriedades industriais no Brasil da empresa BR Properties.

Em 2013, a empresa australiana KAROON GAS, presente no Brasil desde 2007, fez descoberta de coluna de petróleo na Bacia de Santos. A abertura de segundo poço de exploração "Kangaroo 2" pela empresa está prevista para ainda este ano. Além disso, abertura de outros poços está prevista para fase posterior.

Em 2013, o grupo WESTFIELD havia terminado sua parceria com o grupo ALMEIDA JÚNIOR, tendo vendido sua parte na "joint-venture" estabelecida para construção de shoppings centers. Entretanto, tais recursos não foram repatriados e há a possibilidade de serem investidos em alguma das seguintes iniciativas: participação no projeto "Port City in Marvellous Port", no Rio de Janeiro, ou projeto ainda não divulgado em parceria com a MULTIPLAN.

O relacionamento bilateral inclui ainda cooperação no setor de ferrovias. Neste sentido, foi realizada missão à Austrália, em abril corrente, integrada por representantes da EPL, VALEC, assim como do Ministério dos Transportes e da ANTT, a fim de conhecer o modelo australiano de exploração ferroviária. As informações serão úteis para a implementação, no Brasil, do novo modelo do setor.

Com referência às empresas brasileiras com presença na Austrália, as principais são: JBS, VALE, WEG, NATURA e MARCOPOLLO.

Em 2012, a empresa fabricante de ônibus MARCOPOLLO adquiriu 75% da empresa australiana manufatureira de ônibus de alta qualidade australiana VOLGREN, com a opção de compra dos 25% restantes até 2015. No final do ano seguinte, a MARCOPOLLO lançou seu primeiro modelo de ônibus "Audace" a ser comercializado no país.

A VALE, presente desde 2002 no país, realiza atividades de estudo e desenvolvimento mineral no país e possui escritório central em Brisbane. A mineradora atua nos Estados de Queensland e Nova Gales do Sul. Produz carvão térmico e metalúrgico, além de níquel e potássio.

Dados de Investimentos

Tabela 1: Investimentos Diretos Brasil – Austrália (em US\$ milhões)											
	Estoque ¹		Fluxo								
	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
	0	1									

¹ O estoque de investimento é o investimento acumulado no país de destino desde o primeiro registro da série histórica até a última data disponível. O fluxo de investimento é medido em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).

IEDs australian os	6.54 0	6.68 1	493,7 7	1.153,4 3	707,6 3	556	1.07 9	518	329	20
-----------------------------------	-----------	-----------	------------	--------------	------------	-----	-----------	-----	-----	----

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil

Investimentos Brasileiros na Austrália: O Brasil não figura entre os principais investidores naquele país. Em 2012, o Brasil investiu US\$ 28 milhões na Austrália.

Investimentos da Austrália no Brasil: De acordo com o Banco Central, o estoque de investimentos australianos no Brasil, em 2011, último ano divulgado, é de US\$ 6,6 bilhões. Quanto aos fluxos de investimentos diretos, o BCB registrou, em 2008, o ingresso de US\$ 1,1 bilhão, o maior valor desde 2001. Em 2013, a Austrália investiu US\$ 329 milhões no Brasil. Em 2014, foram US\$ 20 milhões, até fevereiro.

Destaques

- **VALE.** Presente desde 2002 no país, onde realiza atividades de estudo e desenvolvimento mineral. A mineradora atua nos Estados de Queensland e Nova Gales do Sul. Produz carvão térmico e metalúrgico, além de níquel e potássio.
- **MEGAEVENTOS.** O crescimento de investimentos de empresas e grupos australianos no Brasil tem sido creditado às oportunidades trazidas pela realização da Copa do Mundo de Futebol, neste ano, e pelas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016. Nesse sentido, das 43 empresas australianas envolvidas nas Olimpíadas de Londres, ao menos 17 possuem atividades no Brasil em função dos megaeventos.
- **GNL.** As maiores oportunidades de investimento na Austrália concentram-se no setor de gás natural liquefeito (GNL). Em Gladstone, no Estado de Queensland, estão sendo construídas três novas plantas de GNL.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1770	O Capitão James Cook, a bordo do Endeavour, chega a Botany Bay, hoje Sydney, na costa oriental da Austrália, e estabelece o início do domínio britânico.
1851	Tem início a corrida do ouro em Balthurst, New South Wales.
1868	Os últimos prisioneiros britânicos são transportados para a Austrália continental.
1901	Constitui-se a Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>).
1914-1918	Tropas australianas combatem na Primeira Guerra Mundial.
1920	QANTAS começa a operar serviços aéreos.
1927	O primeiro Parlamento Federal reúne-se em Camberra.
1933	A região da Austrália Ocidental convoca <i>referendum</i> propondo a secessão do Reino Unido, mas o Parlamento rejeita a proposta.
1939-1945	Tropas australianas combatem na Segunda Guerra Mundial.
1965	Tropas australianas são enviadas ao Vietnã.
1996	John Howard (Partido Liberal) é eleito Primeiro-Ministro.
1999	Os australianos decidem, em plebiscito, pela manutenção da monarquia.
2000	Jogos Olímpicos de Sydney.
2004	O Governo australiano faz a maior doação às vítimas do tsunami.
2006	Força militar australiana é enviada a Timor-Leste para ajudar na estabilização do país.
2007	Kevin Rudd (Partido Trabalhista) é eleito Primeiro-Ministro.
2008	O Governo australiano ratifica o Protocolo de Kyoto. Kevin Rudd anuncia a retirada das tropas australianas do Iraque. O Estado australiano faz um pedido formal de desculpas aos povos aborígenes da Austrália pelas injustiças cometidas, no passado, pela colonização europeia.
2010	Em julho, Julia Gillard é escolhida como nova líder do Partido Trabalhista e Primeira-Ministra, substituindo Kevin Rudd.
2012	Em fevereiro, Julia Gillard derrota Kevin Rudd em eleição interna na cúpula do partido trabalhista e se mantém como líder do partido e Primeira-Ministra.
2013	Em março, partidários de Kevin Rudd conseguem reconduzi-lo à liderança do Partido Trabalhista e ao cargo de Primeiro-Ministro. Em setembro a Coalizão Nacional-Liberal vence as eleições e Tony Abbott torna-se novo primeiro-ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina e da legação do Brasil em Camberra.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália
1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradição entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Vice Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participou da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos memorandos de entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da Primeira-Ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	No mês de junho a Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de relação estratégica.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção de Arbitragem	18/06/1909	06/05/1911
Tratado para o Estabelecimento de uma Comissão de Paz	04/04/1919	11/03/1921
<u>Acordo Comercial</u>	23/02/1978	25/08/1978
<u>Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico</u>	22/08/1994	01/12/1995
<u>Tratado sobre Extradição</u>	22/08/1994	01/09/1996
Acordo de Serviços Aéreos	21/04/2010	Aguarda encaminhamento para apreciação do Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2013	
PIB	
Crescimento real	2,43%
PIB nominal	US\$ 1,51 trilhão
PIB nominal "per capita"	US\$ 64.863
PIB PPP	US\$ 999,60 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 43.073
Origem do PIB	
Agricultura	3,8%
Indústria	27,4%
Serviços	68,7%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US\$ -44,22 bilhões
Saldo da balança comercial de bens	US\$ 22,4 bilhões
Saldo da balança comercial de serviços (2012)	US\$ -11,1 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 52,8 bilhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	2,7%
Dívida externa	US\$ 1,47 trilhão
Câmbio (A\$ / US\$)	1,13

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2014; (3) World Investment Report 2013; (4) UN/UNCTAD/ITC/TradeMap April 2014.

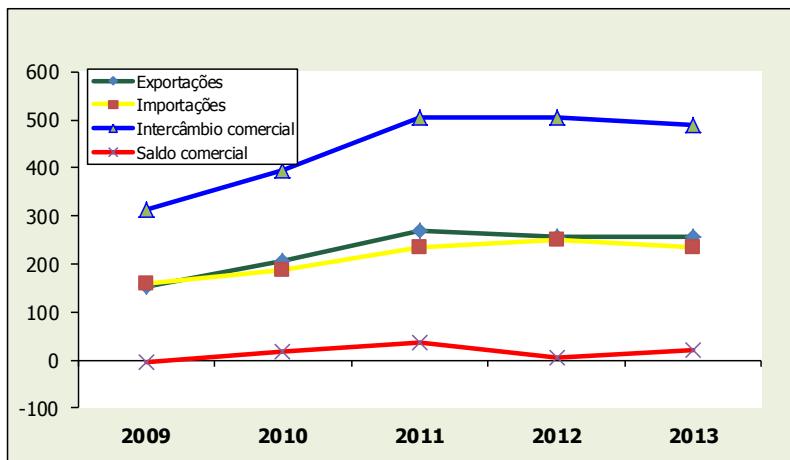
Com PIB nominal de US\$ 1,51 trilhão e crescimento de 2,43% em 2013, a Austrália posicionou-se como a 12ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 68,7% do PIB, seguido do industrial com 27,4% e do agrícola com 3,8%. A Austrália apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 44,22 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi superavitário em US\$ 22,4 bilhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo negativo de US\$ 11,1 bilhões.

Evolução do comércio exterior

US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	153,8	158,9	312,7	-5,2
2010	206,7	188,7	395,4	18,0
2011	269,4	234,2	503,6	35,2
2012	256,2	250,5	506,7	5,8
2013	255,8	233,4	489,2	22,4

Var. % 2009-2013	66,3%	46,8%	56,4%	n.c.
<i>Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.</i>				
<i>(n.c.) Dado não calculado.</i>				



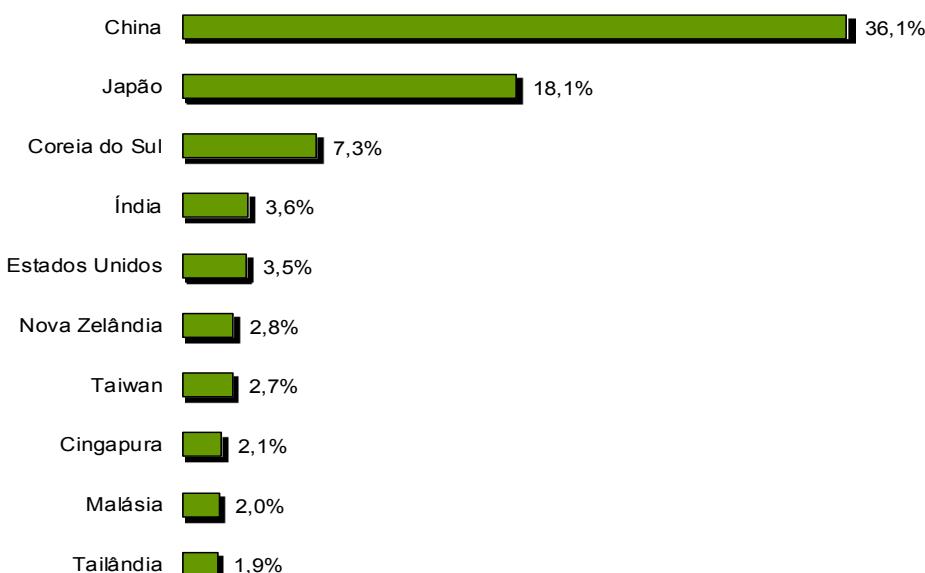
O comércio exterior da Austrália apresentou, em 2013, crescimento de 56,4% em relação a 2009, de US\$ 312,7 bilhões para US\$ 489,2 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Austrália figurou como o 19º mercado mundial, sendo o 20º exportador e o 19º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário, no período sob análise, somente em 2009 e totalizando em 2013 saldo positivo de US\$ 22,4 bilhões.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
China	92,2	36,1%
Japão	46,3	18,1%
Coreia do Sul	18,6	7,3%
Índia	9,2	3,6%
Estados Unidos	9,0	3,5%
Nova Zelândia	7,1	2,8%
Taiwan	7,0	2,7%
Cingapura	5,5	2,1%
Malásia	5,1	2,0%
Tailândia	4,9	1,9%
...		
Brasil	0,7	0,3%
Subtotal	205,6	80,4%
Outros países	50,2	19,6%
Total	255,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

10 principais destinos das exportações



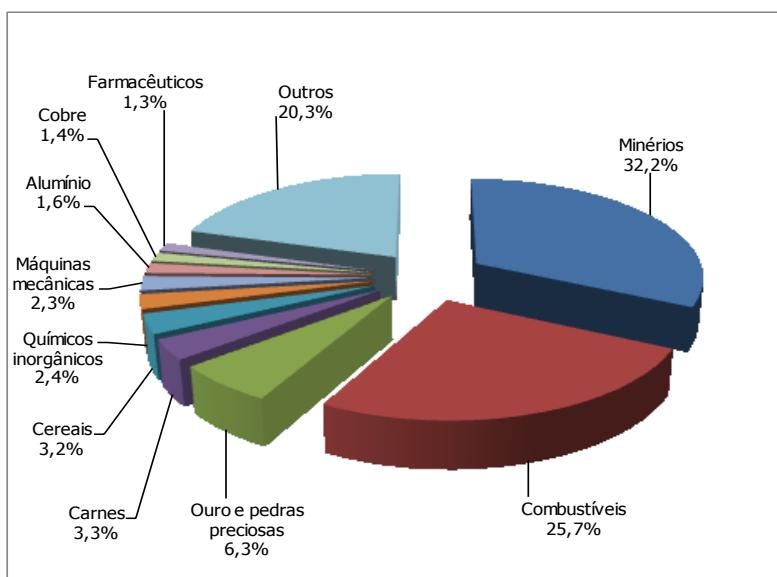
As vendas australianas foram direcionadas em grande parte para os países da Ásia, que absorveram 82% do total; seguidos do continente americano com 5% e da União Européia com 5%. Individualmente, a China foi o principal destino das vendas australianas com 36,1% do total em 2013. Seguiram-se: Japão (18,1%); Coreia do Sul (7,3%); Índia (3,6%); Estados Unidos (3,5%) e Nova Zelândia (2,8%). O Brasil posicionou-se no 30º lugar entre os compradores da Austrália, com 0,3% do total.

Composição das exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Minérios	82,3	32,2%
Combustíveis	65,7	25,7%
Ouro e pedras preciosas	16,1	6,3%
Carnes	8,4	3,3%
Cereais	8,2	3,2%
Químicos inorgânicos	6,0	2,4%
Máquinas mecânicas	5,9	2,3%
Alumínio	4,2	1,6%
Cobre	3,7	1,4%
Farmacêuticos	3,3	1,3%
Subtotal	203,7	79,7%
Outros	52,0	20,3%
Total	255,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



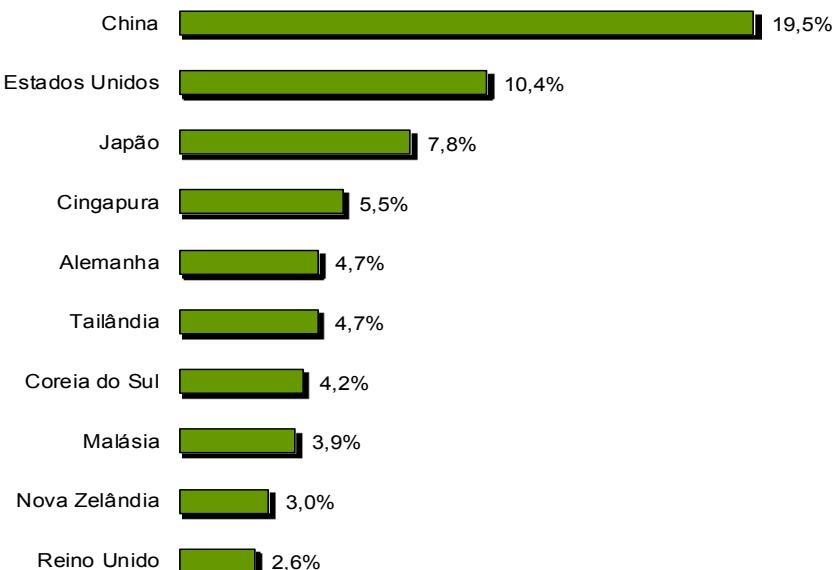
Minérios (minérios de ferro, cobre, manganês, zinco e metais preciosos) foram os principais itens da pauta de exportações da Austrália. Em 2013, os minérios representaram 32,2% do total. Seguiram-se posicionaram-se os combustíveis (hulhas, gás de petróleo, óleo bruto, óleo refinado e petróleo bruto e refinado) com 25,7%; ouro e pedras preciosas (ouro em bruto, moedas, prata e artigos de joalheria) com 6,3%; carnes (bovina, caprina, suína e de frango) com 3,3%; e cereais (trigo, cevada, arroz e soja) com 3,2% do total.

Origem das Importações
US\$ bilhões

Descrição	2013	Part.% no total
China	45,5	19,5%
Estados Unidos	24,3	10,4%
Japão	18,3	7,8%
Cingapura	12,9	5,5%
Alemanha	11,0	4,7%
Tailândia	11,0	4,7%
Coreia do Sul	9,8	4,2%
Malásia	9,2	3,9%
Nova Zelândia	7,1	3,0%
Reino Unido	6,0	2,6%
...		
Brasil	0,6	0,2%
Subtotal	155,8	66,8%
Outros países	77,6	33,2%
Total	233,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

10 principais destinos das exportações



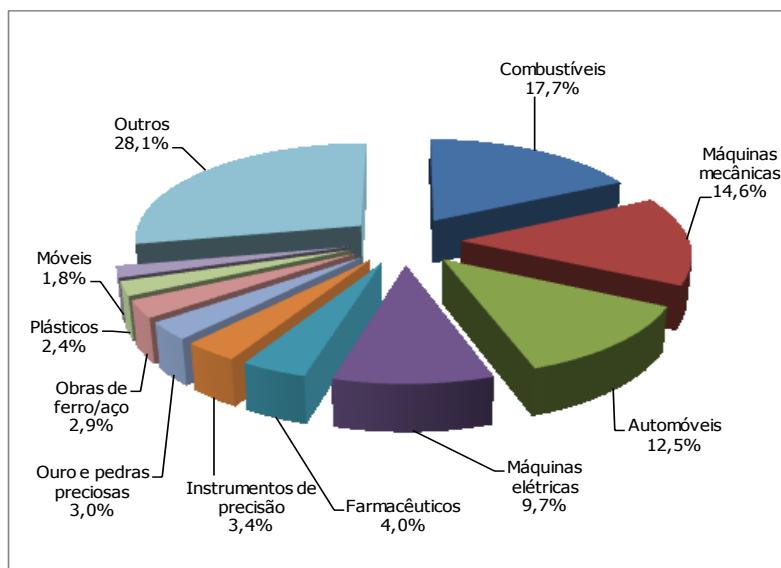
Os países asiáticos são os principais abastecedores do mercado australiano. Em 2013, somaram 57% do total, seguidos da União Europeia com 18% e do continente americano com 13%. Individualmente, a China foi também o principal fornecedor de bens para a Austrália, com 19,5% do total. Seguiram-se: Estados Unidos (10,4%); Japão (7,8%); Cingapura (5,5%); Alemanha (4,7%); e Tailândia (4,7%). O Brasil posicionou-se no 48º lugar entre os fornecedores do mercado australiano, com 0,2% do total.

Composição das importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Combustíveis	41,2	17,7%
Máquinas mecânicas	34,1	14,6%
Automóveis	29,1	12,5%
Máquinas elétricas	22,6	9,7%
Farmacêuticos	9,4	4,0%
Instrumentos de precisão	7,9	3,4%
Ouro e pedras preciosas	6,9	3,0%
Obras de ferro/aço	6,8	2,9%
Plásticos	5,5	2,4%
Móveis	4,3	1,8%
Subtotal	167,9	71,9%
Outros	65,5	28,1%
Total	233,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

10 principais grupos de produtos importados



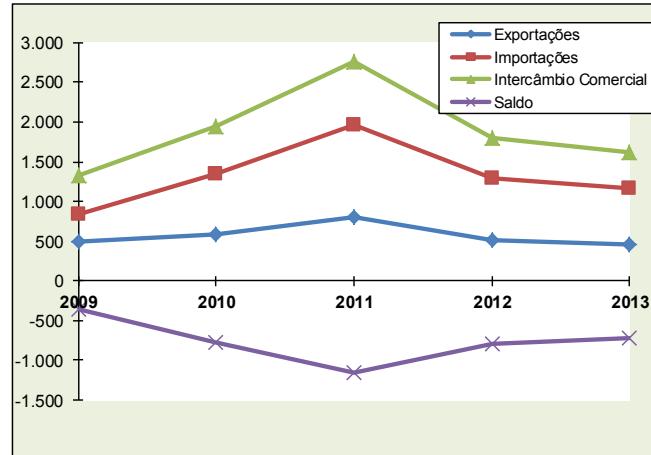
A pauta de importações da Austrália apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Em 2013, combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado, gás de petróleo e coques) foram o principal item da pauta e representaram 17,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, impressoras, elevadores de carga e bombas de ar) com 14,6%; automóveis (carros de turismo, caminhões, partes e acessórios e motocicletas) com 12,5%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, aparelhos de TV, cabos e fios e transformadores) com 9,7%; e produtos farmacêuticos (medicamentos, sangue e preparações farmacêuticas) com 4%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	493	-60,7%	844	-31,3%	1.337	-46,1%	-351
2010	587	19,2%	1.354	60,4%	1.941	45,2%	-766
2011	804	36,9%	1.958	44,7%	2.762	42,3%	-1.155
2012	505	-37,2%	1.288	-34,2%	1.793	-35,1%	-783
2013	451	-10,7%	1.163	-9,7%	1.614	-10,0%	-712
2013 (jan-mar)	97	-31,6%	332	-7,5%	429	-98,3%	-235
2014 (jan-mar)	102	4,7%	323	-2,6%	425	-0,9%	-222
Var. % 2009-2013	-8,5%		37,8%		20,7%		n.c.

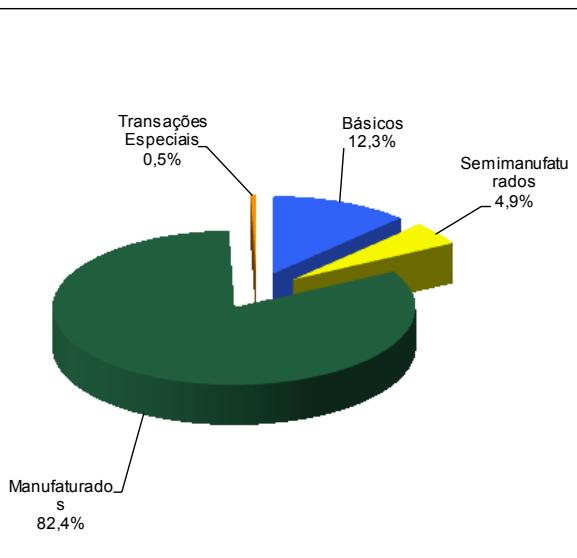
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
 (n.c.) Dado não calculado.

A Austrália foi o 48º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,3% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 20,7%, de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,6 bilhão. Nesse período, as exportações reduziram-se 8,5% e as importações cresceram 37,8%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 712 milhões em 2013.



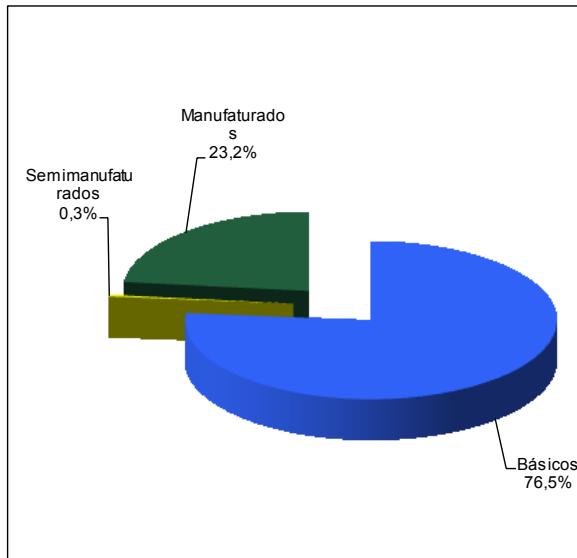
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para a Austrália são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 82,4% do total em 2013, com destaque para máquinas, automóveis e aviões. Os básicos posicionaram-se em seguida com 12,3% (café) e os semimanufaturados com 4,9%.

Importações



Os produtos básicos somaram 76,5% da pauta de importações em 2013, representados sobretudo por óleo bruto de petróleo. Os manufaturados posicionaram-se em seguida com 23,2% (máquinas e instrumentos de precisão), e os semimanufaturados com 0,1%.

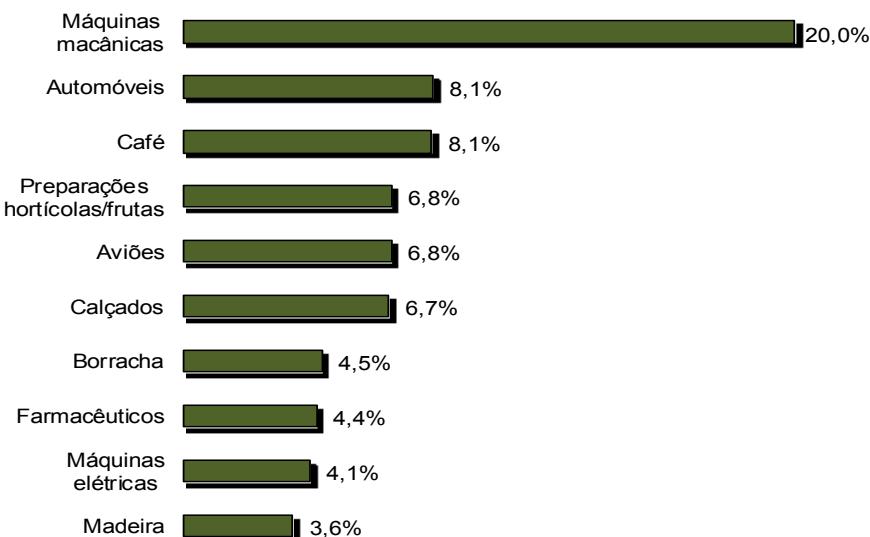
Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Máquinas macânicas	101,5	104,3	90,0	20,0%
Automóveis	26,8	34,8	36,7	8,1%
Café	58,3	41,9	36,5	8,1%
Preparações hortícolas/frutas	37,2	35,5	30,6	6,8%
Aviões	95,9	0,2	30,6	6,8%
Calçados	22,2	24,8	30,3	6,7%
Borracha	39,4	44,7	20,4	4,5%
Farmacêuticos	25,0	20,8	19,7	4,4%
Máquinas elétricas	26,9	34,4	18,7	4,1%
Madeira	10,6	20,0	16,2	3,6%
Subtotal	444	362	330	73,2%
Outros produtos	360	143	121	26,8%
Total	804	505	451	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Máquinas mecânicas (níveladores, compactadores e compressores, partes de máquinas para tratamento de minerais) foram os principais grupos de produtos brasileiros exportados para a Austrália. Em 2013, as máquinas mecânicas somaram 20% do total, seguidas de automóveis (veículos para transporte de mercadorias, chassis com motor, motocicletas) com 8,1% e café (cru em grãos) com 8,1%. Seguiram-se: preparações hortícolas (sucos de laranja) com 6,8%; aviões (aviões com peso até 15.000Kg, partes de aviões e helicópteros) com 6,8%; e calçados (6,7%).

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



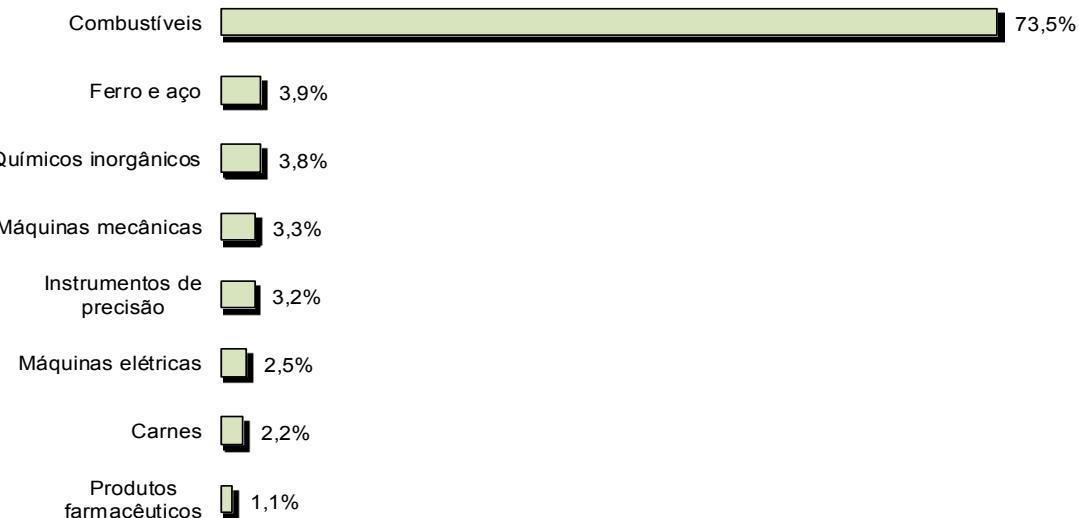
Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Combustíveis	1.627,8	933,9	854,9	73,5%
Ferro e aço	97,8	46,5	44,9	3,9%
Químicos inorgânicos	3,1	48,0	44,7	3,8%
Máquinas mecânicas	44,2	55,5	38,1	3,3%
Instrumentos de precisão	31,5	39,0	37,3	3,2%
Máquinas elétricas	30,0	34,0	28,6	2,5%
Carnes	11	19	25	2,2%
Produtos farmacêuticos	19	29	13	1,1%
Subtotal	1.865	1.204	1.087	93,4%
Outros produtos	93	84	76	6,6%
Total	1.958	1.288	1.163	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Na pauta das importações brasileiras originárias da Austrália, predominam os combustíveis. Em 2013, os combustíveis (óleo bruto de petróleo, hulhas) foram os principais produtos importados pelo Brasil e representaram 73,5% do total, seguidos de ferro e aço (laminados) com 3,9%; produtos químicos inorgânicos (óxidos e hidróxidos de níquel) com 3,8%; máquinas mecânicas (carregadoras-transportadoras utilizadas em minas subterrâneas, motores de explosão) com 3,3%; e instrumentos de precisão (aparelhos de ozonoterapia, aparelhos auditivos e instrumentos ópticos) com 3,2%.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

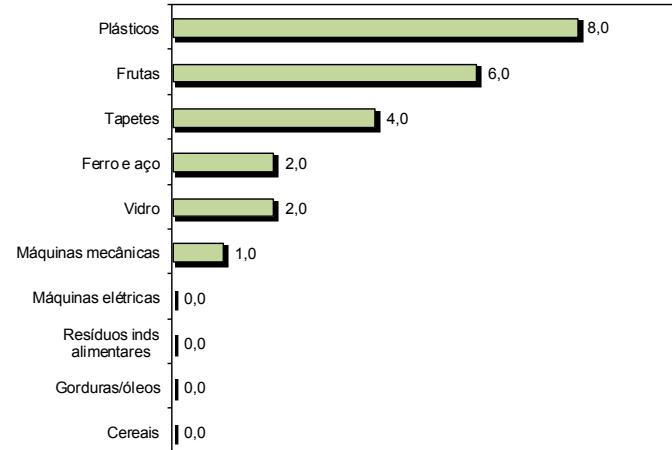


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

Descrição	2013 (jan-mar)	Part. % no total	2014 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Máquinas mecânicas	17,5	18,1%	28,6	28,2%	Máquinas mecânicas 28,6
Preparações hortícolas	10,4	10,8%	12,0	11,8%	Preparações hortícolas 12,0
Café	11,4	11,7%	8,5	8,4%	Café 8,5
Calçados	6,7	6,9%	7,1	6,9%	Calçados 7,1
Farmacêuticos	4,2	4,3%	6,1	6,0%	Farmacêuticos 6,1
Automóveis	5,1	5,3%	4,9	4,8%	Automóveis 4,9
Máquinas elétricas	5,1	5,3%	4,6	4,6%	Máquinas elétricas 4,6
Amidos e féculas	3,1	3,2%	3,4	3,4%	Amidos e féculas 3,4
Borracha	7,6	7,8%	3,0	2,9%	Borracha 3,0
Madeira	3,7	3,8%	2,6	2,6%	Madeira 2,6
Subtotal	74,9	77,2%	80,9	79,6%	
Outros produtos	22,1	22,8%	20,7	20,4%	
Total	96,9	100,0%	101,6	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

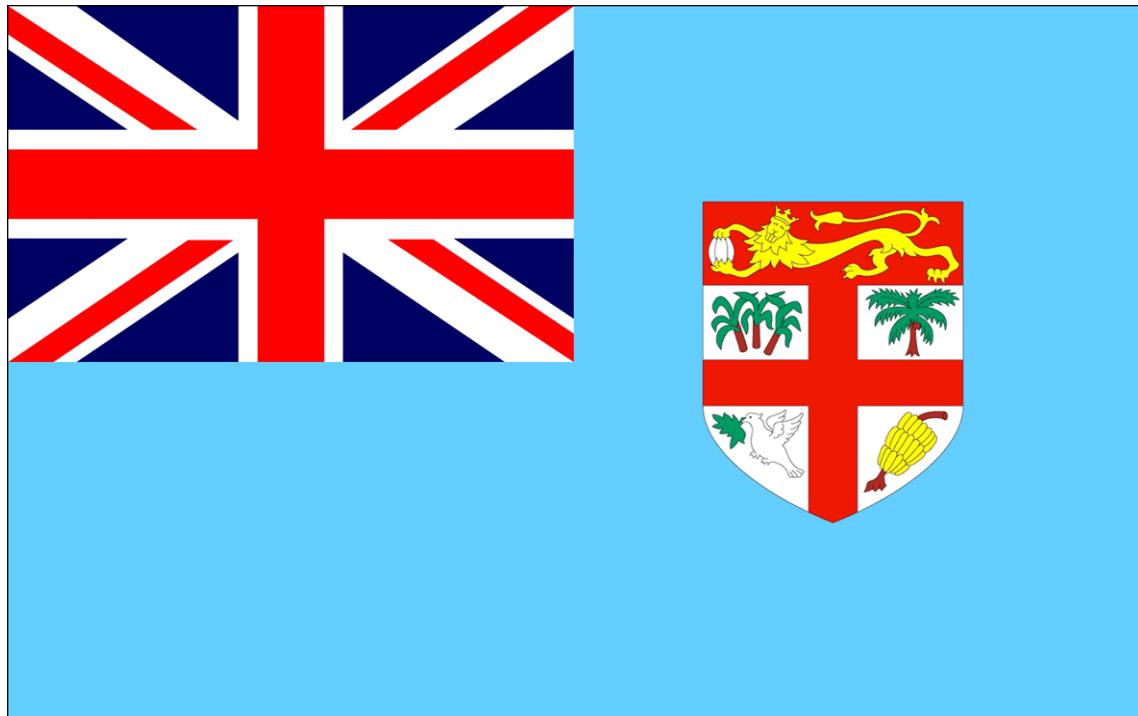
Importações				
Plásticos		0,0%	8,0	2,5%
Frutas		0,0%	6,0	1,9%
Tapetes		0,0%	4,0	1,2%
Ferro e aço		0,0%	2,0	0,6%
Vidro		0,0%	2,0	0,6%
Máquinas mecânicas		0,0%	1,0	0,3%
Máquinas elétricas		0,0%	0,0	0,0%
Resíduos inds alimentares		0,0%	0,0	0,0%
Gorduras/óleos		0,0%	0,0	0,0%
Cereais		0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	0,0	0,0%	23,0	7,1%
Outros produtos	331,9	100,0%	300,4	92,9%
Total	331,9	100,0%	323,4	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FIJI



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Maio de 2014

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Fiji
CAPITAL	Suva
ÁREA	18.274 km ² (332 ilhas)
POPULAÇÃO (2012)	890.057 habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês, fijiano e hindustano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Igreja Metodista (34,6%); hinduísmo (27,9%); catolicismo (9,1%); islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ratu Epeli Nailatikau (desde julho de 2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro interino Comodoro Josaia Voreqe (Frank) Bainimarama (desde abril de 2009)
CHANCELER	Ratu Inoke Kubuabola (desde julho de 2009)
PIB NOMINAL (2012)¹	US\$ 3,9 bilhões
PIB PPP (2012)¹	US\$ 4,2 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 4.467
PIB PPP <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 4.728
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2012)¹	2,3%
IDH²	0,702 (96º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA²	69,4
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO³	93,7
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2012)¹	8,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	
EMBAIXADOR NO BRASIL	Cama Tuiqilaqila Tuiloma

(1) Dados do Banco Mundial – disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data>

(2) Dados do Relatório 2013 PNUD

(3) Dado do CIA World Factbook 2013, indisponível no relatório 2013 PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

ASIL⇒ FIJI	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	1.128	889	1.130	1.753	3.694	1.360	658	616	1.020
Exportações	1.034	860	1.124	1.631	3.686	1.344	648	585	1.011
Importações	94	29	6	122	8	15	9	31	9
Saldo	939	830	1.118	1.509	3.677	1.329	638	554	1.002

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ratu Epeli Nailatikau
Presidente de Fiji



Ratu Epeli Nailatikau nasceu em 1941, em Fiji. Antes de optar pela carreira política, trabalhou por duas décadas como militar e 17 anos como diplomata. Foi deposto do cargo de Comandante das Forças Armadas Reais de Fiji, como consequência do primeiro dos golpes militares de 1987. Serviu como Embaixador em diversos países da Europa, África e Ásia, antes de assumir o cargo de Secretário Permanente para Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, em 1999.

Foi nomeado Primeiro-Ministro em 2000, após uma tentativa frustrada de golpe ao qual se opôs, mas recusou o cargo em favor de candidato mais consensual —, assumindo, no entanto, os postos de Vice-Primeiro-Ministro e de Ministro dos Assuntos Internos.

Em 2001, foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados, tendo permanecido no cargo até 2006.

Após o golpe militar de 2006, foi convidado para o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior no governo interino de Bainimarama.

Em 2008, assumiu como Ministro para o Desenvolvimento Regional e Assuntos Multiétnicos.

Em 2009, foi nomeado Vice-Presidente e, poucos meses depois, com a aposentadoria do então Presidente, assumiu a Presidência da República – cargo sobretudo protocolar.

Josaiia Voreqe (Frank) Bainimarama
Primeiro-Ministro interino



Josaiia Voreqe (Frank) Bainimarama nasceu em 1954, em Kiuva, Fiji. Alistou-se na Marinha fijiana em 1975, ascendendo na carreira sem maiores entraves. Serviu na América do Sul, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos, além de ter tomado parte na Missão de Paz das Nações Unidas no Sinai, entre 1986 e 1987. Foi nomeado Chefe do Estado Maior em 1997.

Foi uma personagem chave na crise política de 2000, quando assumiu, por alguns dias, a chefia do governo interino, até a formação de um novo governo civil.

Bainimarama exigiu que dois projetos de lei fossem retirados da pauta de votação. Considerando hesitante a resposta do Primeiro-Ministro, o Comodoro derrubou o governo, assumindo como Primeiro-Ministro interino e prometendo a realização de eleições em 2010. Retrocedeu em sua promessa sob a justificativa de que as reformas necessárias para o retorno à democracia não tinham sido atingidas e postergou as eleições para 2014.

Ratu Inoke Kubuabola
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



O Ministro Kubuabola ocupa o cargo desde agosto de 2009. Em sua carreira profissional, trabalhou como gerente com a "New Zealand Insurance Company Limited" em Auckland, Nova Zelândia e Suva, Fiji.

Em outubro de 1987, Ratu Kubuabola foi designado Ministro de Informação pelo Governo Militar e de outubro de 1988 a abril de 1992 foi Ministro de Informação, Televisão e Telecomunicações.

Em julho de 1992, concorreu nas Eleições Gerais pela Província de Cakaudrove, sem êxito, mas em 1999 foi finalmente eleito para aquela região. Ao perder o pleito em 1992, foi nomeado Ministro para a Juventude, Emprego e Esporte. Em março de 1995 foi designado Ministro para o Desenvolvimento Regional e Assuntos Multi étnicos, aos quais foram acrescentados, a partir de 1996, as responsabilidades pelas pastas de Obras, Infraestrutura e Transportes, pasta que ocupou ainda de 1997-1998. De 1998-1999, foi Ministro de Comunicações, Obras e Energia.

Atuou como Líder da Oposição de 1999-2000 e também como Ministro da Informação e das Comunicações do Governo Interino no período de 2000-2001.

Ratu Kubuabola já serviu como Alto Comissário de Fiji em Papua Nova Guiné, cumulativo com Vanuatu, Ilhas Salomão e Timor Leste, no período de 2002-2006. Foi Embaixador no Japão e na Coréia de 2006 a julho de 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

No primeiro semestre de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil às ilhas Fiji. Pouco tempo depois o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Fiji, em 16 de fevereiro de 2006. O então Assessor Especial para a Ásia do Itamaraty, Embaixador João Gualberto Marques Porto, fez missão a Suva, em 3 de março de 2008, ocasião em que se encontrou com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau.

O governo de Fiji anunciou, em julho de 2008, decisão de abrir Embaixada residente em Brasília. Em seguida o Ministro interino das Indústrias Primárias, Joketani Cokanasiga, fez a primeira visita de autoridade fijiana ao Brasil, entre 18 e 22 de outubro de 2008.

O Decreto nº 7.207, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil na República de Fiji, não residente, cumulativa com a Embaixada na Austrália.

Entre 27 e 29 de março de 2011, o Dr. José Graziano da Silva, candidato brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da Organização da Alimentação e Agricultura, visitou Suva. Na ocasião, encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ratu Inoke Kubuabola e com o Secretário Permanente para a Agricultura, Mason Smith.

Em maio de 2011, o Secretário Permanente da Chancelaria fijiana, Senhor Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao Cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da Embaixada residente em Brasília. O Senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral.

A Embaixada de Fiji em Brasília foi a primeira Embaixada daquele país na América Latina.

Em julho de 2011, o Governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação do Sr. Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011 o Primeiro-Ministro Voreqe Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a Embaixada de Fiji. Durante sua visita, foi recebido pelo Ministro da Agricultura e pelo Secretário-Geral do Itamaraty.

O Embaixador Cama Tuiloma entregou suas cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em fevereiro de 2012. Durante a Conferência Rio+20, em junho de 2012, o Primeiro-Ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente.

Ainda em junho de 2012 o Embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Antônio Corrêa Barbosa, esteve em Fiji para apresentar cartas credenciais como embaixador não residente. Durante essa visita ele manteve encontro com o Presidente de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, e com o chanceler Ratu Inoke Kubuabola. Em março de 2013 a embaixadora Fontenele Reis esteve em Fiji para realizar gestões em favor da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo a Diretor-Geral

da Organização Mundial do Comércio e manteve encontro com o Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Amena Yauvoli (o Ministro Ratu Inoke Kubuabola estava em licença médica), além de encontrar-se com outros ministros do gabinete fijiano.

Em novembro de 2013 o Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca e as autoridades fijianas consideraram que o Brasil poderia ser um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender ao mercado interno e aos potenciais de exportação.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando nas indústrias do turismo e no setor primário.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Fiji.

POLÍTICA INTERNA

Quando da sua independência, em 1970, Fiji (que era Protetorado britânico desde 1874) adotou o modelo inglês de democracia constitucional como forma de governo. Fiji tem um parlamento bicameral, formado por um Senado nomeado, uma Câmara dos Deputados eleita e um Gabinete presidido pelo Primeiro-Ministro. Há também um Conselho de Chefes Tribais (Bose Levu Vakaturaga), o qual se reúne ao menos uma vez ao ano para discutir questões de interesse da população. O Conselho tem a atribuição de nomear o Presidente de Fiji.

O Senado é a Casa revisora, composta por 32 senadores – 14 indicados pelo Conselho de Chefes, 9 pelo Primeiro-Ministro, 8 pelo líder da oposição e 1 pelo Conselho de Rotuma, um território dependente de Fiji. Todos são empossados pelo Presidente.

A Câmara dos Deputados concentra a maior parte do poder legislativo, é composta por 71 membros eleitos para mandatos de 5 anos, 25 eleitos por sufrágio universal e os demais 46 eleitos de maneira reservada pelas comunidades étnicas fijianas. No processo de reformulação constitucional ora em curso essa divisão étnica da Câmara dos Deputados é bastante criticada.

Em 5 de dezembro de 2006, sob pretexto de acabar com a corrupção, o Comandante das Forças Militares de Fiji, Comodoro Frank Bainimarama, derrubou o governo constitucionalmente eleito e assumiu como novo “Primeiro-Ministro

interino nomeado pelo Presidente". Essa mudança de governo foi condenada imediatamente pela comunidade internacional. Os governos da Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido anunciaram várias sanções até que seja restabelecida a normalidade democrática.

O Fórum das Ilhas do Pacífico, organização regional que congrega todos os países soberanos da Oceania, acompanha com atenção a situação em Fiji e tem, desde 2006, exortado o país a retornar ao regime democrático. Ao final da 42ª sessão do Fórum das Ilhas do Pacífico realizada em Auckland, em setembro de 2011, a decisão de manter o afastamento de Fiji enquanto não for restaurada a normalidade constitucional foi tomada por unanimidade. Em maio de 2012 delegação do grupo ministerial do Fórum, liderada pelos chanceleres da Austrália e da Nova Zelândia realizou visita a Fiji para acompanhar o comprometimento do governo em realizar eleições gerais em 2014. Após impressão favorável auferida pelo grupo ministerial, e tendo em vista o progresso dos trabalhos da Comissão Constitucional de Fiji, presidida pelo professor constitucionalista queniano Yash Gai, os países do Fórum concordaram em reduzir o peso das sanções sobre Fiji.

O otimismo quanto à perspectiva de retorno à democracia em Fiji que imperou durante o segundo semestre de 2012, entretanto, foi prontamente afastado no início de 2013. No dia 10 de janeiro de 2013, o Presidente de Fiji realizou pronunciamento com fortes críticas ao projeto de nova Constituição e o Primeiro-Ministro e Comandante das Forças Armadas de Fiji, Comodoro Josaia Voreqe Bainimarama, anunciou no mesmo dia que especialistas do governo iriam emendar o projeto constitucional entregue pela Comissão. O governo de Fiji também divulgou, em 15 de janeiro, decreto sobre a criação de partidos que restringe a atividade política no país. As maiores resistências ao projeto vieram dos militares, que não estariam satisfeitos com a previsão de supremacia do poder civil. Ainda assim, diante da manutenção das eleições programadas para 2014 e de novas sinalizações positivas ao longo de 2013 quanto à disposição do governo interino de garantir o retorno à ordem democrática, a Austrália e a Nova Zelândia suspenderam boa parte das sanções sobre Fiji, embora os países do Fórum ainda tratem o país com cautela até que as eleições sejam realizadas no segundo semestre desse ano.

POLÍTICA EXTERNA

Fiji é membro das Nações Unidas, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do Melanesian Spearhead Group (MSG) e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia.

O Melanesian Spearhead Group constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países membros (Fiji, Papua Mova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Seus objetivos incluem o estabelecimento de uma área de livre comércio

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

O país tem contribuído em Missões de Paz da ONU e um número significativo de ex-militares serviu no Iraque após a invasão americana de 2003. Fiji faz parte da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que reúne 43 países com desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

Com o congelamento dos aportes por Austrália e Nova Zelândia, os dois maiores provedores de assistência, em seguida ao golpe de Estado de dezembro de 2006, a China passou a valer-se da circunstância para aumentar substancialmente sua presença no país e no Pacífico Sul. Em 2007, a ajuda chinesa que girava em torno de US\$ 670 mil, subiu para mais de US\$ 111 milhões, mais do dobro do concedido a todos os demais países em desenvolvimento da região.

Após sua suspensão do Fórum das Ilhas do Pacífico, Fiji tentou, durante 2013, emplacar uma organização regional alternativa, o Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico, para a qual inclusive solicitou apoio econômico do Brasil e de outros países de fora da Oceania (o Brasil não atendeu esse pedido). A nova organização não teria a Austrália e a Nova Zelândia como membros, visto que, segundo Fiji, o interesse desses dois países desenvolvidos são muito diferentes daqueles dos países de menor desenvolvimento predominantes no Pacífico Sul. Diante do pouco entusiasmo das demais Ilhas do Pacífico e em vista do provável retorno de Fiji ao Fórum das Ilhas do Pacífico após as eleições de 2014 essa iniciativa ficou em segundo plano.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com PIB nominal de US\$ 4,2 bilhões e crescimento de 3,03% em 2013, o país posicionou-se como a 153^a economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 70,2% do PIB, seguido do industrial com 18,1% e do agrícola com 11,7%. O país apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 734 milhões. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 1,03 bilhão. O comércio exterior do país apresentou, em 2012, crescimento de 9% em relação a 2008, de US\$ 3,18 bilhões para US\$ 3,47 bilhões.

No ranking da ONU de 2012, o país figurou como o 157º mercado mundial, sendo o 146º exportador e o 156º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise totalizando saldo negativo de US\$ 1,03 bilhão em 2013.

As vendas do país são direcionadas em grande parte para a Oceania, que absorveu 39,8% do total; seguida dos países do continente americano com 15,6%; e da Ásia 13,6%. Individualmente, a Austrália foi o principal destino das vendas das Ilhas Fiji com 14,8% do total em 2012. Seguiram-se: Estados Unidos (12,3%); Reino Unido (8,3%); e Japão (5,9%). O Brasil posicionou-se no 98º lugar entre os compradores das Ilhas Fiji. Combustíveis (óleo de petróleo refinado) são o principal item da pauta de exportações das Ilhas Fiji. Em 2012 representaram 27,8% do total, seguidos de pescados (peixe fresco e congelado) com 14,2%; açúcar (açúcar refinado) com 8,7%; bebidas (água mineral e com gás) com 8%.

Os países da Ásia são também os principais abastecedores do mercado das Ilhas Fiji. Em 2012, somaram 56% do total, seguidos da Oceania com 32,7%. Individualmente, Cingapura foi o principal fornecedor de bens às Ilhas, com 31,8% do total. Seguiram-se: Austrália (18,3%); Nova Zelândia (13,9%); China (8,8%). O Brasil posicionou-se no 39º lugar entre os fornecedores do mercado das Ilhas Fiji.

A pauta de importações das Ilhas Fiji apresentou-se concentrada em bens industrializados. Em 2012, combustíveis (óleo de petróleo refinado, gás de petróleo, betumes e asfaltos, naturais; xistos e areias betuminosas; asfaltitas e rochas asfálticas) foram o principal item da pauta e representaram 30,5% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, impressoras, "bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores (scrapers), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados) com 8%; pescados (peixes congelados) com 6,2%; máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, incluindo os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio; aparelhos transmissores/emissores para radiodifusão ou televisão) com 5,4%.

Ilhas Fiji foi o 195º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu 72,4%, de US\$ 3,7 milhões para US\$ 1 milhão. Nesse período, as exportações decresceram 72,6% e as importações cresceram 6,9%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 1 milhão em 2013. As exportações brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 85,2% do total em 2013, com destaque para a venda de madeira e calçados. Os básicos posicionaram-se em seguida com 14,8% (oleorresinas de extração e grãos). Os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta importadora em 2013, com a compra de conversores elétricos. Madeira (caixotes, caixas, engradados, barricas de madeira) foi o principal produto brasileiro exportado para as Ilhas Fiji, representando quase 1/5 das vendas brasileiras para o país. Em 2013, madeira somou 19,9% do total, seguido de calçados (calçados de borracha/plástico com

parte superior em tiras) com 15,2%; perfumaria (oleorresinas de extração) com 12,3%; preparações alimentícias diversas (café solúvel e outros extratos, essências de café) com 9,9%; instrumentos e aparelhos médicos e de precisão (incubadora para bebês; aparelhos de ozonoterapia e outros de terapia respiratória) com 7,4%; máquinas mecânicas (partes de máquinas e aparelhos para limpar/secar/encher/fechar; aparelhos manuais para projetar e para combate a pragas, para pulverizar fungicidas/inseticidas) com 6,6%. Máquinas elétricas, especificamente outros retificadores (conversores elétricos) foram o principal produto importado das Ilhas Fiji. Em 2013 representaram a totalidade da pauta importadora.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Fiji torna-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; celebração do acordo de cooperação técnica

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	Aguarda encaminhamento ao Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2013

PIB	
Crescimento real	3,03%
PIB nominal	US\$ 4,2 bilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 4.669
PIB PPP	US\$ 4,5 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 4.926
Origem do PIB	
Agricultura	11,7%
Indústria	18,1%
Serviços	70,2%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US\$ -734 milhões
Saldo da balança comercial de bens (2012)	US\$ -1,03 bilhão
Reservas internacionais	US\$ 940,9 milhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	2,9%
Dívida externa	US\$ 535,4 milhões
Câmbio (F\$ / US\$)	1,84

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2013; (3) World Investment Report 2013; (4) UN/UNCTAD/ITC/Trademap April 2014.

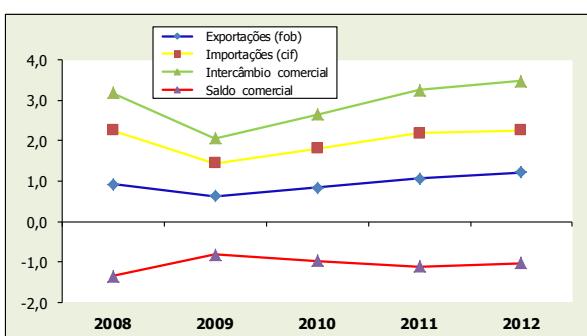
Com PIB nominal de US\$ 4,2 bilhões e crescimento de 3,03% em 2013, o país posicionou-se como a 153ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 70,2% do PIB, seguido do industrial com 18,1% e do agrícola com 11,7%. O país apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 734 milhões. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 1,03 bilhão.

Evolução do comércio exterior US\$ bilhões

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jun)	2013 (jan-jun)	Var.% 2008-2012
Exportações (fob)	0,92	0,63	0,84	1,07	1,22	0,59	0,48	32,4%
Importações (cif)	2,26	1,44	1,81	2,18	2,25	1,06	1,40	-0,5%
Intercâmbio comercial	3,18	2,07	2,65	3,25	3,47	1,65	1,89	9,0%
Saldo comercial	-1,34	-0,81	-0,97	-1,11	-1,03	-0,48	-0,92	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(n.c.) Dado não calculado.



O comércio exterior do país apresentou, em 2012, crescimento de 9% em relação a 2008, de US\$ 3,18 bilhões para US\$ 3,47 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 157º mercado mundial, sendo o 146º exportador e o 156º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 1,03 bilhão em 2013.

Direção das Exportações

US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part.% no total	10 principais destinos das exportações	
Austrália	181,1	14,8%	Austrália	14,8%
Estados Unidos	150,4	12,3%	Estados Unidos	12,3%
Reino Unido	101,7	8,3%	Reino Unido	8,3%
Japão	72,2	5,9%	Japão	5,9%
Nova Zelândia	55,5	4,5%	Nova Zelândia	4,5%
Tonga	55,4	4,5%	Tonga	4,5%
Papua Nova-Guiné	41,1	3,4%	Papua Nova-Guiné	3,4%
Kiribati	26,6	2,2%	Kiribati	2,2%
Vanuatu	24,4	2,0%	Vanuatu	2,0%
Samoa	20,6	1,7%	Samoa	1,7%
...				
Brasil	0,005	0,0%		
Subtotal	729,1	59,7%		
Outros países	491,5	40,3%		
Total	1.220,6	100,0%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

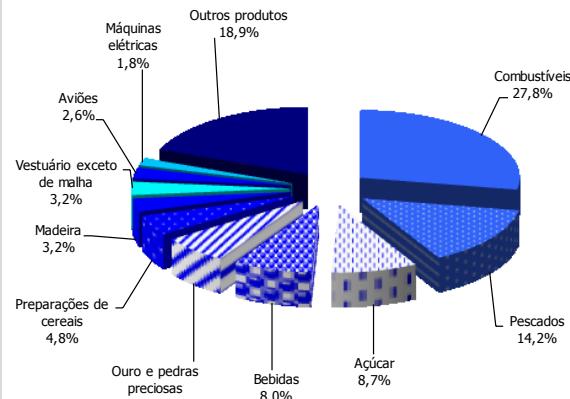
(1) Última posição disponível em 11/04/2014.

As vendas do país são direcionadas em grande parte para a Oceania, que absorveu 39,8% do total; seguida dos países do continente americano com 15,6%; e da Ásia 13,6%. Individualmente, a Austrália foi o principal destino das vendas das Ilhas Fiji com 14,8% do total em 2012. Seguiram-se: Estados Unidos (12,3%); Reino Unido (8,3%); e Japão (5,9%). O Brasil posicionou-se no 98º lugar entre os compradores das Ilhas Fiji.

Composição das Exportações

US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados	
Combustíveis	339,6	27,8%	Máquinas elétricas	1,8%
Pescados	173,5	14,2%	Aviões	2,6%
Açúcar	106,1	8,7%	Vestuário exceto de malha	3,2%
Bebidas	97,1	8,0%	Madeira	3,2%
Ouro e pedras preciosas	81,8	6,7%	Preparações de cereais	4,8%
Preparações de cereais	59,2	4,8%		
Madeira	39,3	3,2%		
Vestuário exceto de malha	39,1	3,2%		
Aviões	32,2	2,6%		
Máquinas elétricas	21,6	1,8%		
Subtotal	989,4	81,1%		
Outros produtos	231,2	18,9%		
Total	1.220,6	100,0%		



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

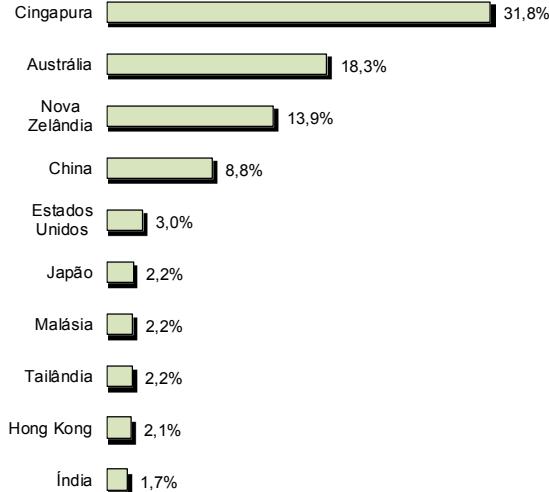
(1) Última posição disponível em 11/04/2014.

Combustíveis (óleo de petróleo refinado) são o principal item da pauta de exportações das Ilhas Fiji. Em 2012 representaram 27,8% do total, seguidos de pescados (peixe fresco e congelado) com 14,2%; açúcar (açúcar refinado) com 8,7%; bebidas (água mineral e com gás) com 8%.

Origem das Importações

US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total	10 principais origens das importações	
Cingapura	717,4	31,8%	Cingapura	31,8%
Austrália	412,4	18,3%	Austrália	18,3%
Nova Zelândia	312,3	13,9%	Nova Zelândia	13,9%
China	198,6	8,8%	China	8,8%
Estados Unidos	68,3	3,0%	Estados Unidos	3,0%
Japão	50,2	2,2%	Japão	2,2%
Malásia	49,4	2,2%	Malásia	2,2%
Tailândia	48,5	2,2%	Tailândia	2,2%
Hong Kong	46,3	2,1%	Hong Kong	2,1%
Índia	39,3	1,7%	Índia	1,7%
...				
Brasil	0,71	0,0%		
Subtotal	1.943,6	86,3%		
Outros países	309,0	13,7%		
Total	2.252,6	100,0%		



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

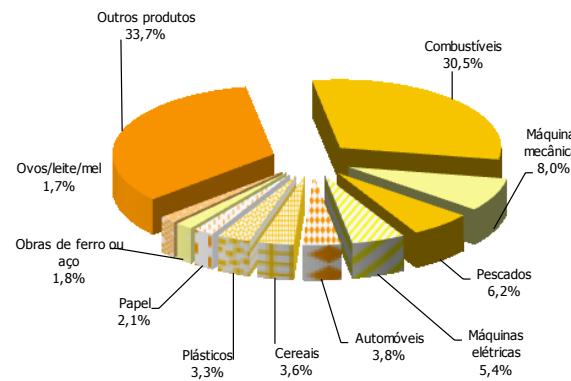
(1) Última posição disponível em 11/04/2014.

Os países da Ásia são também os principais abastecedores do mercado das Ilhas Fiji. Em 2012, somaram 56% do total, seguidos da Oceania com 32,7%. Individualmente, Cingapura foi o principal fornecedor de bens às Ilhas, com 31,8% do total. Seguiram-se: Austrália (18,3%); Nova Zelândia (13,9%); China (8,8%). O Brasil posicionou-se no 39º lugar entre os fornecedores do mercado das Ilhas Fiji.

Composição das importações

US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados	
Combustíveis	687,6	30,5%	Combustíveis	30,5%
Máquinas mecânicas	179,7	8,0%	Máquinas mecânicas	8,0%
Pescados	139,8	6,2%	Pescados	6,2%
Máquinas elétricas	120,5	5,4%	Máquinas elétricas	5,4%
Automóveis	84,9	3,8%	Automóveis	3,8%
Cereais	80,9	3,6%	Cereais	3,6%
Plásticos	75,1	3,3%	Plásticos	3,3%
Papel	46,7	2,1%	Papel	2,1%
Obras de ferro ou aço	39,5	1,8%	Obras de ferro ou aço	1,8%
Ovos/leite/mel	38,3	1,7%	Ovos/leite/mel	1,7%
Subtotal	1.492,9	66,3%		
Outros produtos	759,7	33,7%		
Total	2.252,6	100,0%		



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) Última posição disponível em 11/04/2014.

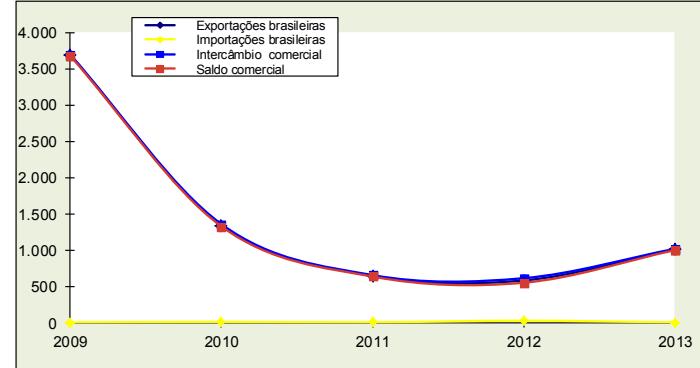
A pauta de importações das Ilhas Fiji apresentou-se concentrada em bens industrializados. Em 2012, combustíveis (óleo de petróleo refinado, gás de petróleo, betumes e asfaltos, naturais; xistos e areias betuminosas; asfaltitas e rochas asfálticas) foram o principal item da pauta e representaram 30,5% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (computadores, impressoras, "bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores (scrapers), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados) com 8%; pescados (peixes congelados) com 6,2%; máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, incluindo os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio; aparelhos transmissores/emissores para radiodifusão ou televisão) com 5,4%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-mar)	2014 (jan-mar)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	3.686	1.345	649	585	1.012	217	290	-72,6%
Variação em relação ao ano anterior	126,0%	-63,5%	-51,8%	-9,8%	72,8%	474,2%	33,8%	
Importações brasileiras	8	16	10	31	9	0	0	6,9%
Variação em relação ao ano anterior	-93,1%	84,6%	-36,8%	215,7%	-71,0%	-100,0%	n.a.	
Intercâmbio comercial	3.695	1.360	659	616	1.021	217	290	-72,4%
Variação em relação ao ano anterior	110,7%	-63,2%	-51,6%	-6,4%	65,6%	231,7%	33,8%	
Saldo comercial	3.678	1.329	639	554	1.003	217	290	-72,7%

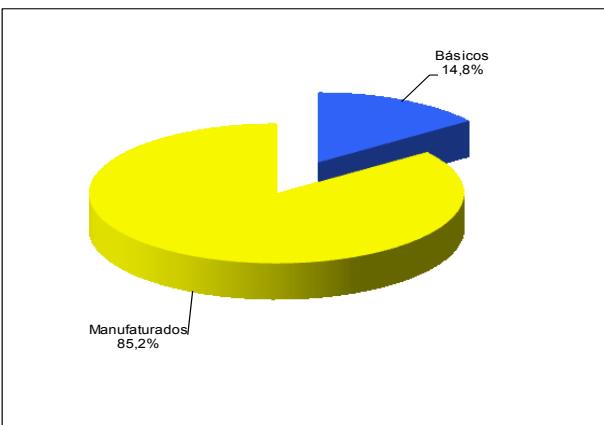
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.
(n.c.) Dado não calculado.

Ilhas Fiji foi o 195º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu 72,4%, de US\$ 3,7 milhões para US\$ 1 milhão. Nesse período, as exportações decresceram 72,6% e as importações cresceram 6,9%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 1 milhão em 2013.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2013

Exportações



As exportações brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 85,2% do total em 2013, com destaque para a venda de madeira e calçados. Os básicos posicionaram-se em seguida com 14,8% (oleorresinas de extração e grãos).

Importações

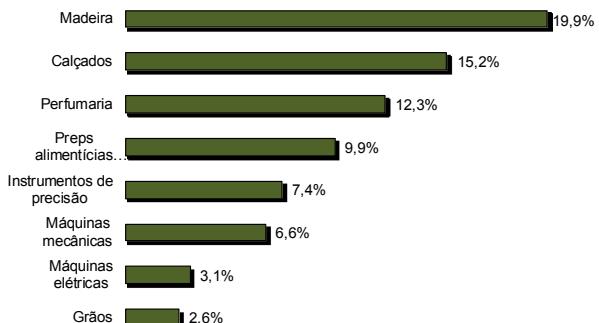


Os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta importadora em 2013, com a compra de conversores elétricos.

Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Madeira	151,2	177,0	201,7	19,9%	Madeira
Calçados	65,5	99,5	153,7	15,2%	Calçados
Perfumaria	0,0	0,0	124,2	12,3%	Perfumaria
Preps alimentícias diversas	11,8	47,1	100,3	9,9%	Preps alimentícias...
Instrumentos de precisão	0,4	0,0	75,0	7,4%	Instrumentos de precisão
Máquinas mecânicas	242,3	0,0	67,2	6,6%	Máquinas mecânicas
Máquinas elétricas	0,3	21,2	31,1	3,1%	Máquinas elétricas
Grãos	18,8	0,0	25,9	2,6%	Grãos
Subtotal	490,4	344,8	779,1	77,0%	
Outros produtos	158,3	240,6	232,7	23,0%	
Total	648,7	585,4	1.011,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.



Madeira (caixotes, caixas, engradados, barricas de madeira) foi o principal produto brasileiro exportado para as Ilhas Fiji, representando quase 1/5 das vendas brasileiras para o país. Em 2013, madeira somou 19,9% do total, seguido de calçados (calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras) com 15,2%; perfumaria (oleoresinas de extração) com 12,3%; preparações alimentícias diversas (café solúvel e outros extratos, essências de café) com 9,9%; instrumentos e aparelhos médicos e de precisão (incubadora para bebês; aparelhos de ozonoterapia e outros de terapia respiratória) com 7,4%; máquinas mecânicas (partes de máquinas e aparelhos para limpar/secar/encher/fechar; aparelhos manuais para projetar e para combate a pragas, para pulverizar fungicidas/inseticidas) com 6,6%.

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Máquinas elétricas	0,82	0,00	9,00	100,0%	
Bebidas	0,00	27,43	0,00	0,0%	
Obras de ferro/aço	9,00	0,22	0,00	0,0%	
Subtotal	9,82	27,64	9,00	100,0%	
Outros produtos	0,00	3,36	0,00	0,0%	
Total	9,82	31,00	9,00	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

Máquinas elétricas, especificamente outros retificadores (conversores elétricos) foram o principal produto importado das Ilhas Fiji. Em 2013 representaram a totalidade da pauta importadora.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

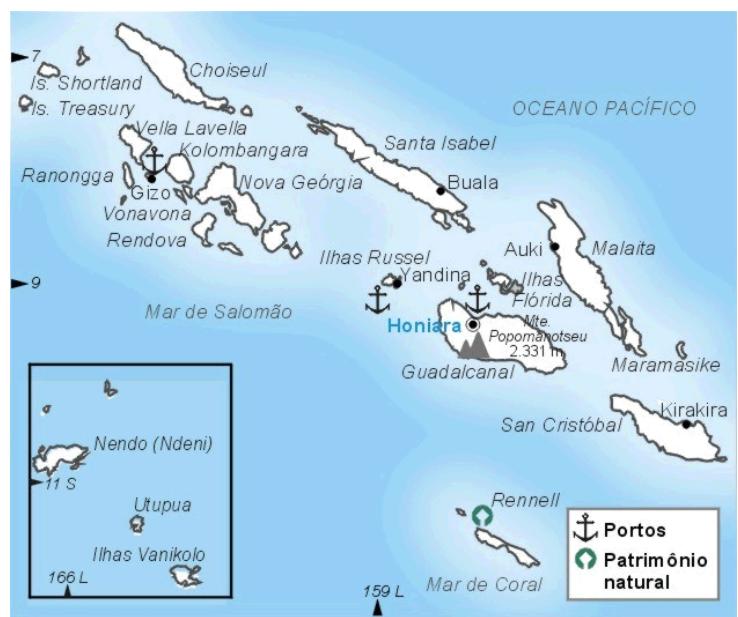
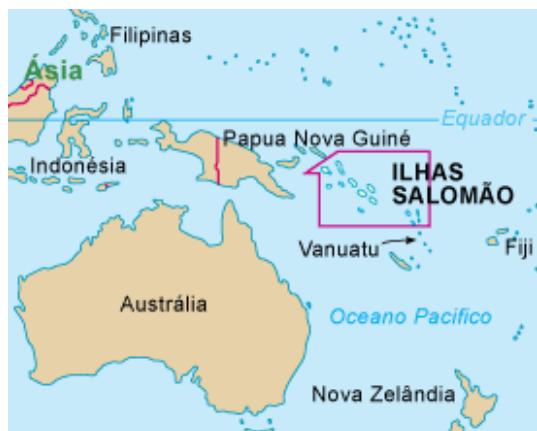
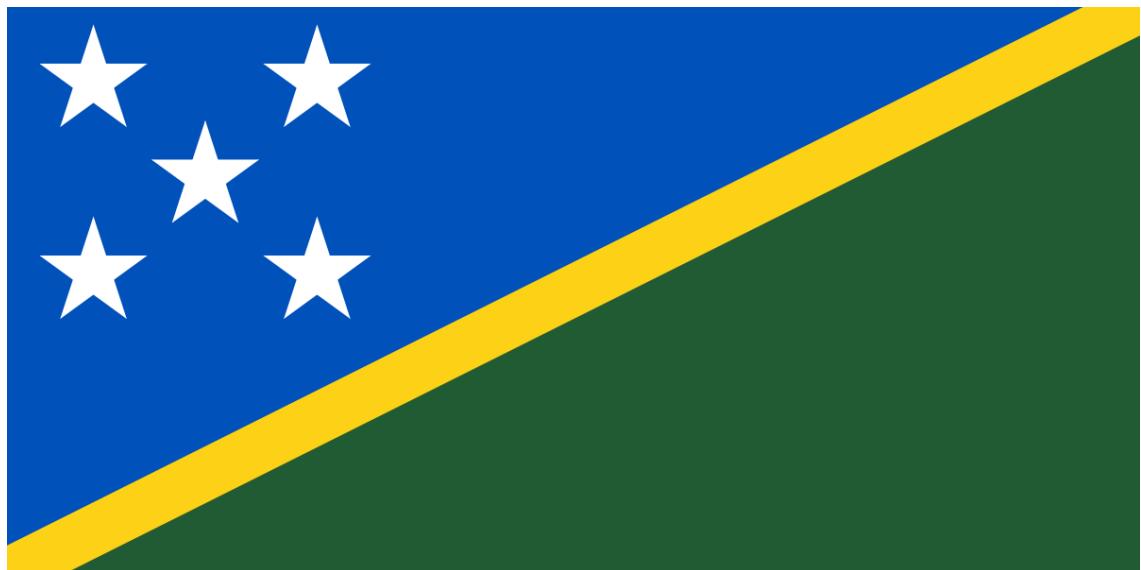
Descrição	2013 (jan-mar)	Part. % no total	2014 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Máquinas elétricas	6,1	2,8%	115,0	39,6%	
Madeira	51,6	23,7%	88,6	30,5%	
Calçados	9,5	4,4%	38,6	13,3%	
Móveis	0,0	0,0%	34,4	11,8%	
Máquinas mecânicas	44,6	20,5%	13,8	4,8%	
Subtotal	111,8	51,5%	290,4	100,0%	
Outros produtos	105,3	48,5%	0,1	0,0%	
Total	217,1	100,0%	290,5	100,0%	

Não houve importações no período.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS SALOMÃO



Informação ao Senado Federal
Maio de 2014

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	<i>Ilhas Salomão</i>
CAPITAL	Honiara
ÁREA	28.900 km ² (mais de 922 ilhas)
POPULAÇÃO (2012)	584.578 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, católicos 19%, evangélicos 17%, adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador General Frank Ofagioro Kabui (desde julho de 2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo (desde novembro de 2011)
CHANCELER	Clay Forau Soalaoi (desde fevereiro de 2012)
PIB NOMINAL (2012)¹	US\$ 1 bilhão
PIB PPP (2012)¹	US\$ 1,69 bilhão
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 1.834
PIB PPP <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 3.075
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2012)¹	3,9%
IDH²	0,530 (143º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA²	68,2 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO³	84,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO¹	4,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão

(1) Dados do Banco Mundial – disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data>

(2) Dados do Relatório 2013 PNUD

(3) Dado do CIA World Factbook 2013, indisponível no relatório 2013 PNUD

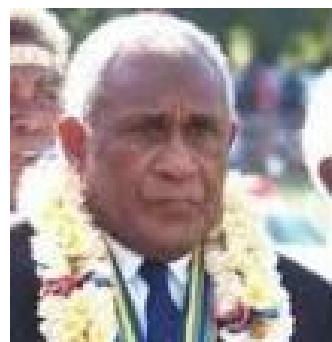
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

ASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	168	398	369	330	361	15	265	234	49
Exportações	168	398	369	330	361	15	265	234	49
Importações	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Saldo	168	398	369	330	361	15	265	234	49

PERFIS BIOGRÁFICOS

Frank Utu Ofagioro Kabui

*Governador-Geral das Ilhas Salomão,
representante da Rainha Elizabeth II*



Nascido em abril de 1946, foi o primeiro nacional das Ilhas Salomão a graduar-se em direito, obtendo seu bacharelado na Universidade de Papua Nova Guiné em 1975. Foi Juiz da Alta Corte das Ilhas Salomão e Procurador-Geral. Em julho de 2009 sua indicação pelo Parlamento à função de governador-geral foi ratificada pela Rainha Elizabeth II.

Gordon Darcy Lilo
Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão



Gordon Darcy Lilo nasceu em agosto de 1965 na vila de Ghatere. Ele obteve mestrado em desenvolvimento e administração pela Universidade Nacional da Austrália. Lilo trabalhou como secretário permanente dos Ministérios das Finanças e do Meio Ambiente até 2001, quando foi eleito para o Parlamento Nacional das Ilhas Salomão.

Em novembro de 2011, Lilo era Ministro das Finanças no governo de Danny Philip, que o demitiu no início daquele mês acusando-o de estar sabotando o governo. Poucos dias depois, entretanto, Danny Phillip foi deposto por uma moção de não confiança e Gordon Darcy Lilo o sucedeu como Primeiro-Ministro ao vencer as eleições do dia 16 de novembro de 2011.

Visitou o Brasil em junho de 2012, quando chefiou a delegação de seu país à Conferência Rio+20.

Clay Forau Soalaoi
Ministro das Relações Exteriores das Ilhas Salomão



Nascido em outubro de 1976, entrou na vida pública ao ser eleito para o Parlamento em abril de 2006. No mesmo mês de sua posse como parlamentar assumiu brevemente a função de Ministro da Justiça e após uma troca de Primeiro-Ministro tornou-se Ministro da Saúde. Foi membro do comitê de revisão constitucional em 2008. Em fevereiro de 2012 tornou-se Ministro das Relações Exteriores após seu antecessor ter se pronunciado sem a autorização do Primeiro-Ministro Lilo sobre a possibilidade das Ilhas Salomão abrirem relações diplomáticas com a Federação Russa.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil iniciou relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas. No primeiro semestre daquele ano foi realizada a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Salomão, chefiada pelo Embaixador Frederico Cézar de Araújo (que também visitou Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Embaixador das Ilhas Salomão junto à ONU, Collin Beck, bem como os Embaixadores de Fiji, Samoa, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, Ilhas Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil. Os Embaixadores fizeram visita ao Chanceler interino, Samuel Pinheiro Guimarães e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil nas Ilhas Salomão, não residente, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Não há atos bilaterais firmados. Encontra-se em negociação proposta de Acordo de Cooperação Técnica com as Ilhas Salomão, cujo texto foi aprovado por todas as áreas competentes do Itamaraty e transmitido a Camberra, com o objetivo de ser entregue aos representantes das Ilhas para análise.

Em maio de 2011, durante a visita do Embaixador brasileiro em Camberra às Ilhas Salomão, autoridades locais demonstraram interesse específico em cooperação do Brasil em matéria de futebol. As autoridades locais também demonstraram grande interesse em cooperação com o Brasil em matéria de café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol, o que tem sido reiterado pelo Embaixador em Camberra.

Em junho de 2012, o Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Salomão a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes nas Ilhas Salomão.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Salomão emanciparam-se politicamente em 1978, quase um século depois de terem-se tornado um protetorado inglês. Após a independência, o arquipélago passou a integrar a Comunidade Britânica (“Commonwealth”) e a ter a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado, representada por um Governador-Geral. O Parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O Primeiro-Ministro é eleito por uma maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Entre 1998 e 2003, as Ilhas Salomão passaram por um período de instabilidade, em que eclodiram conflitos civis motivados por antigas rivalidades étnicas na principal ilha do arquipélago, Guadalcanal. A delicada situação levou o governo a requisitar ajuda externa para manter a ordem civil no país. Nesse contexto, o Fórum das Ilhas do Pacífico e, posteriormente, o Parlamento das Ilhas Salomão aprovaram a "Missão de Assistência Regional às Ilhas Salomão" (RAMSI, na sigla em inglês), um pacote de ajuda internacional, cujo principal colaborador é a Austrália, que consiste no fornecimento de forças policiais e militares e de técnicos civis, visando à criação de condições necessárias para o retorno à estabilidade, à paz e ao crescimento econômico no arquipélago.

Outro desafio do governo é promover uma descentralização do poder político que seja satisfatória aos diferentes setores da população. Há uma proposta de emenda à Constituição que institui o sistema federativo de governo.

Em 25 de agosto de 2010, o Parlamento das Ilhas Salomão elegeu Danny Philip como novo Primeiro-Ministro, em substituição a Derek Sikua, após disputadas negociações que se seguiram às eleições de 4 de agosto. Danny Philip ocupou o cargo de Primeiro Ministro por apenas 14 meses, já que em novembro de 2011 ele renunciou antes de ser removido por uma moção de desconfiança, que havia se tornado iminente após a deserção de cinco ministros e outros sete parlamentares para a oposição.

Após a renúncia, Danny Philip voltou a apenas ocupar assento no Parlamento e Gordon Darcy Lilo, membro da mesma coalizão que seu antecessor, foi eleito em 16 de novembro de 2011.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são membros das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, dentre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico, e o *Melanesia Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia.

Em 2003, o 34º Foro das Ilhas do Pacífico, em Auckland, reafirmou a importância da intervenção nas Ilhas Salomão. Tanto o Comunicado Conjunto do Foro quanto a Declaração sobre o assunto reafirmaram a importância da chamada "Missão de Assistência Regional às Ilhas Salomão" (RAMSI, na sigla em inglês), composta por policiais e militares de cinco países-membros (Austrália, Fiji, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné e Tonga), com o objetivo de restaurar a lei e a ordem, fortalecer o sistema judiciário, recuperar a economia e restabelecer os serviços básicos.

A linguagem adotada nos documentos oficiais do Foro denota clara preocupação em demonstrar a legitimidade da missão. Ambos assinalam que a RAMSI foi concebida com base na Declaração de Biketawa (assinada em 2000, prevê iniciativas conjuntas para lidar com crises que afetem a segurança regional); sublinham a anuência do Governo das Ilhas Salomão com a iniciativa; ressaltam a composição plurilateral da missão; e acolhem com satisfação a declaração do Secretário-Geral da ONU em apoio à RAMSI.

As Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar.

As Ilhas Salomão são membros da Associação de Pequenos Estados Insulares (AOSIS, na sigla em inglês), e sua participação nas negociações sobre mudanças do clima no âmbito das Nações Unidas se pautam pela AOSIS.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 1,10 bilhão e crescimento de 2,93% em 2013, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 171^a economia do mundo. O setor de agricultura é o principal ramo de atividade e respondeu por 50% do PIB, seguido do setor de serviços com 39,4% e do setor industrial com 10,6%. As Ilhas Salomão apresentaram, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 46 milhões. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 22,4 bilhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo negativo de US\$ 59,67 milhões, em 2012.

O comércio exterior das Ilhas Salomão apresentou, em 2012, crescimento de 119,8% em relação a 2008, de US\$ 520,9 milhões para US\$ 1,14 bilhão. No ranking da ONU de 2012, as Ilhas Salomão figuraram como o 183º mercado mundial, sendo o 162º exportador e o 186º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário, no período sob análise, exceto em 2012, que totalizou saldo positivo de US\$ 1,14 bilhão. As vendas das Ilhas Salomão foram direcionadas em grande parte para os países da Ásia, que absorveram 69,4% do total; seguidos da Oceania com 19,2% e da União Europeia com 10,6%. Individualmente, a China foi o principal destino das vendas do país com 54,9% do total em 2012 (última posição disponível em 22/04/2014). Seguiram-se: Austrália (17,3%); Itália (4,3%); Reino Unido (4%); e Tailândia (3,5%).

Os países asiáticos são os principais abastecedores do mercado das Ilhas Salomão. Em 2012 (última posição disponível em 22/04/2014) somaram 57,1% do total, seguidos da Oceania com 38,7%. Individualmente, Cingapura foi o principal fornecedor de bens para as Ilhas, com 30,7% do total. Seguiram-se: Austrália (28,3%); China (8%); e Nova Zelândia (5,5%). O Brasil posicionou-se no 30º lugar entre os fornecedores das Ilhas Salomão, com 0,1% do total.

As Ilhas Salomão foram o 222º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou retração de 86,2%, de US\$ 361,9 mil para US\$ 49,9 mil. Nesse período, as exportações reduziram-se em 86,3%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 49,1 mil em 2013. As exportações brasileiras para as Ilhas Salomão são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 76% do total em 2013, com destaque para as vendas de obras de ferro ou aço e máquinas mecânicas. Os produtos semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 24% (outros açúcares de cana). As importações brasileiras das Ilhas Salomão em 2013 limitaram-se a "Outras pedras de cantaria, talhadas/serradas de superfície plana e lisa".

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Estabelecimento de Protetorado Britânico sobre as Ilhas Salomão
1978	Ilhas Salomão obtêm emancipação política e optam por

	continuar com a Monarquia e membro da <i>Commonwealth</i>
1998-2003	Tensões étnicas levam país a estado de Guerra Civil; Fórum das Ilhas do Pacífico envia missão de manutenção de paz

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Início de relações diplomáticas
2011	Visita do embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Barbosa a Honiara.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo ao Brasil, durante a Conferência Rio+20.

ATOS BILATERAIS

Não há acordos bilaterais

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2013

PIB	
Crescimento real	2,93%
PIB nominal	US\$ 1,10 bilhão
PIB nominal "per capita"	US\$ 1.950
PIB PPP	US\$ 1,94 bilhão
PIB PPP "per capita"	US\$ 3.455
Origem do PIB	
Agricultura	50,0%
Indústria	10,6%
Serviços	39,4%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US\$ - 46 milhões
Saldo da balança comercial de bens	US\$ 22,4 bilhões
Saldo da balança comercial de serviços (2012)	US\$ - 59,67 milhões
Reservas internacionais	US\$ 491,5 milhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	6,3%
Dívida externa (2012)	US\$ 228,1 milhões
Câmbio (SI\$ / US\$)	7,30

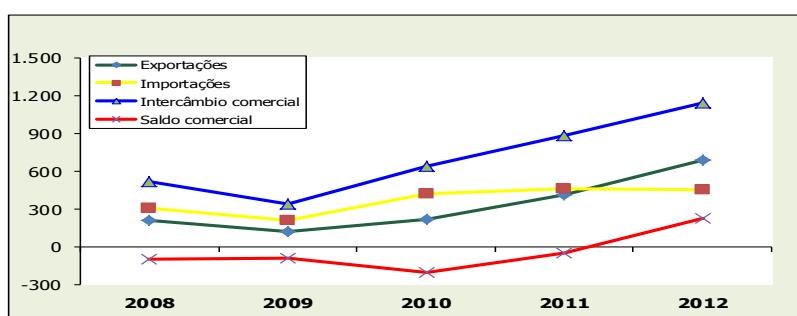
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2014; (3) World Investment Report 2013; (4) UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

Com PIB nominal de US\$ 1,10 bilhão e crescimento de 2,93% em 2013, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 171ª economia do mundo. O setor de agricultura é o principal ramo de atividade e respondeu por 50% do PIB, seguido do setor de serviços com 39,4% e do setor industrial com 10,6%. As Ilhas Salomão apresentaram, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 46 milhões. **O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 22,4 bilhões.** A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo negativo de US\$ 59,67 milhões, em 2012.

Evolução do comércio exterior US\$ milhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2008	214,2	306,6	520,9	-92,4
2009	127,1	213,5	340,6	-86,4
2010	218,3	420,0	638,3	-201,6
2011	417,4	466,1	883,5	-48,7
2012 ⁽¹⁾	687,4	457,3	1.144,6	230,1
Var. % 2008-2012	220,8%	49,1%	119,8%	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(n.c.) Dado não calculado.*



O comércio exterior das Ilhas Salomão apresentaram, em 2012, crescimento de 119,8% em relação a 2008, de US\$ 520,9 milhões para US\$ 1,14 bilhão. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, as Ilhas Salomão figuraram como o 183º mercado mundial, sendo o 162º exportador e o 186º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário, no período sob análise, exceto em 2012, que totalizou saldo positivo de US\$ 1,14 bilhão.

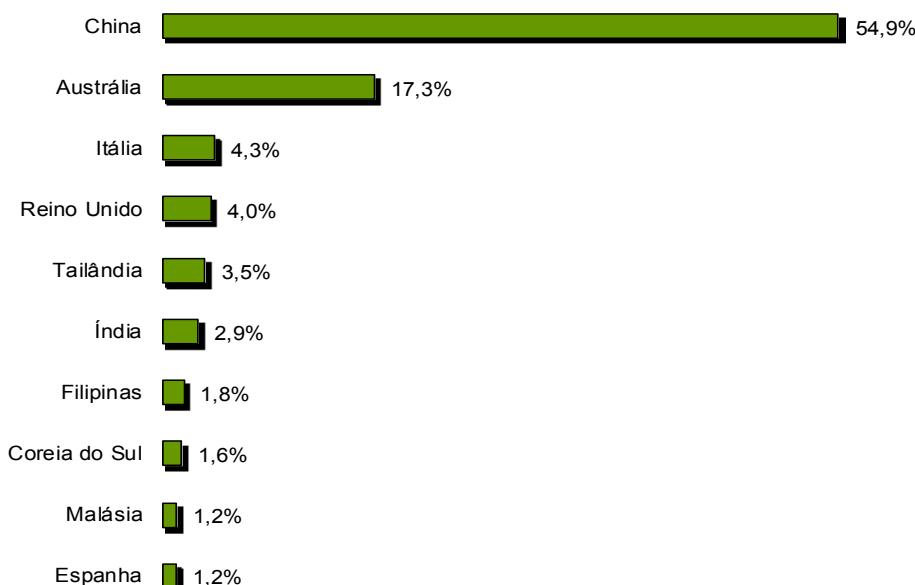
Direção das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	377,7	54,9%
Austrália	118,8	17,3%
Itália	29,3	4,3%
Reino Unido	27,2	4,0%
Tailândia	24,1	3,5%
Índia	20,1	2,9%
Filipinas	12,2	1,8%
Coreia do Sul	11,0	1,6%
Malásia	8,2	1,2%
Espanha	8,0	1,2%
Subtotal	636,6	92,6%
Outros países	50,8	7,4%
Total	687,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



As vendas das Ilhas Salomão foram direcionadas em grande parte para os países da Ásia, que absorveram 69,4% do total; seguidos da Oceania com 19,2% e da União Europeia com 10,6%. Individualmente, a China foi o principal destino das vendas do país com 54,9% do total em 2012 (última posição disponível em 22/04/2014). Seguiram-se: Austrália (17,3%); Itália (4,3%); Reino Unido (4%); e Tailândia (3,5%).

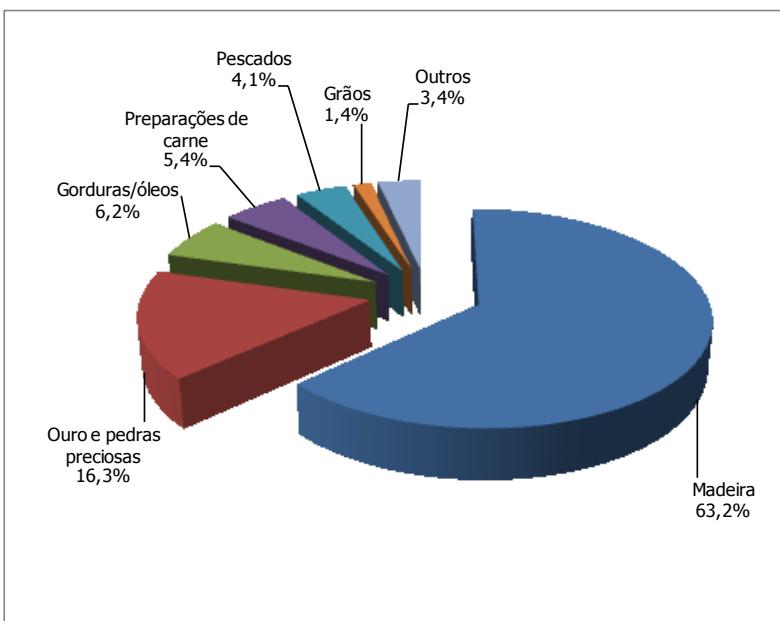
Composição das exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
Madeira	434,4	63,2%
Ouro e pedras preciosas	111,8	16,3%
Gorduras/óleos	42,3	6,2%
Preparações de carne	37,0	5,4%
Pescados	28,5	4,1%
Grãos	9,7	1,4%
Subtotal	663,7	96,6%
Outros	23,7	3,4%
Total	687,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



Madeira (madeira em bruto, mesmo descascada, desalburnada ou esquadriada) foram os principais itens da pauta de exportações das Ilhas Salomão. Em 2012 (última posição disponível em 22/04/2014), madeira representou 63,2% do total. Em seguida posicionaram-se ouro e pedras preciosas (ouro, incluindo o ouro platinado, em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó) com 16,3%; gorduras/óleos (óleo de dendê e óleo de coco) com 6,2%; preparações de carne (preparações e conservas de peixes; caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixe); pescados (4,1%).

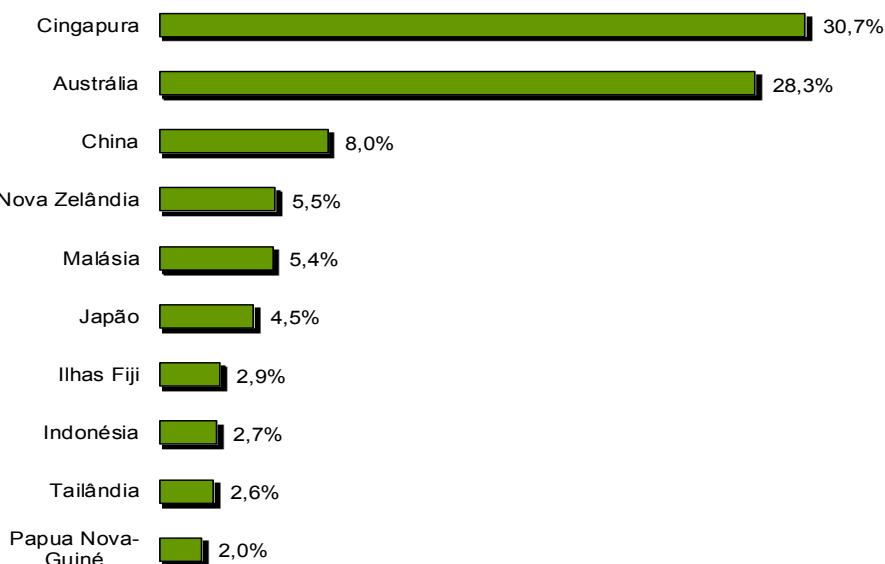
Origem das Importações
US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part.% no total
Cingapura	140,2	30,7%
Austrália	129,3	28,3%
China	36,7	8,0%
Nova Zelândia	25,2	5,5%
Malásia	24,7	5,4%
Japão	20,6	4,5%
Ilhas Fiji	13,2	2,9%
Indonésia	12,5	2,7%
Tailândia	11,9	2,6%
Papua Nova-Guiné	9,3	2,0%
...		
Brasil	0,23	0,1%
Subtotal	423,7	92,7%
Outros países	33,5	7,3%
Total	457,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



Os países asiáticos são os principais abastecedores do mercado das Ilhas Salomão. Em 2012 (última posição disponível em 22/04/2014) somaram 57,1% do total, seguidos da Oceania com 38,7%. Individualmente, Cingapura foi o principal fornecedor de bens para as Ilhas, com 30,7% do total. Seguiram-se: Austrália (28,3%); China (8%); e Nova Zelândia (5,5%). O Brasil posicionou-se no 30º lugar entre os fornecedores das Ilhas Salomão, com 0,1% do total.

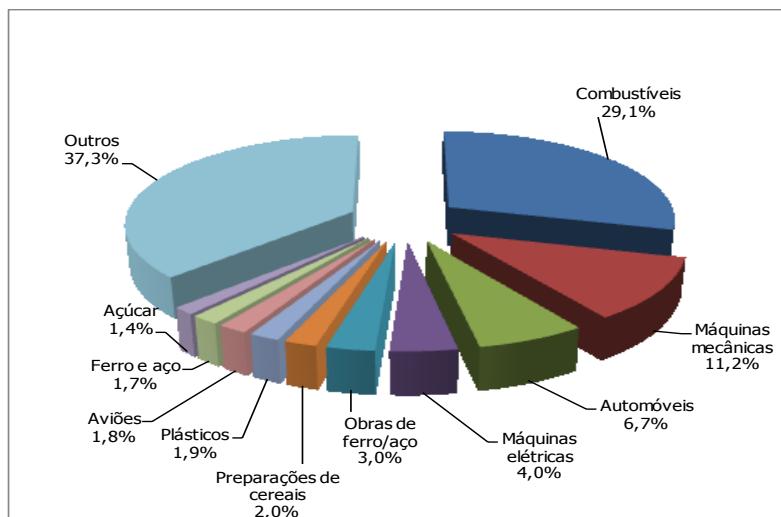
Composição das importações
US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	133,2	29,1%
Máquinas mecânicas	51,4	11,2%
Automóveis	30,5	6,7%
Máquinas elétricas	18,5	4,0%
Obras de ferro/aço	13,5	3,0%
Preparações de cereais	9,0	2,0%
Plásticos	8,5	1,9%
Aviões	8,2	1,8%
Ferro e aço	7,8	1,7%
Açúcar	6,2	1,4%
Subtotal	286,9	62,7%
Outros	170,4	37,3%
Total	457,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



A pauta de importações das Ilhas Salomão apresentou-se concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2012 (última posição disponível em 22/04/2014), combustíveis (óleo de petróleo refinado, gás de petróleo e coques) foram o principal item da pauta e representaram 29,1% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (*bulldozers, angledozers, niveladores, raspo-transportadores, máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar, lavar, esmagar, moer, misturar ou amassar terras, pedras, minérios ou outras substâncias minerais sólidas* (incluindo os pós e pastas); máquinas para aglomerar ou moldar combustíveis minerais sólidos, pastas cerâmicas, cimento, gesso ou outras matérias minerais em pó ou em pasta; máquinas para fazer moldes de areia para fundição) com 11,2%; automóveis (caminhões, veículos automóveis para transporte de mercadorias; carros) com 6,7%; máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, aparelhos de TV, cabos e fios e transformadores) com 4%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	361,9	9,7%	0,0	n.a.	361,9	9,7%	361,9
2010	14,6	-96,0%	0,2	100,0%	14,8	-95,9%	14,4
2011	265,9	(+)	0,0	-100,0%	265,9	(+)	265,9
2012	234,4	-11,9%	0,0	n.a.	234,4	-11,9%	234,4
2013	49,5	-78,9%	0,4	100,0%	49,9	-78,7%	49,1
2013 (jan-mar)	0,0	-100,0%	0,0	-100,0%	0,0	-100,0%	0,0
2014 (jan-mar)	18,0	100,0%	0,0	100,0%	18,0	100,0%	18,0
Var. % 2009-2013	-86,3%		n.a.		-86,2%		n.c.

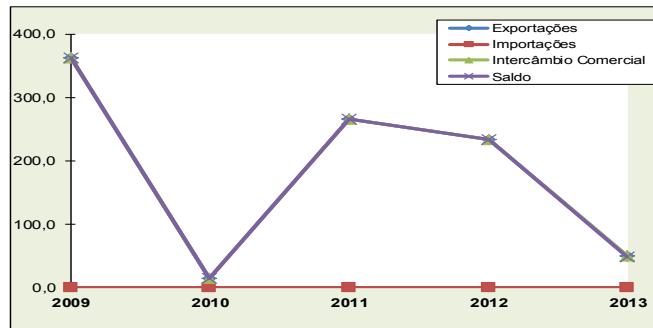
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Dado não aplicável.

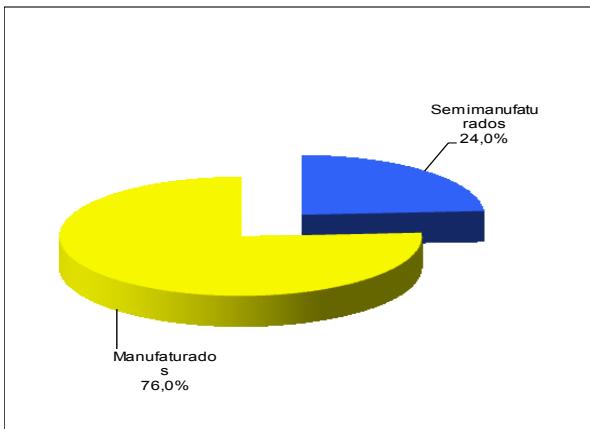
(n.c.) Dado não calculado.

As Ilhas Salomão foram o 222º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou retração de 86,2%, de US\$ 361,9 mil para US\$ 49,9 mil. Nesse período, as exportações reduziram-se em 86,3%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 49,1 mil em 2013.



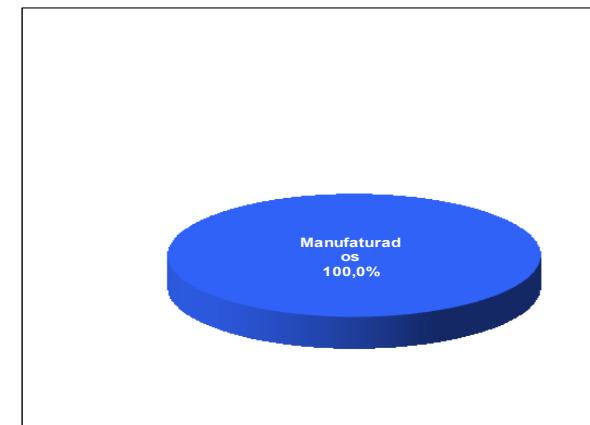
**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2013**

Exportações



As exportações brasileiras para as Ilhas Salomão são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 76% do total em 2013, com destaque para a vendas de obras de ferro ou aço e máquinas mecânicas. Os produtos semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 24% (outros açúcares de cana).

Importações



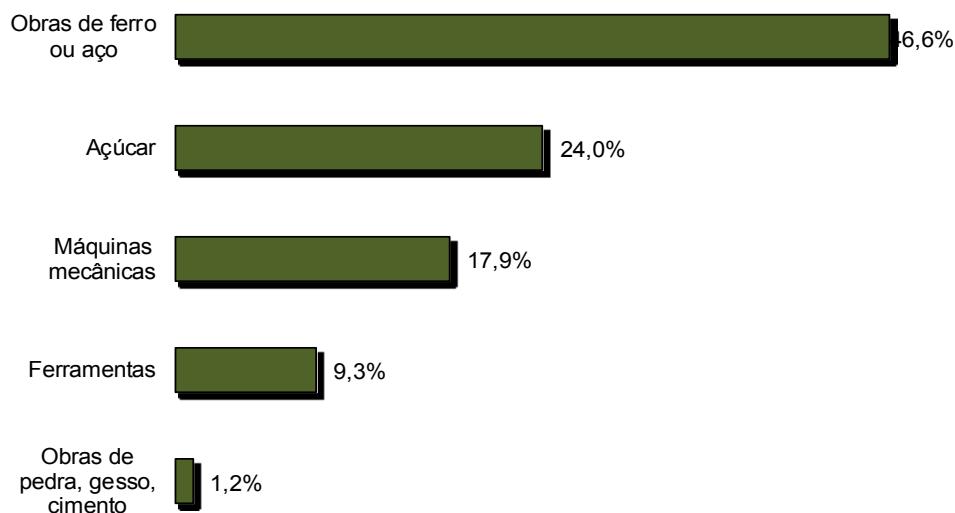
"Outras pedras de cantaria, talhadas/serradas de superfície plana e lisa", foi o único produto importado das Ilhas Salomão em 2013.

Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Obras de ferro ou aço	0,0	15,8	23,1	46,6%
Açúcar	0,0	0,0	11,9	24,0%
Máquinas mecânicas	0,0	0,0	8,9	17,9%
Ferramentas	0,0	10,2	4,6	9,3%
Obras de pedra, gesso, cimento	0,0	0,0	0,6	1,2%
Subtotal	0	26	49	99,0%
Outros produtos	266	208	1	1,0%
Total	266	234	50	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



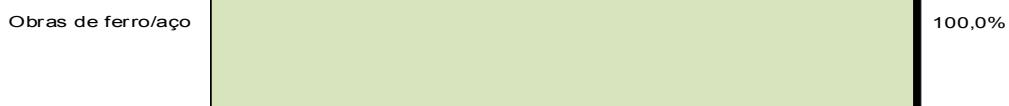
Obras de ferro ou aço (pias e lavatórios, de aços inoxidáveis) foram os principais produtos brasileiros exportados para as Ilhas Salomão em 2013, representando 46,6% do total das vendas. Seguiram-se: açúcar (outros açúcares de cana) com 24%; máquinas mecânicas (partes de árvores de transmissão, manivelas; outras válvulas para transmissões óleo-hidráulicas/pneumáticas; partes de outras máquinas e aparelhos para colheita, debulha) com 17,9%; ferramentas (chaves de caixa intercambiáveis; chaves de porcas; chaves de fenda) com 9,3%.

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013	
			Valor	Part. % no total
Obras de ferro/aço	0,00	0,00	0,41	100,0%
Subtotal	0,00	0,00	0,41	100,0%
Outros produtos	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total	0,00	0,00	0,41	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

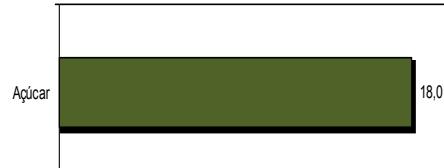


Na pauta das importações brasileiras originárias das Ilhas Salomão o único produto importado, em 2013, foi "outras pedras de cantaria, talhadas/serradas de superfície plana e lisa".

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

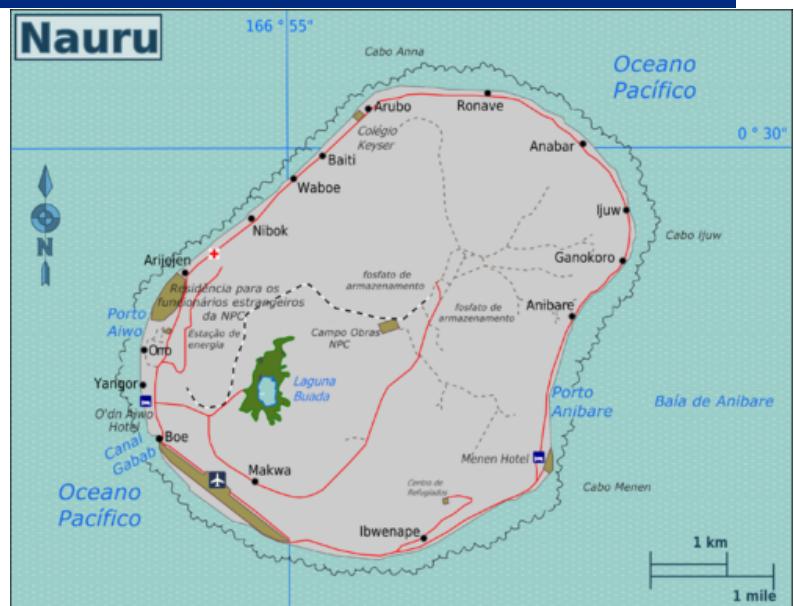
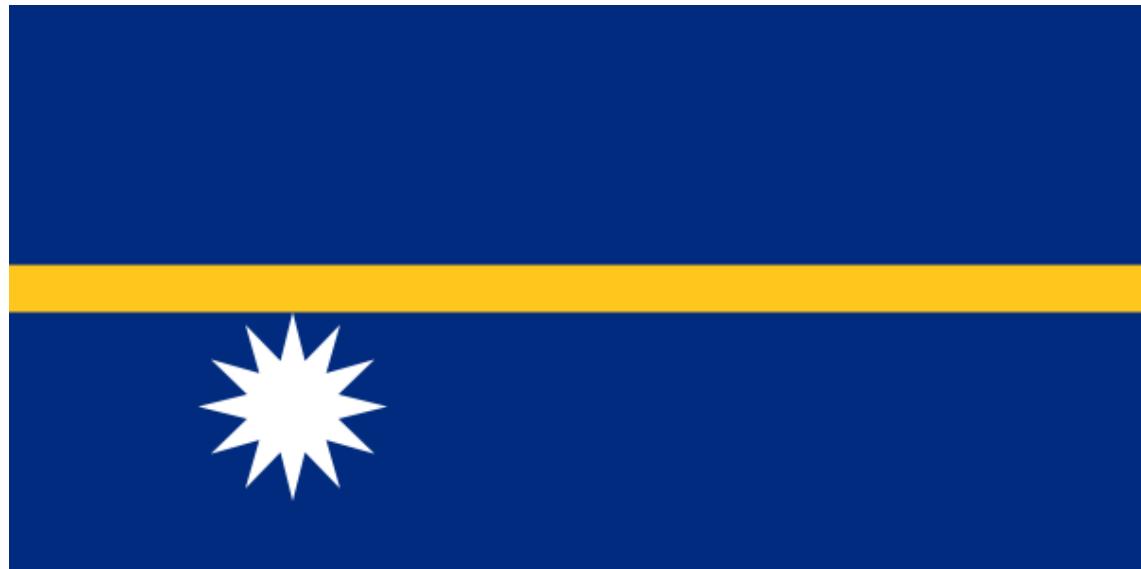
US\$ mil, fob

Descrição	2013 (jan-mar)	Part. % no total	2014 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Açúcar	0,0	100,0%	18,0	100,0%	
Subtotal	0,0	100,0%	18,0	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	0,0	100,0%	18,0	100,0%	



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

NAURU



Informação ao Senado Federal
Maio de 2014

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Nauru
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
ÁREA	21 km ²

POPULAÇÃO (2009)	9.771 habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (66%) e católicos (34%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Baron Waqa
CHANCELER	Presidente Baron Waqa (cargo acumulado)
PIB NOMINAL (2005)*	US\$ 45 milhões
PIB PPP (2005)*	US\$ 4.522
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2005)*	US\$ 60 milhões
PIB PPP <i>per capita</i> (2001)*	US\$ 5.000
VARIAÇÃO DO PIB (%)*	Dado indisponível
IDH¹	Não há medida de IDH pelo PNUD
EXPECTATIVA DE VIDA¹	80 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	Dado indisponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO²	90% (2004)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar australiano (AUD)

*Não há dados econômicos mais recentes

¹ Dados do Relatório 2013 PNUD

² Dado do Cia World Factbook, não há dado mais recente.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASI L⇒ NAUR U	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	---	3	87	---	5	0,2	7	3,9	0,2
Exportações	---	3	87	---	---	---	0	0	0
Importações	---	---	---	---	5	0,2	7	3,9	0,2
Saldo	---	3	87	---	-5	-0,2	-7	-3,9	-0,2

DADO BIOGRÁFICO

Baron Waqa

Presidente e Ministro das Relações Exteriores de Nauru



Nascido em dezembro de 1959, foi eleito em maio de 2003 para o Parlamento de Nauru e serviu dois períodos como Ministro do Interior e da Educação.

Em junho de 2013 era apoiador do ex-presidente Dabwido, e após o então Presidente decidir não participar das eleições, concorreu e venceu as eleições, realizadas no Parlamento, contra o candidato da oposição.

Seu governo enfrentou uma crise no início de 2014 em razão da expulsão e cancelamento de vistos de dois juízes australianos residentes em Nauru – um deles, membro da Suprema Corte de Nauru. Baron Waqa foi capaz de resistir ao voto de não confiança e permanece no cargo.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Nauru em 2 de novembro de 2005.

No primeiro semestre de 2005, foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu); Frederico Cézar de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, a Embaixadora de Nauru junto à ONU, Marlene Moses, bem como os Embaixadores na ONU de Fiji, Samoa, Ilhas Salomão, Tuvalu, Vanuatu, Ilhas Marshall e Micronésia, visitaram o Brasil. Os Embaixadores fizeram visita ao então Chanceler interino, Samuel Pinheiro Guimarães e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil na República de Nauru, não residente, cumulativa com a Embaixada na Austrália.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo foi assinado em 11 de maio de 2006, em Nova York, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O instrumento entrará em vigor na data do recebimento da última notificação (no caso, a notificação de Nauru).

O governo de Nauru manifestou interesse em identificar atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Depois de um período em que o intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru consistiu apenas em exportações brasileiras, a balança passou a ser negativa para o Brasil desde 2009, embora os valores exportados por Nauru sejam irrisórios (máximo de US 7 mil, em 2011, menos de US\$ 300 em 2013). O ano que registrou maior intercâmbio foi 2007, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 86 mil, um valor 200 vezes maior que o registrado em 2001. Os principais produtos brasileiros exportados para Nauru foram papel, livros, brochuras e impressos semelhantes.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes em Nauru.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Nauru.

POLÍTICA INTERNA

Nauru foi anexado ao território alemão em 1888. Com exceção do período em que serviu de base aérea aos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, o País esteve sob a tutela conjunta de Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia (1914-1942 e 1947-1968). Tornou-se independente em 1968. Desde fins dos anos de 1980, com o declínio dos preços do fosfato, a ilha vem apresentando cenário de instabilidade política. De 1989 a 2008, houve vinte mudanças no cargo presidencial.

O Presidente da República, escolhido pelo Parlamento, acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Gabinete de Ministros é composto por cinco parlamentares escolhidos pelo presidente. O Parlamento nauruano é unicameral e formado por 18 membros, eleitos por voto popular. Os mandatos, tanto do presidente quanto dos parlamentares, são de três anos. Uma vez que não há partidos políticos em Nauru, os candidatos, independentes, disputam as eleições com base nos laços pessoais e familiares.

A partir de 2004, medidas foram tomadas para melhorar a situação econômico-financeira do país. Em 2006, consultas populares foram feitas, visando a reformas constitucionais. No entanto, debates parlamentares e subsequente referendo ainda precisam ser realizados para que a Constituição nauruana seja, de fato, modificada. Em fins de 2007, após moção de desconfiança, o então Presidente Ludwig Scotty foi deposto e Marcus Stephen assumiu o cargo em dezembro de 2007. Stephen foi reeleito pelo Parlamento em novembro de 2010 mas renunciou em 10 de novembro de 2011 em meio a alegações de corrupção. Em seu lugar assumiu, com margem de apenas um voto na eleição do Parlamento, Frederick Pitcher, porém poucos dias depois, em 15 de novembro de 2011, o parlamentar Sprent Dabwido debandou para a oposição, que passou a ter vantagem numérica e conseguiu aprovar uma moção de desconfiança. Sprent Dabwido foi nomeado candidato da oposição a presidência e foi eleito em eleição subsequente do parlamento por um resultado de 9 votos a seu favor e 8 contra. Dabwido permaneceu na presidência até junho de 2013, quando decidiu não concorrer à reeleição e foi sucedido por seu aliado Baron Waqa.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da “Commonwealth” e das Nações Unidas, onde demonstra interesse nos temas relacionados a meio ambiente. Tem participação em várias organizações regionais, como o Foro do Pacífico Sul, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP, sigla em inglês).

Nauru mantém relações diplomáticas intensas com a Austrália, parceira fundamental no comércio, na construção de infra-estrutura, na melhoria dos serviços e nos programas de desenvolvimento e investimento. O relacionamento com a Nova Zelândia, todavia, é bem limitado, consistindo, *grosso modo*, em exportações nauruanas de fosfato e em conversas nos foros regionais.

Além da Austrália (Brisbane), a república nauruana mantém representações oficiais em Fiji, Taiwan, Bangcoc e Nova Iorque (ONU). Ademais, possui Cônsules Honorários em Cingapura, Londres, Auckland, Bruxelas e Kaohsiung (sul de Taiwan).

ECONOMIA

Com PIB PPP estimado em US\$ 60 milhões em 2005, Nauru é uma das menores economias do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade (turismo), seguido da indústria (minério de fosfato e produtos derivados do coco) e agricultura (coco). O comércio exterior do país apresentou, em 2013, crescimento de 61,1% em relação a 2009, de US\$ 128,3 milhões para US\$ 206,7 milhões. No ranking da ONU de 2012, o país figurou como o 210º mercado mundial, sendo o 189º exportador e o 223º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário entre 2010 e 2012, totalizando saldo negativo de US\$ 74,9 milhões em 2013.

As vendas do país são direcionadas em grande parte para os países da Oceania, que absorveu 54,8% do total; seguida da Ásia com 42,4%. Individualmente, a Coreia do Sul foi o principal destino das vendas de Nauru com 35,1% do total em 2013. Seguiram-se: Nova Zelândia (32,1%); Austrália (22,7%); e Japão (5,8%). Os países da Oceania são também os principais abastecedores do mercado de Nauru. Em 2013, somaram 96% do total. Individualmente, a Austrália foi o principal fornecedor de bens à Ilha, com 94,6% do total. Seguiram-se: Nova Zelândia (1,4%) e Japão (0,8%). Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento (fosfatos de cálcio naturais, fosfatos aluminocálcicos naturais e cré fosfatado) foram os principais produtos exportados por Nauru. Em 2012 representaram 95,1% do total das vendas. A pauta de importações de Nauru apresentou-se concentrada em bens industrializados. Em 2012, combustíveis (óleo de petróleo refinado) foram o principal item da pauta e representaram 16,6% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (centrifugadores, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases, máquinas e aparelhos de terraplenagem, nivelamento, raspagem, escavação, compactação, extração ou perfuração da terra, de minerais ou minérios; bate-estacas e arranca-estacas; limpa-neves; computadores; leitores magnéticos ou ópticos) com 8,6%; perfumaria (perfumes e águas-de-colônia) com 6,7%; móveis (construções pré-fabricadas) com 5,4%.

Nauru foi o 234º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 94,2%, de US\$ 4,51 mil para US\$ 261. Nesse período, não houve exportações para o país e as

importações caíram 94,2%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 261 em 2013. Os produtos manufaturados totalizaram a pauta importadora em 2013, representados pela compra de outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos. Máquinas mecânicas (outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos) foram os únicos produtos importados daquele país em 2013.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2013

PIB	
PIB PPP (2005)	US\$ 60 milhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 5.000
Origem do PIB	
Agricultura	6,1%
Indústria	33,0%
Serviços	60,8%
Balanço de pagamentos	
Saldo da balança comercial de bens	US\$ 74,9 milhões
Outros indicadores	
Dívida externa (2004)	US\$ 33,3 milhões
Câmbio (AUD / US\$)	1,031

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) The Government of the Republic of Nauru (www.naurugov.nr); (2) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e (3) International Human Development Indicators (<http://hdr.undp.org>)

Com PIB PPP estimado em US\$ 60 milhões em 2005, Nauru é uma das menores economias do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade (turismo), seguido da indústria (minério de fosfato e produtos derivados do côco) e agricultura (côco).

Descrição

Coreia do Sul

Nova Zelândia

Austrália

Japão

Cingapura

Estados Unidos

Espanha

Reino Unido

Maurício

Colômbia

...

Brasil

Subtotal

Outros países

Total

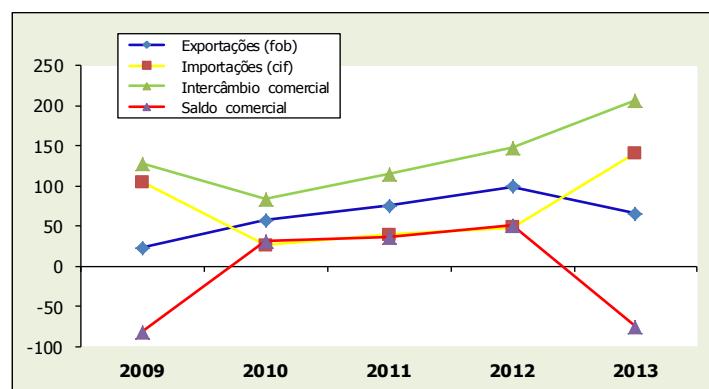
Evolução do comércio exterior⁽¹⁾ US\$ milhões

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013	Var.% 2009-2013
Exportações (fob)	23,4	57,2	75,6	99,4	65,9	181,3%
Importações (cif)	104,9	26,2	39,4	48,2	140,8	34,2%
Intercâmbio comercial	128,3	83,5	115,0	147,7	206,7	61,1%
Saldo comercial	-81,4	31,0	36,1	51,2	-74,9	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(n.c.) Dado não calculado.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.



O comércio exterior do país apresentou, em 2013, crescimento de 61,1% em relação a 2009, de US\$ 128,3 milhões para US\$ 206,7 milhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 210º mercado mundial, sendo o 189º exportador e o 223º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário entre 2010 e 2012, totalizando saldo negativo de US\$ 74,9 milhões em 2013.

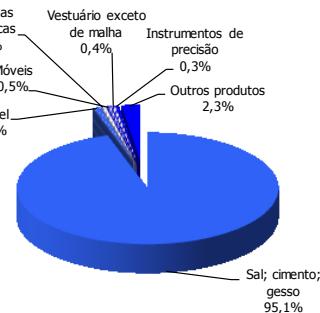
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

As vendas do país são direcionadas para a Ásia com 42,4%. Indiv

Composição das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾⁽²⁾	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados
Sal; cimento; gesso	94,5	95,1%	
Níquel	0,8	0,8%	
Máquinas mecânicas	0,5	0,5%	
Móveis	0,5	0,5%	
Vestuário exceto de malha	0,4	0,4%	
Instrumentos de precisão	0,3	0,3%	
Subtotal	97,1	97,7%	
Outros produtos	2,3	2,3%	
Total	99,4	100,0%	



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

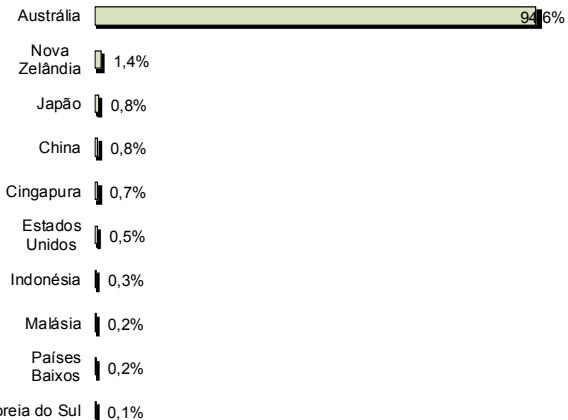
(2) Última posição disponível em 10/04/2014.

Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento (fosfatos de cálcio naturais, fosfatos aluminocálcicos naturais e cré fosfatado) foram os principais produtos exportados por Nauru. Em 2012 representaram 95,1% do total das vendas.

Origem das Importações

US\$ milhões

Descrição	2013 ⁽¹⁾	Part.% no total	10 principais origens das importações
Austrália	133,20	94,6%	Austrália
Nova Zelândia	1,96	1,4%	Nova Zelândia
Japão	1,19	0,8%	Japão
China	1,08	0,8%	China
Cingapura	0,94	0,7%	Cingapura
Estados Unidos	0,76	0,5%	Estados Unidos
Indonésia	0,38	0,3%	Indonésia
Malásia	0,27	0,2%	Malásia
Países Baixos	0,27	0,2%	Países Baixos
Coreia do Sul	0,21	0,1%	Coreia do Sul
Subtotal	140,24	99,6%	
Outros países	0,51	0,4%	
Total	140,76	100,0%	



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

Os países da Oceania são também os principais abastecedores do mercado de Nauru. Em 2013, somaram 96% do total. Individualmente, a Austrália foi o principal fornecedor de bens à Ilha, com 94,6% do total. Seguiram-se: Nova Zelândia (1,4%) e Japão (0,8%).

Composição das importações
US\$ milhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾⁽²⁾	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados
Combustíveis	8,00	16,6%	
Máquinas mecânicas	4,15	8,6%	
Perfumaria	3,24	6,7%	
Móveis	2,61	5,4%	
Máquinas elétricas	2,44	5,1%	
Automóveis	2,13	4,4%	
Instrumentos de precisão	2,03	4,2%	
Farmacêuticos	1,01	2,1%	
Obras de pedra/gesso/cimento	0,73	1,5%	
Plástico	0,72	1,5%	
Subtotal	27,04	56,1%	
Outros produtos	21,17	43,9%	
Total	48,21	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espeelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 10/04/2014.

A pauta de importações de Nauru apresentou-se concentrada em bens industrializados. Em 2012, combustíveis (óleo de petróleo refinado) foram o principal item da pauta e representaram 16,6% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (centrifugadores, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases, máquinas e aparelhos de terraplenagem, nivelamento, raspagem, escavação, compactação, extração ou perfuração da terra, de minerais ou minérios; bate-estacas e arranca-estacas; limpa-neves; computadores; leitores magnéticos ou ópticos) com 8,6%; perfumaria (perfumes e águas-de-colônia) com 6,7%; móveis (construções pré-fabricadas) com 5,4%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-mar)	2014 (jan-mar)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Variação em relação ao ano anterior	-100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-100,0%	n.a.	
Importações brasileiras	4,51	0,24	7,05	4,00	0,26	0,00	0,00	-94,2%
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	-94,8%	(+)	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Intercâmbio comercial	4,51	0,24	7,05	4,00	0,26	0,00	0,00	-94,2%
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	-94,8%	2901,7%	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Saldo comercial	-4,51	-0,24	-7,05	-4,00	-0,26	0,00	0,00	n.c.

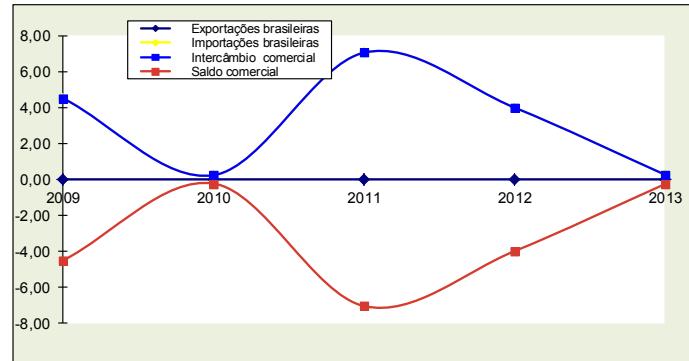
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Dado não aplicável.

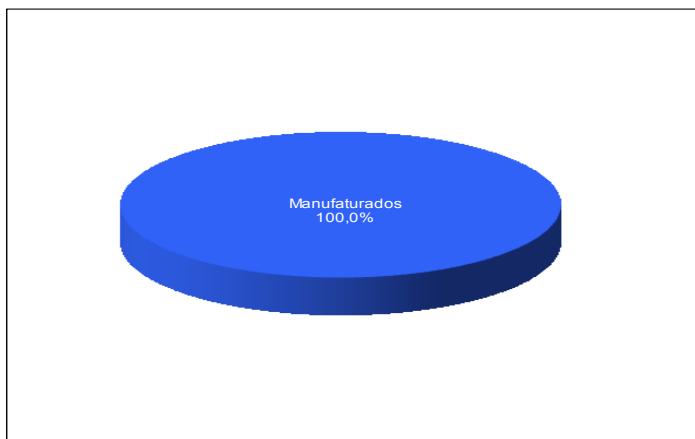
(n.c.) Dado não calculado.

Nauru foi o 234º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 94,2%, de US\$ 4,51 mil para US\$ 261. Nesse período, não houve exportações para o país e as importações caíram 94,2%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 261 em 2013.



Importações brasileiras por fator agregado
2013

Importações

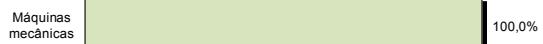


Os produtos manufaturados totalizaram a pauta importadora em 2013, representados pela compra de outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013		Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Máquinas mecânicas	3,57	3,42	0,26	100,0%	
Subtotal	3,57	3,42	0,26	100,0%	
Outros produtos	3,49	0,57	0,00	0,0%	
Total	7,05	4,00	0,26	100,0%	



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

Máquinas mecânicas (outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos) foram os únicos produtos importados daquele país em 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PAPUA NOVA GUINÉ



Informação ao Senado Federal Maio de 2014

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
CAPITAL	Port Moresby
ÁREA	462.840 km ²
POPULAÇÃO (2012)	6.310.129 habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês, Tok Pisin e Hiri Motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (27%), luteranos (19,5%), Igreja Unida (11,5%), adventistas (10%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador Geral Michael Ogio (desde janeiro de 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Peter O'Neil (desde agosto de 2012)
CHANCELER	Rimbink Pato (desde agosto de 2012)
PIB NOMINAL (2012)¹	US\$ 15,6 bilhões
PIB PPP (2012)¹	US\$ 20,4 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 2.184
PIB PPP <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 2.851
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2012)¹	8%
IDH²	0,466 (156º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA²	63,1 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO²	60,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2012)¹	2,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Kina

(1) Dados do Banco Mundial – disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data>

(2) Dados do Relatório 2013 PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC

ASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	1.885	18.430	3.143	3.476	4.026	4.740	6.645	6.040	7.016
Exportações	1.884	18.427	3.143	3.475	4.026	4.730	6.642	6.040	7.016
Importações	---	2	---	1	---	10	3	---	---
Saldo	1.884	18.424	3.143	3.474	4.026	4.719	6.638	6.040	7.016

PERFIS BIOGRÁFICOS

Micahel Ogio
*Governador-Geral de Papua Nova Guiné,
representante da Rainha Elizabeth II*



Peter O'Neill
Primeiro-Ministro



Nasceu em 13 de fevereiro de 1965, filho de um oficial do governo australiano e de mãe natural de Papua Nova Guiné.

Graduou-se na Universidade Papua Nova Guiné no bacharelado de contabilidade e comércio em 1986, e antes de ingressar na política atuou como empresário.

Em 2002 foi eleito para o Parlamento e tornou-se Ministro do Trabalho e Indústria. Em 2004 tornou-se líder da oposição e, com a eleição de Somare em 2007, passou a fazer parte do governo. Enquanto Somare estava afastado do governo por motivos de saúde, juntou-se aos parlamentares da oposição para derrubar o PM interino Sam Abal. Em 2 de agosto de 2011 foi investido no cargo de PM pelo governador-geral.

Sua manutenção no cargo de PM está ameaçada pela decisão da Suprema Corte no dia 12 de dezembro de 2011 de reconduzir Somare à posição de Primeiro-Ministro, no entanto conta com o apoio do Parlamento e da maioria das forças armadas. No final de janeiro de 2012 seu governo debelou uma revolta militar incitada por soldados que aderiram à causa de Somare.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes à Papua Nova Guiné. As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos bilaterais.

Houve visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Papua Nova Guiné em novembro de 2005 e de delegação papuásia ao Brasil em setembro de 2006. Em março de 2008, o Secretário do Departamento do Comércio e Indústria da Papua Nova Guiné, Anton Kulit, encaminhou comunicação em que manifesta o interesse em retomar os contatos com a ABC e o SENAI iniciados com as visitas. Em abril de 2008, o Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Governo de Papua Nova Guiné, Ruben Kapily, reiterou a solicitação, atribuindo grande importância à iniciativa, como forma de adensar o relacionamento com o Brasil.

Em março de 2009, o Representante Permanente de Papua Nova Guiné nas Nações Unidas não pode participar de visita de um grupo de representantes dos P-SIDS ao Brasil para discutir projetos de cooperação com a ABC. Contudo, o representante papuásio manifestou a expectativa de poder visitar o Brasil futuramente.

Em junho de 2012, a delegação de Papua Nova Guiné à conferência Rio+20 foi chefiada pelo vice-ministro de florestas e mudanças climáticas, Sr. Ronald Asik. Durante sua estadia no Rio de Janeiro o vice-ministro não manteve encontro com autoridades brasileiras.

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, mormente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

Em geral, o intercâmbio comercial entre Brasil e Papua Nova Guiné resume-se ao fluxo de exportação brasileira para aquela ilha. De 2003 a 2006, houve incremento substancial na corrente de comércio entre os dois países, com saldo amplamente favorável ao Brasil. As exportações brasileiras aumentaram, nesse período, mais de vinte vezes, passando de US\$ 785 mil para US\$ 18,4 milhões. Entre 2007 e 2010, no entanto, as exportações brasileiras estabilizaram-se ao redor de valores menores, variando entre US\$ 3,1 milhões (2007) e US\$ 4,7 milhões (2010). Entre 2011 e 2013 o montante das exportações brasileiras voltou a crescer, situando-se entre 6 e 7 milhões de dólares. As importações continuaram irrigórias, em 2013 seu valor total foi de apenas 63 dólares.

Os principais produtos de exportação brasileira são tratores, ferramentas com gume (como machados e podões), niveladores e concentrados de proteínas.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Papua Nova Guiné.

POLÍTICA INTERNA

Papua Nova Guiné foi administrada por holandeses (na parte oeste, a partir de 1828), alemães (no nordeste, de 1884-1914), britânicos (no sul, de 1884-1945), japoneses (no norte, de 1941-5) e australianos (de 1945-75). Tornou-se independente da Austrália em 1975. O cenário político do país é caracterizado por intensa e recorrente instabilidade.

A Chefe de Estado, Rainha Elizabeth II, é representada, em Papua Nova Guiné, pelo Governador-Geral, eleito diretamente por membros do Parlamento Nacional para um mandato de cinco anos. O Governador-Geral exerce, *grosso modo*, funções protocolares.

O Parlamento Nacional é unicameral e constituído por 109 membros, eleitos por sufrágio universal para um mandato de 5 anos. O Primeiro-Ministro, indicado pelo Parlamento, é aceito ou rejeitado pelo Governador-Geral. O Gabinete Ministerial, por sua vez, é indicado pelo Governador-Geral com base na recomendação do Primeiro-Ministro.

A Constituição de Papua Nova Guiné impede que o Congresso Nacional impetre moção de desconfiança nos primeiros 18 meses de governo. Uma vez expirada essa moratória e persistindo o desejo de retirar o governante, um novo Primeiro-Ministro é indicado pelo Parlamento sem a necessidade de eleições (a não ser que a moção de desconfiança se dê nos últimos 12 meses do mandato de 5 anos). Com exceção da legislatura de 2002-2007, moções de desconfiança são assaz corriqueiras na política do país desde sua independência.

Nas eleições de junho e julho de 2007, o Partido da Aliança Nacional (“National Alliance Party”) ganhou a maioria dos assentos no Parlamento (27 de um total de 109). Nesta ocasião foi reeleito Michael Somare, que já havia sido eleito Primeiro-Ministro (PM) em 1975, 1982 e 2002. Somare enfrentou acusações de ocultação de bens que chegaram a afastá-lo do poder por cinco semanas no final de 2010 e, em abril de 2011, foi suspenso por duas semanas por decisão judicial que o considerou responsável por conduta irregular no exercício do poder. No mesmo mês, Somare, de 75 anos foi submetido a uma cirurgia cardíaca. Em agosto de 2011, o Parlamento aprovou uma moção de desconfiança que encerrou definitivamente o governo Somare e Peter O’Neill tornou-se o novo PM.

Em dezembro de 2011 uma decisão da Suprema Corte de Papua Nova Guiné considerou que Somare foi derrubado irregularmente e determinou sua recondução

ao cargo de PM, iniciando nova etapa da crise constitucional já que o Parlamento e o comandante das forças de Defesa, Francis Agwi, rejeitaram a decisão e apoiam a manutenção de Peter O'Neill. Somare, agindo como PM, nomeou o coronel aposentado Yaura Sasa como comandante das forças de defesa e o incumbiu de cumprir a decisão da Suprema Corte. Na madrugada do dia 26 de janeiro de 2012, cerca de 20 soldados iniciaram um motim contra Agwi e oficiais leais a O'Neill, e durante todo este dia houve muita tensão em Papua Nova Guiné, tendo o comércio permanecido fechado e vôos internacionais sido cancelados. Na noite do dia 26, entretanto, O'Neill declarou publicamente que o motim estava sob controle. No dia 28, Sasa foi preso sob acusação de incitação de motim e no dia 30, após o governo O'Neill prometer anistia, os soldados amotinados se renderam. Somare, no entanto, segue pedindo à polícia e às forças de defesa que atendam à decisão da Suprema Corte.

No final de maio de 2012, a Alta Corte de Justiça em Port Moresby pela segunda vez declarou que a ascensão ao poder do Primeiro-Ministro Peter O'Neill havia ocorrido de maneira ilegal, o que agravou a crise política. Em consequência da declaração judicial, a polícia e o Vice-Primeiro-Ministro tentaram deter o Presidente da Corte. O Primeiro-Ministro O'Neill não se encontrava em Port Moresby quando se deram os fatos e não desautorizou a ação de Belden Namah. Em resposta à Corte, o Parlamento da Papua Nova Guiné aprovou estado de emergência, dando poderes ao governo para manter a ordem na capital, e nas províncias de Hela e Enga, inclusive mediante o uso das Forças Armadas. Nessas duas províncias, distúrbios interromperam os trabalhos em importante projeto de gás liquefeito e em mina de ouro naquele país.

Diante da crise constitucional que assolava Papua Nova Guiné, foram realizadas eleições gerais durante 3 semanas entre 23 de junho e 6 de julho de 2012. A contagem de votos estendeu-se durante todo o mês de julho, porém antes do término da apuração Somare surpreendentemente declarou apoio ao pleito de Peter O'Neill ao cargo de Primeiro-Ministro. Essa decisão pode ter sido provocada pelo fato de seu Partido da Aliança Nacional, já enfraquecido durante os meses de crise política, ter se fragmentado durante o processo eleitoral, evidenciando o enfraquecimento de Somare mesmo antes do fim da contagem de votos. A reconciliação dos dois rivais foi decisiva para o fim da crise constitucional. No começo de agosto de 2012 foi divulgado o resultado da eleição dando à coligação formada pelos partidários de O'Neill e Somare ampla maioria no Parlamento. A indicação de Peter O'Neill para Primeiro-Ministro foi aceita pelo Parlamento com 94 votos favoráveis e 12 contrários e, em 4 de agosto de 2012 O'Neill tornou-se indiscutivelmente o PM de Papua Nova Guiné, com mandato até 2017.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo de Papua Nova Guiné está voltada, primordialmente, para a região da Ásia-Pacífico. O país é membro das

Nações Unidas, da OMC, da “Commonwealth” e da APEC, além de ser observador da ASEAN.

Por ser o maior estado insular na região, exerce papel protagônico no Fórum das Ilhas do Pacífico. É, igualmente, membro central do bloco sub-regional “Melanesian Spearhead Group” (MSG).

Em função dos laços históricos e da proximidade geográfica, Papua Nova Guiné e Austrália possuem constantes e intensas relações. O continente australiano é o principal parceiro comercial e fornece, atualmente, mais de 80% da ajuda externa recebida por Papua Nova Guiné. Ademais, há diversos programas de cooperação entre os dois países, especialmente nas áreas de desenvolvimento e defesa. Contudo, apesar de não ser do interesse de nenhuma das partes um afastamento, Papua Nova Guiné tem buscado alternativas em suas relações internacionais para minimizar sua dependência da Austrália.

As relações com a Nova Zelândia, apesar de não serem tão intensas, abrangem um grande leque de assuntos, como consultas políticas e programas de cooperação nas áreas de defesa e desenvolvimento (especialmente em Bougainville). As visitas de alto nível entre os dois países são bastante regulares.

A partir da intensificação das relações com a China, nos últimos anos, o governo do país tem recebido substanciais ajuda e investimento de Pequim. Um dos vice-premiers chineses, Li Keqiang, realizou uma visita oficial a PNG em novembro de 2009, reafirmando na ocasião a importância da relações sino-papuenses. O comércio com a China tem aumentado nos últimos anos.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 15,97 bilhões e crescimento de 4,58% em 2013, a Papua Nova Guiné posicionou-se como a 113^a economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 39,1% do PIB, seguido de serviços com 33,3% e do agrícola com 27,6%. Papua Nova Guiné apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 4,46 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi superavitário em US\$ 282 milhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo negativo de US\$ 3,13 bilhões.

O comércio exterior da Papua Nova Guiné apresentou, em 2013, crescimento de 73,7% em relação a 2008, de US\$ 9,2 bilhões para US\$ 15,9 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Papua Nova Guiné figurou como o 114º mercado mundial, sendo o 112º exportador e o 105º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em todo o período sob análise, exceto em 2013 quando apresentou saldo negativo de US\$ 0,3 bilhão.

As vendas de Papua Nova Guiné foram direcionadas em grande parte aos vizinhos da Oceania, que absorveram 37,3% do total; seguidos da Ásia com 35,8%

e da União Europeia com 12,8%. Individualmente, a Austrália foi o principal destino das vendas de Papua Nova Guiné com 45,4% do total em 2012. Seguiram-se: Japão (16,6%); China (8,2%); Alemanha (4,2%); Coreia do Sul (3,0%) e Filipinas (2,5%). Não foram registradas pela UN/UNCTAD/ITC/Trademap vendas brasileiras para o país em 2012. Os vizinhos da Oceania são também os principais abastecedores do mercado de Papua Nova Guiné. Em 2013, somaram 39% do total, seguidos da Ásia com 34% e da União Europeia com 3%. Individualmente, a Austrália foi também o principal fornecedor de bens para Papua Nova Guiné, com 36,4% do total. Seguiram-se: Cingapura (13,8%); Malásia (8,4%); China (7,9%); Japão (5,8%); e Estados Unidos (4,8%). O Brasil posicionou-se no 23º lugar entre os fornecedores do mercado de Papua Nova Guiné, com 0,9% do total.

Ouro e pedras preciosas (chapas de prata ou ouro; ouro em bruto) foram os principais itens da pauta de exportações de Papua Nova Guiné. Em 2012, ouro e pedras preciosas representaram 33,3% do total. Seguiram-se: minérios (de cobre e de metais preciosos) com 16,1%; gorduras e óleos (de palma e de coco) com 13,0% e madeira com 6,0%. Seguiram-se: café (5,8%); combustíveis (4,6%); produtos químicos orgânicos (3,9%); e cacau (3,3%). A pauta de importações de Papua Nova Guiné apresentou-se concentrada em bens com alto valor agregado e combustíveis. Em 2012, as máquinas mecânicas (bombas, refrigeradores, congeladores, máquinas para terraplanagem) foram o principal item da pauta e representaram 24,6% do total. Seguiram-se: combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado, gás de petróleo) com 17,5%; e automóveis (para transporte de mercadorias e de mais de dez pessoas, carros para turismo, reboque e semirreboques) com 8,6%. Seguiram-se: obras de ferro ou aço (7,4%); máquinas elétricas (6,9%); e cereais (2,5%).

Papua Nova Guiné foi o 165º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,001% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 74,3%, de US\$ 4,03 milhões para US\$ 7,02 milhões. Nesse período, as exportações aumentaram 74,3% O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 7,02 milhões em 2013. Máquinas mecânicas (níveladores, machados, podões, máquinas para misturar minerais com betume, máquinas para debulhar) foram o principal grupo de produtos brasileiros exportados para Papua Nova Guiné. Em 2013, as máquinas mecânicas somaram 54,3% do total, seguidas de ferramentas (facas para cozinha e açougue, serras manuais, pás) com 30,5% e automóveis (tratores, veículos autopropulsores) com 6,2%. Seguiram-se: móveis com 1,9%; alumínio com 1,8% e açúcar com 1,4%. A pauta das importações brasileiras originárias de Papua Nova Guiné é concentrada em parafusos e pinos de ferro ou aço. Em 2013, esses produtos representaram a totalidade da pauta.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1828-1945	Território papuásio é alternadamente ocupado por holandeses,
-----------	--

	alemães, britânicos e japoneses
1945	Papua Nova Guiné torna-se protetorado da Austrália
1975	Independência da Austrália, ingresso na <i>Commonwealth</i>
2011	Suprema Corte considera irregular cassação de ex-Primeiro-Ministro Somare e inicia-se crise política após Parlamento manter apoio ao Primeiro Ministro em exercício Peter O'Neill
2012	Peter O'Neill vence eleições gerais e encerra-se crise política

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1989	Abertura de relações diplomáticas
2005	Visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação a Papua Nova Guiné
2012	Visita de delegação papuásia ao Brasil durante Rio+20

ATOS BILATERAIS

Não há acordos bilaterais

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2013

PIB	
Crescimento real	4,58%
PIB nominal	US\$ 15,97 bilhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 2.283
PIB PPP	US\$ 19,83 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 2.834
Origem do PIB	
Agricultura	27,6%
Indústria	39,1%
Serviços	33,3%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US\$ -4,46 bilhões
Saldo da balança comercial de bens (2012)	US\$ 282 milhões
Saldo da balança comercial de serviços (2012)	US\$ -3,13 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 2,56 bilhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	5,5%
Dívida externa	US\$ 23,2 bilhões
Câmbio (Kina / US\$)	2,42

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2014; (3) World Investment Report 2013; (4) UN/UNCTAD/ITC/Trademap April 2014.

Com PIB nominal de US\$ 15,97 bilhões e crescimento de 4,58% em 2013, a Papua Nova Guiné posicionou-se como a 113ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 39,1% do PIB, seguido de serviços com 33,3% e do agrícola com 27,6%. Papua Nova Guiné apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 4,46 bilhões. O saldo da balança comercial de bens foi superavitário em US\$ 282 milhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo negativo de US\$ 3,13 bilhões.

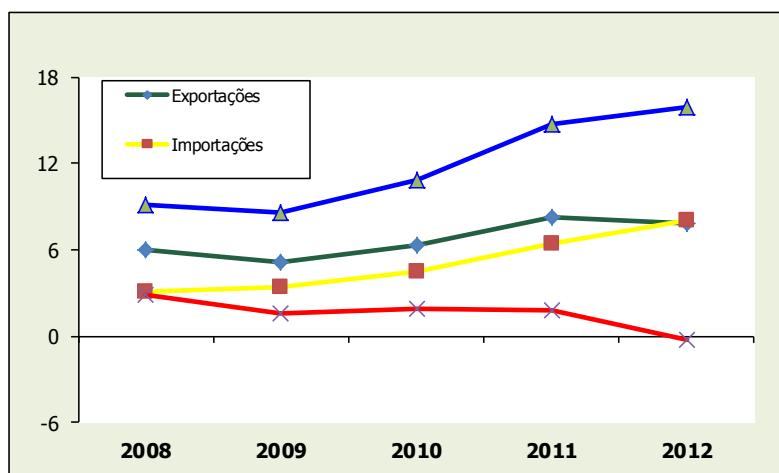
Evolução do comércio exterior⁽¹⁾
US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2008	6,0	3,1	9,2	2,9
2009	5,1	3,5	8,6	1,7
2010	6,4	4,5	10,9	1,9
2011	8,3	6,4	14,7	1,9
2012	7,8	8,1	15,9	-0,3
Var. % 2008-2012	29,3%	160,1%	73,7%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado.



O comércio exterior da Papua Nova Guiné apresentou, em 2013, crescimento de 73,7% em relação a 2008, de US\$ 9,2 bilhões para US\$ 15,9 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Papua Nova Guiné figurou como o 114º mercado mundial, sendo o 112º exportador e o 105º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em todo o período sob análise, exceto em 2013 quando apresentou saldo negativo de US\$ 0,3 bilhão.

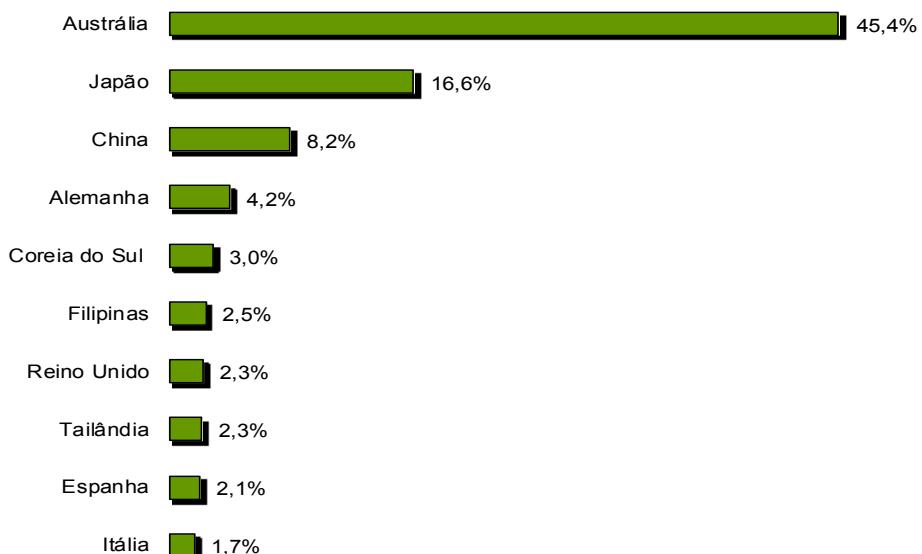
Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
Austrália	3,55	45,4%
Japão	1,30	16,6%
China	0,64	8,2%
Alemanha	0,33	4,2%
Coreia do Sul	0,23	3,0%
Filipinas	0,20	2,5%
Reino Unido	0,18	2,3%
Tailândia	0,18	2,3%
Espanha	0,17	2,1%
Itália	0,14	1,7%
...		
Brasil	0,00	0,0%
Subtotal	6,90	88,3%
Outros países	0,91	11,7%
Total	7,82	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



As vendas de Papua Nova Guiné foram direcionadas em grande parte aos vizinhos da Oceania, que absorveram 37,3% do total; seguidos da Ásia com 35,8% e da União Européia com 12,8%. Individualmente, a Austrália foi o principal destino das vendas de Papua Nova Guiné com 45,4% do total em 2012. Seguiram-se: Japão (16,6%); China (8,2%); Alemanha (4,2%); Coreia do Sul (3,0%) e Filipinas (2,5%). Não foram registradas pela UN/UNCTAD/ITC/Trademap vendas brasileiras para o país em 2012.

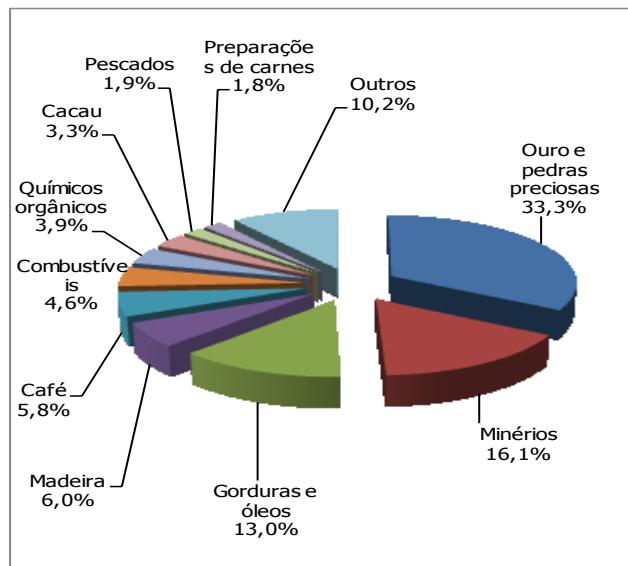
Composição das exportações

2012

Descrição	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	33,3%
Minérios	16,1%
Gorduras e óleos	13,0%
Madeira	6,0%
Café	5,8%
Combustíveis	4,6%
Químicos orgânicos	3,9%
Cacau	3,3%
Pescados	1,9%
Preparações de carnes	1,8%
Subtotal	89,8%
Outros	10,2%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



Ouro e pedras preciosas (chapas de prata ou ouro; ouro em bruto) foram os principais itens da pauta de exportações da Papua Nova Guiné. Em 2012, ouro e pedras preciosas representaram 33,3% do total. Seguiram-se: minérios (de cobre e de metais preciosos) com 16,1%; gorduras e óleos (de palma e de côco) com 13,0% e madeira com 6,0%. Seguiram-se: café (5,8%); combustíveis (4,6%); produtos químicos orgânicos (3,9%); e cacau (3,3%).

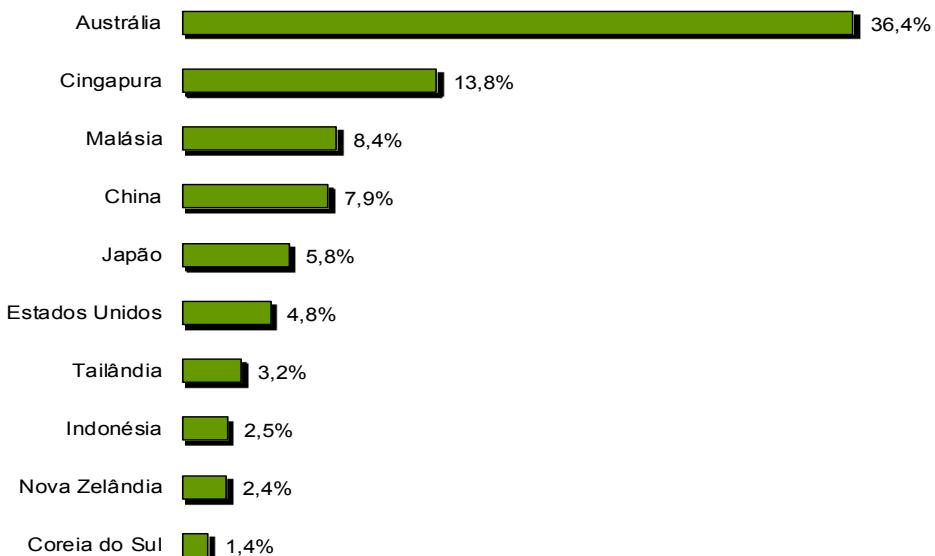
Origem das Importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
Austrália	2,95	36,4%
Cingapura	1,12	13,8%
Malásia	0,68	8,4%
China	0,64	7,9%
Japão	0,47	5,8%
Estados Unidos	0,39	4,8%
Tailândia	0,26	3,2%
Indonésia	0,20	2,5%
Nova Zelândia	0,20	2,4%
Coreia do Sul	0,12	1,4%
...		
Brasil	0,07	0,9%
Subtotal	7,08	87,5%
Outros países	1,01	12,5%
Total	8,10	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



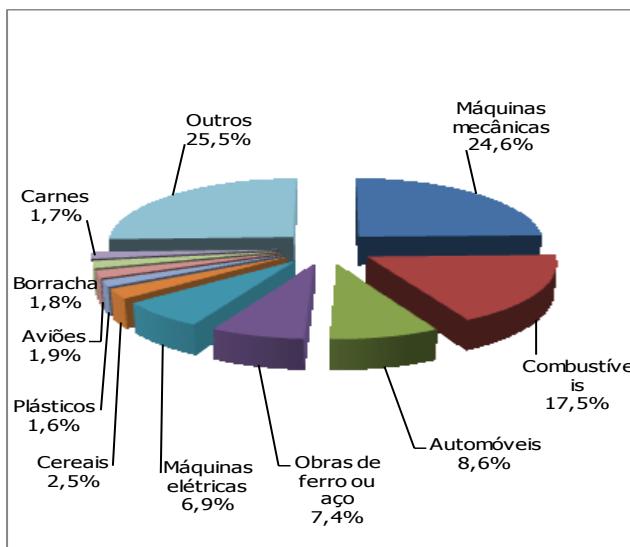
Os vizinhos da Oceania são também os principais abastecedores do mercado de Papua Nova Guiné. Em 2013, somaram 39% do total, seguidos da Ásia com 34% e da União Europeia com 3%. Individualmente, a Austrália foi também o principal fornecedor de bens para Papua Nova Guiné, com 36,4% do total. Seguiram-se: Cingapura (13,8%); Malásia (8,4%); China (7,9%); Japão (5,8%); e Estados Unidos (4,8%). O Brasil posicionou-se no 23º lugar entre os fornecedores do mercado de Papua Nova Guiné, com 0,9% do total.

Composição das importações 2012

Descrição	Part.% no total
Máquinas mecânicas	24,6%
Combustíveis	17,5%
Automóveis	8,6%
Obras de ferro ou aço	7,4%
Máquinas elétricas	6,9%
Cereais	2,5%
Plásticos	1,6%
Aviões	1,9%
Borracha	1,8%
Carnes	1,7%
Subtotal	74,5%
Outros	25,5%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

10 principais grupos de produtos importados



A pauta de importações de Papua Nova Guiné apresentou-se concentrada em bens com alto valor agregado e combustíveis. Em 2012, as máquinas mecânicas (bombas, refrigeradores, congeladores, máquinas para terraplanagem) foram o principal item da pauta e representaram 24,6% do total. Seguiram-se: combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado, gás de petróleo) com 17,5%; e automóveis (para transporte de mercadorias e de mais de dez pessoas, carros para turismo, reboque e semirreboques) com 8,6%. Se seguiram-se: obras de ferro ou aço (7,4%); máquinas elétricas (6,9%); e cereais (2,5%).

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

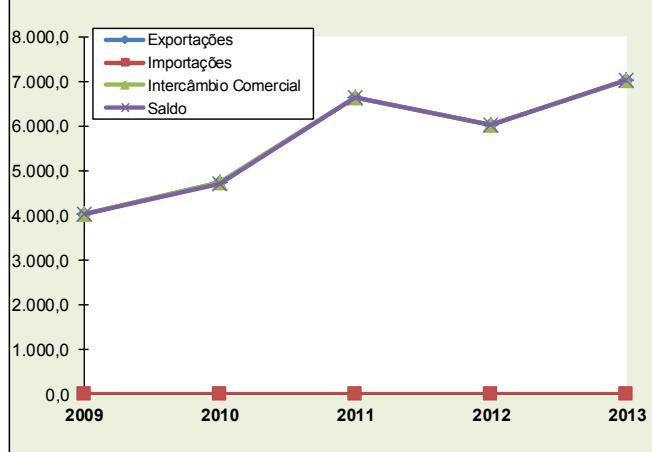
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	4.026,1	15,8%	0,00	n.a.	4.026	15,8%	4.026
2010	4.730,1	17,5%	10,45	n.a.	4.741	17,7%	4.720
2011	6.642,1	40,4%	3,27	-68,7%	6.645	40,2%	6.639
2012	6.040,9	-9,1%	0,03	-99,2%	6.041	-9,1%	6.041
2013	7.016,4	16,1%	0,06	152,0%	7.016	16,1%	7.016
2013 (jan-mar)	1.901,9	84,3%	0,00	n.a.	1.902	36,7%	1.902
2014 (jan-mar)	572,2	-69,9%	31,51	n.a.	604	-68,3%	541
Var. % 2009-2013	74,3%		n.a.		74,3%		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

(n.a.) Dado não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado.

Papua Nova Guiné foi o 165º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,001% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 74,3%, de US\$ 4,03 milhões para US\$ 7,02 milhões. Nesse período, as exportações aumentaram 74,3% O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 7,02 milhões em 2013.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para Papua Nova Guiné, em 2013, foram compostas, em sua totalidade, por produtos manufaturados, com destaque para máquinas, ferramentas, automóveis e móveis.

Importações



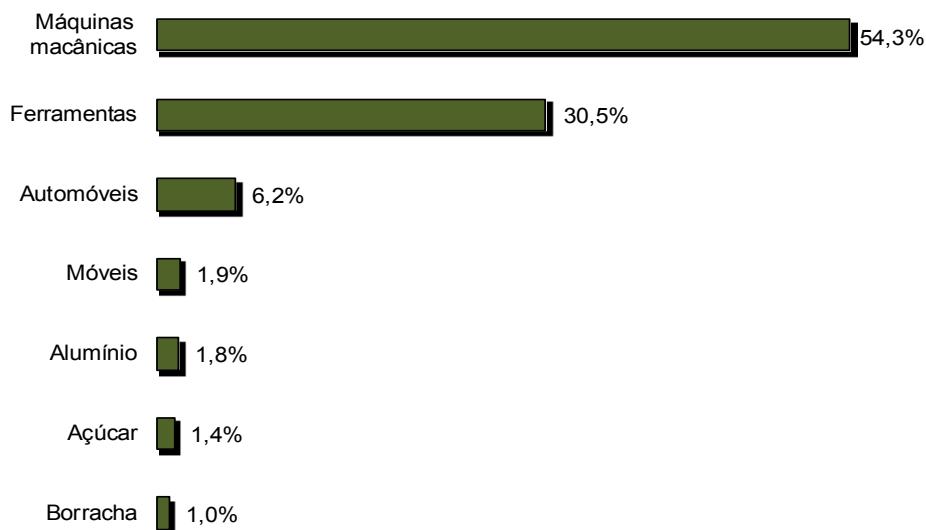
Os produtos manufaturados também somaram a totalidade da pauta das importações em 2013, representados por obras de ferro ou aço (parafusos e pinos).

Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Máquinas macânicas	2.648	1.333	3.807	54,3%
Ferramentas	1.669	2.058	2.139	30,5%
Automóveis	629	1.330	435	6,2%
Móveis	762	196	130	1,9%
Alumínio	25	85	124	1,8%
Açúcar	76	438	98	1,4%
Borracha	23	250	71	1,0%
Subtotal	5.832	5.690	6.804	97,0%
Outros produtos	810	351	212	3,0%
Total	6.642	6.041	7.016	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



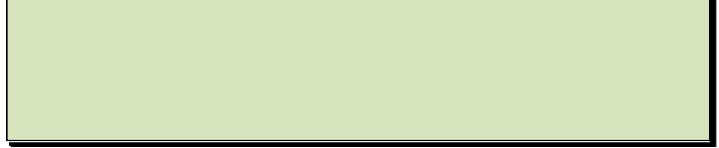
Máquinas mecânicas (níveladores, machados, podões, máquinas para misturar minerais com betume, máquinas para debulhar) foram o principal grupo de produtos brasileiros exportados para Papua Nova Guiné. Em 2013, as máquinas mecânicas somaram 54,3% do total, seguidas de ferramentas (facas para cozinha e açougue, serras manuais, pás) com 30,5% e automóveis (tratores, veículos autopropulsores) com 6,2%. Seguiram-se: móveis com 1,9%; alumínio com 1,8% e açúcar com 1,4%.

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013	
			Valor	Part. % no total
Obras de ferro ou aço	1,02	0,03	0,06	100,0%
Subtotal	1,02	0,03	0,06	100,0%
Outros produtos	2,25	0,00	0,00	0,0%
Total	3,27	0,03	0,06	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

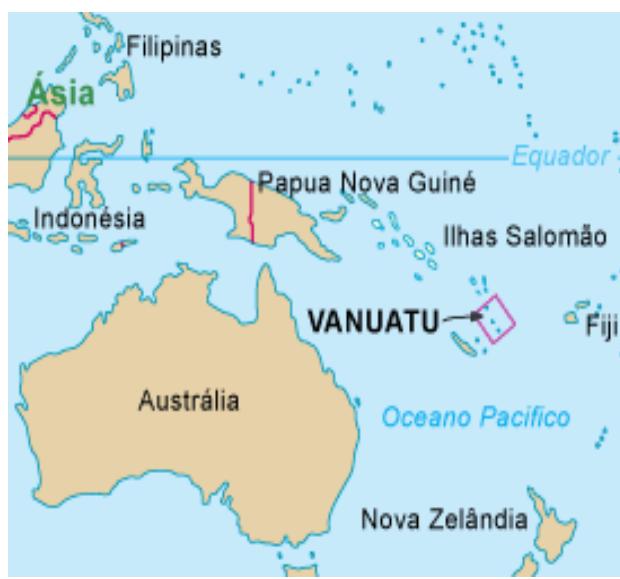
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

Obras de ferro ou aço  100,0%

A pauta das importações brasileiras originárias de Papua Nova Guiné é concentrada em parafusos e pinos de ferro ou aço. Em 2013, esses produtos representaram a totalidade da pauta.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VANUATU



Informação ao Senado Federal
Maio de 2014

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Vanuatu
CAPITAL	Port Vila
ÁREA	12.189 km ²
POPULAÇÃO (2012)	256.155 habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Bislamá, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (31,4%), anglicanos (13,4%), católicos (13,1%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Iolu Johnson Abbil (desde setembro de 2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Moana Carcasses (desde março de 2013)
CHANCELER	Edward Nipake Natapei (desde março de 2013)
PIB NOMINAL (2012)¹	US\$ 787 milhões
PIB PPP (2012)¹	US\$ 1,1 bilhão
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 3.183
PIB PPP <i>per capita</i> (2012)¹	US\$ 4.530
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2012)¹	2,3%
IDH²	0,626 (124º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA²	71,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO²	82,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Vatu

(1) Dados do Banco Mundial – disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data>

(2) Dados do Relatório 2013 PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

ASIL→VANUATU	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	7	12	22	380	96	141	186	164	156
Exportações	4	12	22	101	5	129	185	164	145
Importações	3	---	---	278	90	11	0,975	0,04	10
Saldo	0,6	12	22	-176	-84	117	184	164	134

PERFIS BIOGRÁFICOS

Iolu Johnson Abbil *Presidente de Vanuatu*



Nasceu em 1942, na ilha de Tanna. Atuou no Ministério de Terras no primeiro governo após a independência, em 1980.

Foi eleito pelo Colégio Eleitoral de Vanuatu (formado por 52 deputados e 6 Chefes Provinciais), em setembro de 2009, sucedendo a Kalkot Mataskelekele.

Moana Carcasses *Primeiro-Ministro de Vanuatu*



Moana Carcasses nasceu em janeiro de 1963 em Taravao, no Taiti (parte da Polinésia Francesa), filho de mãe taitiana e pai francês. É o primeiro cidadão naturalizado a tornar-se primeiro-ministro de Vanuatu desde que o país tornou-se independente.

Desde 2003 já ocupou diversos ministérios, trocando de posição frequentemente em razão das constantes mudanças de primeiro-ministro de

Vanuatu. Em sua carreira já ocupou as pastas de ministro das relações exteriores (2003 a 2004), ministro das finanças (primeira vez entre 2004 e 2005 e segunda vez entre dezembro de 2010 a junho de 2011, com diversos intervalos provocados por afastamentos temporários do primeiro-ministro incumbente, Sato Kilman) e ministro do interior e do trabalho (2009 a 2010). Entre 2005 e 2009 esteve na oposição ao governo e é líder do partido verde.

Em dezembro de 2008 foi detido por 24 horas junto com outro parlamentar sob a acusação de ter auxiliado a fuga de 30 prisioneiros da principal penitenciária de Port Vila. Na investigação que se seguiu, o outro parlamentar admitiu conhecer os planos da fuga mas o envolvimento de Carcasses nunca ficou claro. Em setembro de 2009 a suprema corte retirou as acusações contra ambos os suspeitos.

Na eleição de outubro de 2012 Carcasses manteve seu assento no parlamento e, embora não fosse mais parte do gabinete, manteve confiança no primeiro-ministro Sato Kilman. Em 23 de março de 2013, após a renúncia de Kilman no dia 19 do mesmo mês, foi eleito Primeiro-Ministro de Vanuatu com 34 votos a seu favor no Parlamento de Vanuatu (de um total de 58).

Edward Nipake Natapei
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 1954, em Futuna. Estudou na Escola Secundária Britânica (1970-74) e no Instituto Técnico Derrick, do Instituto de Tecnologia Fiji (1975-78).

Eleito pela primeira vez ao Parlamento em 1983, foi eleito Speaker no Parlamento em 1996 e em março de 1999 ocupou brevemente o cargo de Presidente de Vanuatu. Concorreu a Primeiro-Ministro em 1999 mas foi derrotado em votação no Parlamento, tornando-se líder da oposição em 2000. Somente em 2001 conseguiu chegar à posição de Primeiro-Ministro, tendo este mandato se estendido até as eleições 2004.

Em setembro de 2008, assumiu seu segundo mandato como Chefe de Governo, depois que o Partido Vanuaaku Pati foi o grande vencedor das eleições parlamentares. Ao contrário de um primeiro mandato relativamente estável, o segundo termo de Natapei como primeiro-ministro foi bastante conturbado, tendo

se encerrado após o Parlamento aprovar um voto de não confiança contra ele ao final de 2010.

Natapei atuou como líder da oposição a Sato Kilman, seu sucessor, até o fim do mandato deste em março 2013, quando então foi apontado pelo novo primeiro-ministro Moana Carcasses para o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra. No primeiro semestre de 2005 o embaixador Frederico Cézar de Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil a Vanuatu (que também incluiu Ilhas Salomão, Nauru e Papua Nova Guiné).

O então Assessor Especial do Itamaraty para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, fez missão a Port Vila, em 28/02/2008, ocasião em que se entrevistou com o Vice-Ministro das Relações Exteriores de Vanuatu, Jonas Cullwick, com a Chefe da Divisão para África, Europa, Oriente Médio e Américas, Marie-Antoinette Nirua, e com o Chefe, interino, do Departamento das Nações Unidas, Serge Alain Mahe.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Embaixador de Vanuatu na ONU, Donald Kalpokas, bem como os Embaixadores na ONU de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Ilhas Marshall e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os Embaixadores fizeram visita protocolar ao então Chanceler interino, Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes da casa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Vanuatu copatrocínou o projeto de resolução do G-4 sobre reforma do Conselho de Segurança, mas não se manifestou publicamente sobre a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em março de 2012 estava prevista a realização de missão de prospecção da ABC a Fiji e a Vanuatu, que teria como objetivo analisar possíveis projetos de cooperação técnica nas áreas de pesca artesanal marítima, preservação e exploração sustentável de floresta e agropecuária. Entretanto, por razões orçamentárias, a missão foi adiada e realizou-se apenas em agosto de 2013.

Em junho de 2012 o Primeiro-Ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro.

Entre 21 e 24 de março de 2013 o Embaixador Rubem Barbosa esteve em Vanuatu para apresentar credenciais e fazer gestões em prol da candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em vista da vacância do cargo de primeiro-ministro, a apresentação de credenciais não foi realizada, e durante sua estadia a Port Vila manteve encontros com o Diretor-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros, Johnny Koanapo e com o Diretor do Departamento de Comércio Exterior, Sumbe Antas. Durante esses encontros, foi reiterada ao embaixador Rubem Barbosa a demanda de Vanuatu por cooperação com o Brasil no setor de agricultura.

Realizou-se no período de 27 a 30 de agosto de 2013, missão da ABC a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência, Embaixador Fernando Abreu. Na

ocasião foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o país e identificadas as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Vanuatu cresceu na década atual em relação à passada (quando, a exceção de 2008, seu pico histórico de US\$ 380 mil, o intercâmbio não chegava a US\$ 100 mil), mas é extremamente pequeno. Em 2013 o intercâmbio comercial total foi de US\$ 156 mil, quase em sua totalidade representado por exportações brasileiras.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes em Nauru.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Vanuatu.

POLÍTICA INTERNA

Conhecida no passado como "Novas Hébridas", Vanuatu foi administrada tanto pela Inglaterra como pela França. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980. Os últimos 15 anos foram marcados pela instabilidade política, com várias coalizões tendo governado o país.

O Presidente da República tem mandato de 5 anos e é eleito por um colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e pelos seis governos provinciais. O atual presidente é Iolu Abil, eleito em setembro de 2009.

Vanuatu tem um Parlamento unicameral, com 52 membros, eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto. Em 2004, o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Serge Vohor, foi apeado do poder com a confirmação pelos altos tribunais do país da legalidade de voto de desconfiança no Parlamento, mediante acusações de corrupção e outras improbidades administrativas. A eleição de um novo Chefe de Governo, Ham Lini, foi saudada por Camberra.

Em 22 de setembro de 2008 Edward Natapei foi eleito Primeiro-Ministro, por apenas 2 votos, na primeira reunião do Parlamento. Natapei lidera um governo de coalizão formado por seu partido (Partido Vanua'aku), o Partido de União Nacional, vários partidos de um único membro e deputados independentes. Entretanto, o governo de Natapei é sustentado por tênuas maioria no Parlamento, o que ocasiona, à falta de um

sistema partidário sólido, coalizões partidárias instáveis, o que, aliás, é nota característica do sistema político de Vanuatu. Desde que chegou ao poder, Natapei já enfrentou seis moções de desconfiança no Parlamento, derrubando-as às custas de modificações em seu Gabinete e na composição partidária de seu governo.

Em dezembro de 2010, no entanto, Natapei foi finalmente apeado do cargo de Primeiro-Ministro por uma moção de desconfiança, sendo sucedido por Sato Kilman, seu Vice-Primeiro-Ministro. Kilman ocupou o cargo pela maior parte do primeiro semestre de 2011, foi removido em abril por uma moção de desconfiança, mas retornou em maio após a eleição de Serge Vohor ter sido considerada inválida. A sucessão de Natapei só foi finalmente decidida em junho de 2011, quando Sato Kilman foi formalmente eleito pelo parlamento para a posição de primeiro-ministro.

Seguindo tradição política em Vanuatu, Sato Kilman foi alvo de diversas moções de desconfiança durante seu mandato. Em 19 de março de 2013, antes da votação da sétima moção de desconfiança apresentada contra ele, dessa vez apoiada pela maioria do Parlamento (a oposição conseguiu reunir 28 votos), Sato Kilman renunciou ao cargo de primeiro-ministro. Após a renúncia, o presidente da câmara declarou recesso parlamentar de oito dias, mas atendendo à petição da oposição, o supremo tribunal determinou o retorno imediato dos parlamentares para eleição de novo primeiro-ministro. Em 23 de março de 2013, Moana Carcasses, antigo ministro das finanças e líder do partido verde, foi eleito com 34 votos no parlamento como novo primeiro-ministro de Vanuatu.

POLÍTICA EXTERNA

Vanuatu mantém relações diplomáticas com 74 países. Há atualmente 5 Embaixadas residentes em Port Vila: Austrália, França, Nova Zelândia, China e a União Europeia. Vanuatu, por sua vez, possui 4 representações no exterior: Nova York (ONU), Pequim, Bruxelas (União Europeia) e Noumea (Nova Caledônia), além de alguns consulados honorários.

Membros das Forças Armadas de Vanuatu já serviram em Missões de Paz da ONU no Timor Leste, Haiti, Sudão e Bósnia; no Grupo de Monitoramento em Bougainville; e na Missão Regional de Assistência às Ilhas Salomão.

Vanuatu passou a fazer parte da *Commonwealth* ("Comunidade Britânica") e do Fórum das Ilhas do Pacífico após a independência em 1980. Vanuatu também é membro da Comunidade da Francofonia, da ONU e de várias de suas agências especializadas, do Movimento dos

Países Não Alinhados, do FMI, do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que rende ao país relacionamento especial com a União Europeia, e tem interesse em fazer parte da OMC. Vanuatu é um entusiasta do “Melanesian Spearhead Group” cujo Secretariado se localiza em Port Vila, e cujos objetivos incluem o estabelecimento de uma área de livre comércio entre seus membros.

As relações com Camberra são muito importantes para Vanuatu. O Governo australiano deu claros sinais de endurecimento contra o Governo do país sob o Primeiro-Ministro Serge Vohor, com ameaças de redução do nível do relacionamento e corte na ajuda externa, caso as autoridades não tomassem medidas eficazes contra corrupção e crime, de molde a satisfazer os interesses de Camberra.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 821 milhões e crescimento de 2,80% em 2013, Vanuatu posicionou-se como a 174^a economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 67,9% do PIB, seguido da agricultura com 22,4% e da indústria com 9,7%. Vanuatu apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 36 milhões. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 36 milhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo positivo de US\$ 174 milhões. O comércio exterior de Vanuatu apresentou, em 2013, crescimento de 102,8% em relação a 2009, de US\$ 578 milhões para US\$ 1,17 bilhão. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Vanuatu figurou como o 185º mercado mundial, sendo o 177º exportador e o 185º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 654 milhões em 2013.

As vendas de Vanuatu foram direcionadas em grande parte para os países da Ásia, que absorveram 94,7% do total. Individualmente, a Tailândia foi o principal destino das vendas de Vanuatu com 72,6% do total em 2013. Seguiram-se: Japão (16,7%); Malásia (2,3%); Estados Unidos (1,7%); Nova Caledônia (1,4%) e Turquia (1,0%). O Brasil posicionou-se no 27º lugar entre os compradores de Vanuatu, com 0,003% do total. Os países asiáticos são os principais abastecedores do mercado de Vanuatu. Em 2013, somaram 71% do total. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens para Vanuatu, com 41,7% do total. Seguiram-se: Japão (16,3%); Polônia (16,1%); Cingapura (7,6%); Austrália (7,2%); e Estados Unidos (3,8%). O Brasil posicionou-se no 30º lugar entre os fornecedores do mercado de Vanuatu, com 0,02% do total.

Pescados foram os principais produtos exportados por Vanuatu e representaram 82,7% da pauta em 2013. Seguiram-se: embarcações flutuantes (4,7%); sementes (3,4%); máquinas elétricas (2,1%); e cacau (1,2%). A pauta de

importações de Vanuatu apresentou-se concentrada em embarcações flutuantes, que representaram 33,1% do total em 2012. Seguiram-se: combustíveis (petróleo refinado e gás de petróleo) com 8,7%; máquinas mecânicas com 8,5%; automóveis com 2,4%; obras de ferro ou aço (2,3%); produtos farmacêuticos (2,0%); e máquinas elétricas (1,8%); e automóveis (1,4%).

Vanuatu foi o 214º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 62,7%, de US\$ 96 mil para US\$ 157 mil. Nesse período, as exportações cresceram 2.457,2% e as importações reduziram-se 88,0%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil somente em 2009, registrou superávit de US\$ 135 mil em 2013. Açúcar refinado foi o principal produto brasileiro exportado para Vanuatu. Em 2013, o açúcar somou 87,2% do total, seguida de transações especiais (consumo de bordo) com 12,8%. Na pauta das importações brasileiras originárias de Vanuatu, as máquinas elétricas predominaram com 88,5% do total em 2013, representadas por fone de ouvido e partes de interruptores. Em seguida posicionaram-se as máquinas mecânicas (circuitos impressos) com 7,1%; automóveis (paralamas) com 2,5% e borracha com 1,0%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1906	França e Reino Unido assumem conjuntamente a administração de Vanuatu
1980	Independência, Vanuatu torna-se membro tanto da <i>Commonwealth</i> Britânica quanto da Francofonia
1996	Tentativa de golpe por grupo paramilitar fracassa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Abertura de relações diplomáticas
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Vanuatu
2012	Primeiro-Ministro Sato Kilman visita Brasil durante a Conferência Rio+20
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu; Celebração do acordo de cooperação técnica

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	Em tramitação no Executivo; aguarda encaminhamento ao Congresso Nacional

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2013

PIB	
Crescimento real	2,80%
PIB nominal	US\$ 821 milhões
PIB nominal "per capita"	US\$ 3.082
PIB PPP	US\$ 1,26 bilhão
PIB PPP "per capita"	US\$ 4.718
Origem do PIB	
Agricultura	22,4%
Indústria	9,7%
Serviços	67,9%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US\$ -36,0 milhões
Saldo da balança comercial de bens	US\$ -654 milhões
Saldo da balança comercial de serviços (2012)	US\$ 174 milhões
Reservas internacionais	US\$ 52,8 bilhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	1,5%
Dívida externa (2012)	US\$ 369,2 bilhões
Câmbio (Vt / US\$)	94,48

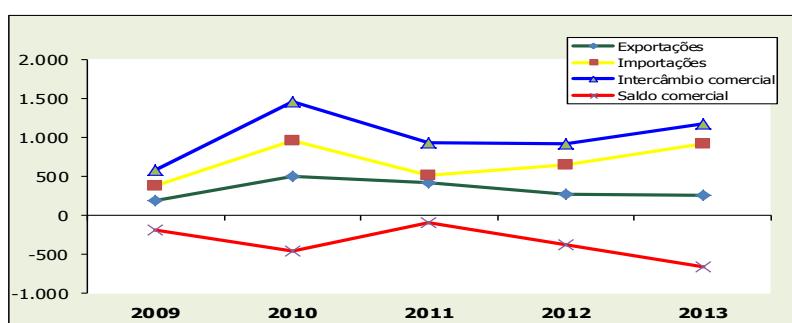
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2014; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2014; (3) World Investment Report 2013; (4) UN/UNCTAD/ITC/Trademap April 2014.

Com PIB nominal de US\$ 821 milhões e crescimento de 2,80% em 2013, Vanuatu posicionou-se como a 174ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 67,9% do PIB, seguido da agricultura com 22,4% e da indústria com 9,7%. Vanuatu apresentou, em 2013, déficit em transações correntes de US\$ 36 milhões. O saldo da balança comercial de bens foi deficitário em US\$ 36 milhões. A balança de serviços, por sua vez, registrou saldo positivo de US\$ 174 milhões.

Evolução do comércio exterior⁽¹⁾
US\$ milhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	197	381	578	-183
2010	507	957	1.464	-451
2011	422	511	933	-89
2012	279	647	926	-368
2013	259	913	1.172	-654
Var. % 2009-2013	31,3%	139,8%	102,8%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por 'espelho', ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(n.c.) Dado não calculado.



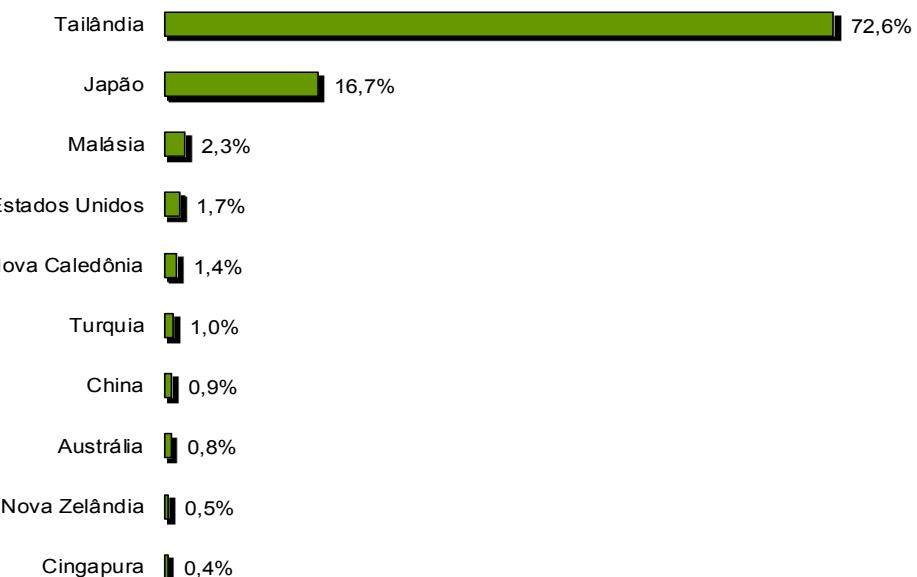
O comércio exterior de Vanuatu apresentou, em 2013, crescimento de 102,8% em relação a 2009, de US\$ 578 milhões para US\$ 1,17 bilhão. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Vanuatu figurou como o 185º mercado mundial, sendo o 177º exportador e o 185º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 654 milhões em 2013.

Direção das Exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Tailândia	188,2	72,6%
Japão	43,3	16,7%
Malásia	6,0	2,3%
Estados Unidos	4,4	1,7%
Nova Caledônia	3,7	1,4%
Turquia	2,7	1,0%
China	2,2	0,9%
Austrália	2,0	0,8%
Nova Zelândia	1,3	0,5%
Cingapura	1,0	0,4%
...		
Brasil	0,009	0,003%
Subtotal	254,8	98,2%
Outros países	4,5	1,8%
Total	259,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

10 principais destinos das exportações



As vendas de Vanuatu foram direcionadas em grande parte para os países da Ásia, que absorveram 94,7% do total. Individualmente, a Tailândia foi o principal destino das vendas de Vanuatu com 72,6% do total em 2013. Seguiram-se: Japão (16,7%); Malásia (2,3%); Estados Unidos (1,7%); Nova Caledônia (1,4%) e Turquia (1,0%). O Brasil posicionou-se no 27º lugar entre os compradores de Vanuatu, com 0,003% do total.

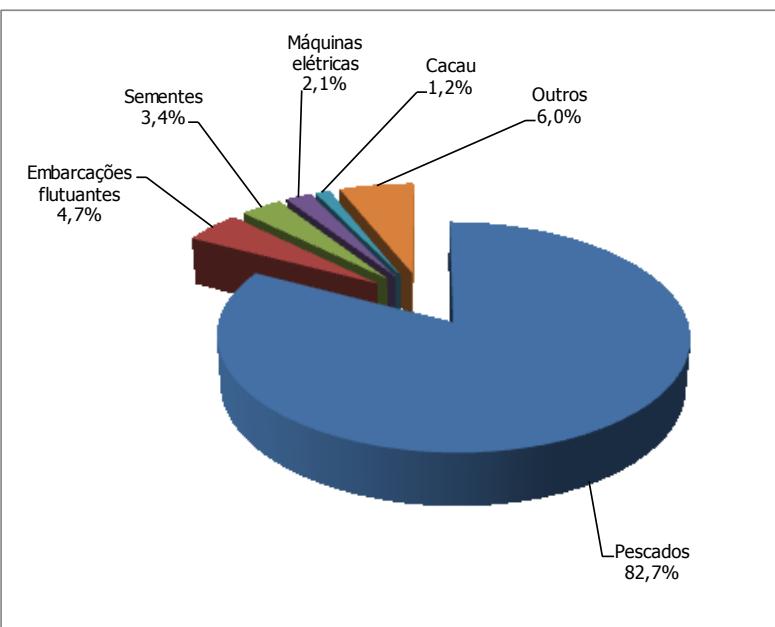
Composição das exportações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
Pescados	230,4	82,7%
Embarcações flutuantes	13,0	4,7%
Sementes	9,4	3,4%
Máquinas elétricas	5,9	2,1%
Cacau	3,2	1,2%
Subtotal	261,9	94,0%
Outros	16,9	6,0%
Total	278,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



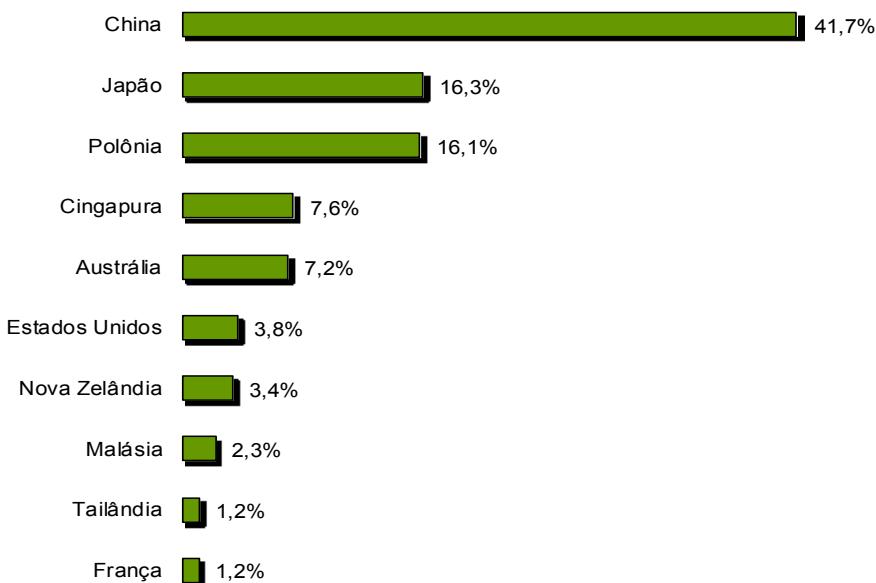
Pescados foram os principais produtos exportados por Vanuatu e representaram 82,7% da pauta em 2013. Seguiram-se: embarcações flutuantes (4,7%); sementes (3,4%); máquinas elétricas (2,1%); e cacau (1,2%).

Origem das Importações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
China	380,5	41,7%
Japão	149,1	16,3%
Polônia	147,4	16,1%
Cingapura	69,1	7,6%
Austrália	65,6	7,2%
Estados Unidos	34,4	3,8%
Nova Zelândia	31,5	3,4%
Malásia	20,7	2,3%
Tailândia	10,8	1,2%
França	10,6	1,2%
...		
Brasil	0,1	0,02%
Subtotal	920,0	100,7%
Outros países	-6,8	-0,7%
Total	913,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

10 principais destinos das exportações



Os países asiáticos são os principais abastecedores do mercado de Vanuatu. Em 2013, somaram 71% do total. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens para Vanuatu, com 41,7% do total. Seguiram-se: Japão (16,3%); Polônia (16,1%); Cingapura (7,6%); Austrália (7,2%); e Estados Unidos (3,8%). O Brasil posicionou-se no 30º lugar entre os fornecedores do mercado de Vanuatu, com 0,02% do total.

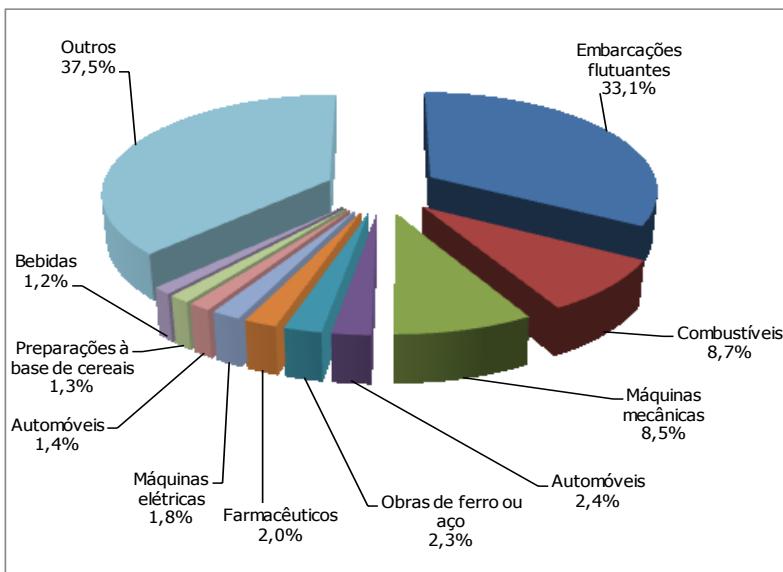
Composição das importações
US\$ bilhões

Descrição	2012 ⁽¹⁾	Part.% no total
Embarcações flutuantes	214,0	33,1%
Combustíveis	56,5	8,7%
Máquinas mecânicas	54,8	8,5%
Automóveis	15,3	2,4%
Obras de ferro ou aço	14,9	2,3%
Farmacêuticos	12,9	2,0%
Máquinas elétricas	11,5	1,8%
Automóveis	8,8	1,4%
Preparações à base de cereais	8,5	1,3%
Bebidas	7,7	1,2%
Subtotal	404,7	62,5%
Outros	242,3	37,5%
Total	647,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



A pauta de importações de Vanuatu apresentou-se concentrada em embarcações flutuantes, que representaram 33,1% do total em 2012. Seguiram-se: combustíveis (petróleo refinado e gás de petróleo) com 8,7%; máquinas mecânicas com 8,5%; automóveis com 2,4%; obras de ferro ou aço (2,3%); produtos farmacêuticos (2,0%); e máquinas elétricas (1,8%); e automóveis (1,4%).

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	5,7	-94,4%	90,6	-67,5%	96	-74,7%	-85
2010	129,6	2173,8%	12,0	-86,8%	142	47,1%	118
2011	185,6	43,2%	1,0	-91,9%	187	31,8%	185
2012	165,0	-11,1%	0,04	-95,9%	165	-11,6%	165
2013	145,8	-11,6%	10,8	(+)	157	-5,1%	135
2013 (jan-mar)	99,0	357,3%	0,9	n.a.	100	-82,8%	98
2014 (jan-mar)	13,8	-86,0%	0,0	n.a.	14	-86,2%	14
Var. % 2009-2013	2457,2%		-88,0%		62,7%		n.c.

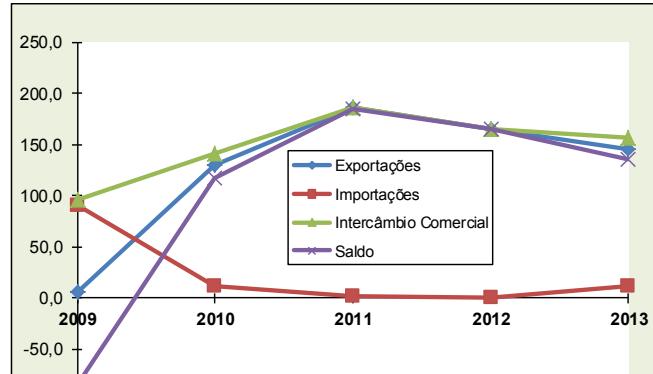
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado.

Vanuatu foi o 214º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 62,7%, de US\$ 96 mil para US\$ 157 mil. Nesse período, as exportações cresceram 2.457,2% e as importações reduziram-se 88,0%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil somente em 2009, registrou superávit de US\$ 135 mil em 2013.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para Vanuatu são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 87,2% do total em 2013, com destaque para açúcar refinado. As transações especiais (consumo de bordo) posicionaram-se em seguida com 12,8%.

Importações

Categoria	Porcentagem
Manufaturados	100,0%

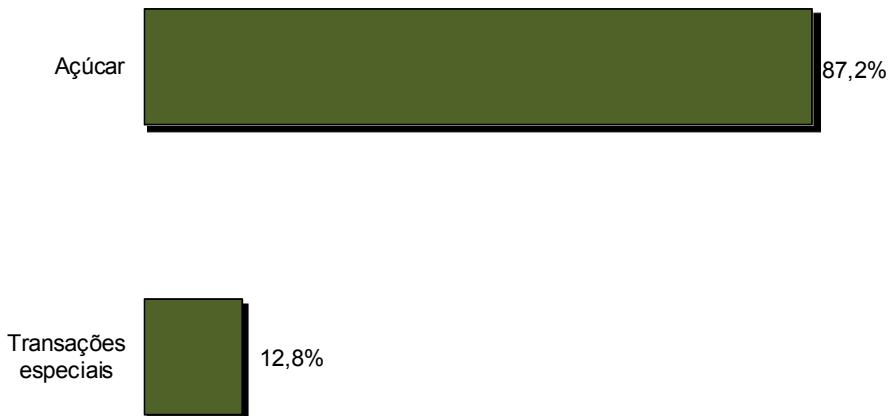
Os produtos manufaturados somaram a totalidade da pauta de importações em 2013, representados por máquinas e automóveis.

Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Açúcar	88,1	97,8	127,1	87,2%
Transações especiais	11,4	45,6	18,7	12,8%
Subtotal	99	143	146	100,0%
Outros produtos	86	22	0	0,0%
Total	186	165	146	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



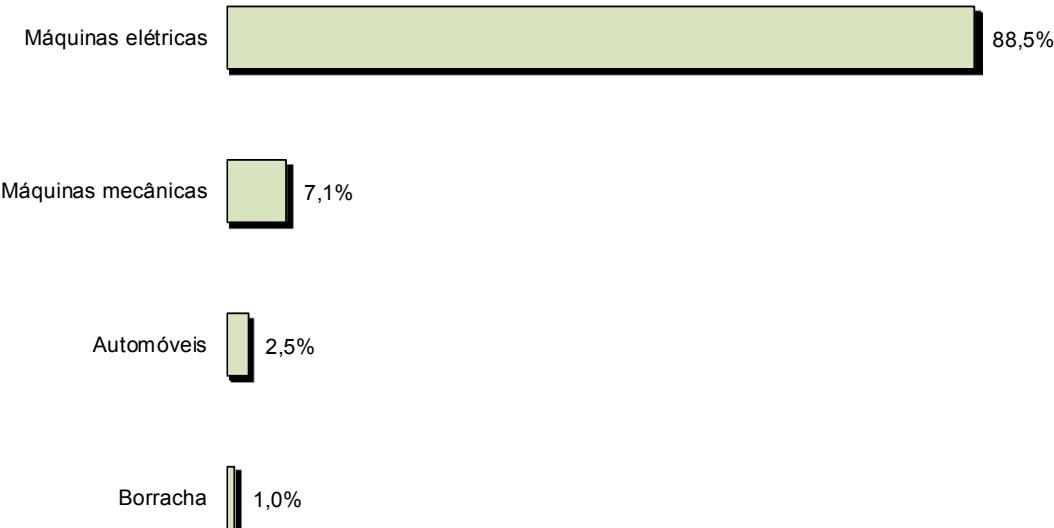
Açúcar refinado foi o principal produto brasileiro exportado para Vanuatu. Em 2013, o açúcar somou 87,2% do total, seguida de transações especiais (consumo de bordo) com 12,8%.

Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Máquinas elétricas	0,00	0,00	9,58	88,5%
Máquinas mecânicas	0,00	0,00	0,77	7,1%
Automóveis	0,90	0,04	0,27	2,5%
Borracha	0,07	0,00	0,11	1,0%
Subtotal	0,98	0,04	10,73	99,1%
Outros produtos	0,00	0,00	0,09	0,9%
Total	0,98	0,04	10,82	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

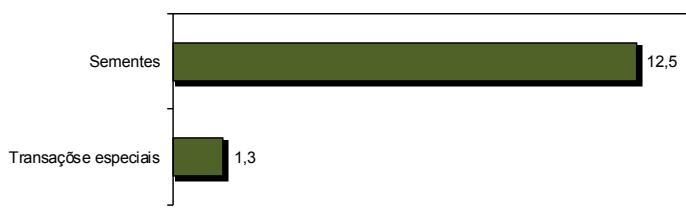
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Na pauta das importações brasileiras originárias de Vanuatu, as máquinas elétricas predominaram com 88,5% do total em 2013, representadas por fone de ouvido e partes de interruptores. Em seguida posicionaram-se as máquinas mecânicas (circuito impresso) com 7,1%; automóveis (paralamas) com 2,5% e borracha com 1,0%.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

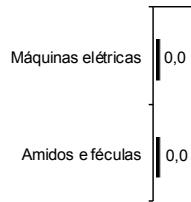
Descrição	2013 (jan-mar)	Part. % no total	2014 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Sementes	0,0	0,0%	12,5	90,4%	
Transações especiais	0,0	0,0%	1,3	9,6%	
Subtotal	0,0	0,0%	13,8	100,0%	
Outros produtos	99,0	100,0%	0,0	0,0%	
Total	99,0	100,0%	13,8	100,0%	



Produto	Valor (US\$ milhões)
Sementes	12,5
Transações especiais	1,3

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

Importações				
Máquinas elétricas	0,8	89,5%	0,0	0,0%
Amidos e féculas	0,1	5,7%	0,0	0,0%
Subtotal	0,9	95,2%	0,0	0,0%
Outros produtos	0,0	4,8%	0,0	0,0%
Total	0,9	100,0%	0,0	0,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb.